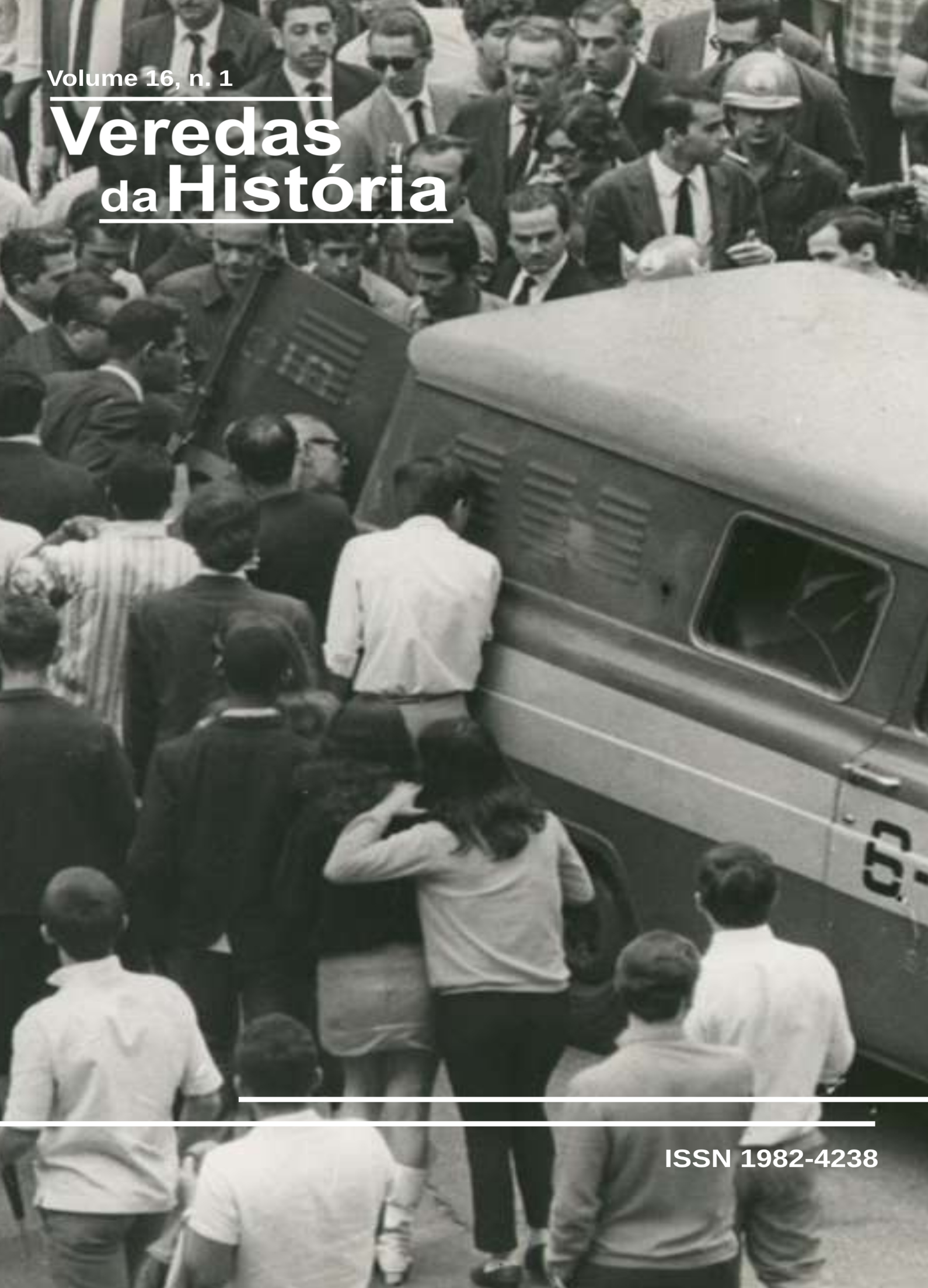


Volume 16, n. 1

# Veredas da História



ISSN 1982-4238

# Veredas da História, [online], v. 16, n.1, jul., 2023, ISSN: 1982-4238

## EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS  
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ  
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel  
Leandro Duarte Rust, UFMT  
Marcelo Pereira Lima, UFBA  
Paulo J. Debom Garcia, (UCL)  
Priscila Henriques Lima, UERJ  
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)

## APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA  
Cassiano Celestino de Jesus  
Joseane Pereira de Souza  
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA  
Thasio Sobral

## CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG  
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS  
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ  
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel  
Marcelo Pereira Lima, UFBA  
Leandro Duarte Rust, UFMT  
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ  
Priscila Henriques Lima, UERJ  
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes  
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

## CONSELHO CONSULTIVO

- Adriana Vidotte, UFG  
Alexandre Galvão Carvalho (UESB)  
Alessander Mário Kerber, UFRGS  
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF  
André Pereira Botelho, UFRJ  
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ  
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ  
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
10. Beatriz Helena Domingues, UFJF  
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT  
Célia Maia Borges, UFJF  
Cláudio Batalha, Unicamp  
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ  
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRRJ  
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP  
Jesús Ángel Solórzano Telechea (Universidad de Cantabria)  
João Fragoso, UFRJ  
João Klug, UFSC  
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD  
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRRJ  
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ  
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRRJ  
Lia de Aquino Carvalho, UCP  
Lia Zanotta Machado, UnB  
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP  
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP  
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB  
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF  
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRRJ  
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRRJ  
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO  
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

## CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)  
Paulo Debom (UCL)  
Priscila Henriques Lima (UERJ)  
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)  
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

## CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

## CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA  
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

# SUMÁRIO

4

**EDITORIAL**

5 **“DITADURA E ESTADO AUTORITÁRIO”**

Thasio Fernandes Sobral (UFBA)  
Carlos Zacarias de Sena Junior (UFBA)  
Marcelo da Silva Lins (UESC)

**ARTIGOS DO DOSSIÊ**

8 **SÃO LUÍS EM TEMPOS DE “MILAGRE”:  
MODERNIZAÇÃO URBANÍSTICA, AUTORITÁRIA E  
INACABADA SOB O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1966-1970)**

Marcelo Lima Costa (IEMA)

27 **O VELHO É O NOVO NOVO: *FASHWAVE* E O  
FASCISMO**

Maria Perla Araújo Moraes (UFMT)  
Frederico José Andries Lopes (UFMT)

46 **O COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES  
MUNICIPAIS DE ALAGOINHAS NA DITADURA CIVIL-  
MILITAR (1964–1985)**

Caliel Alves dos Santos (UNEB)

76 **A REPRESSÃO DURANTE A TRANSIÇÃO  
(1974-1979) E A ‘INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTI-  
TUIÇÕES’: AS BASES DA CONTRARREVOLUÇÃO DEMO-  
CRÁTICA (1974-1988)**

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso (UFRJ)

**106**

**A CORDA BAMBA E A DEMOCRACIA EQUILIBRISTA: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO À BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO**

Caroline Rios Costa (UFRJ)

**135**

**CAPAS DA MILITIA: REPRESENTAÇÕES DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO**

Silvane Ribeiro Gonçalves (UNICENTRO)

Rosemeri Moreira (UNICENTRO)

## EDITORIAL

**Thasio Fernandes Sobral**

Universidade Federal da Bahia

**Marcelo Pereira Lima**

Universidade Federal da Bahia

Nesta edição disponibilizamos 6 artigos que compõem o dossiê intitulado *Ditadura e Estado Autoritário*, organizado pelo professor doutorando Thasio Fernandes Sobral (UFBA) e os professores doutores Carlos Zacarias de Sena Junior (UFBA) e Marcelo da Silva Lins (UESC). As produções possuem uma vasta riqueza temática e metodológica, abordando os desdobramentos e reverberações passados e contemporâneos dos processos ditatoriais em seus diferentes aspectos sociais, indo desde escalas municipais, estaduais, federais e, até mesmo, globais, do que diz respeito à atuação de ideias autoritárias, bem como estas se organizam.

Há trabalhos de autorias da graduação e pós-graduação, além de pesquisadoras e pesquisadores que atuam em institutos federais, universidades públicas e privadas. Dentre estas instituições estão o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Agradecemos aos demais organizadores do dossiê e a todos(as) os(as) autores(as) por disponibilizarem generosamente os seus artigos. Sem mais, convidamos o público para apreciar os textos e divulgar o conteúdo desta nova edição que nos ajuda a compreender um pouco sobre como processos autoritários podem redefinir as dinâmicas da nossa sociedade, e como estas podem constituir aspectos simbólicos e políticos que necessitam da nossa constante sentinela.

## APRESENTAÇÃO

# DITADURA E ESTADO AUTORITÁRIO

**Thasio Fernandes Sobral**

Universidade Federal da Bahia

**Carlos Zacarias de Sena Junior**

Universidade Federal da Bahia

**Marcelo da Silva Lins**

Universidade Estadual de Santa Cruz

Uma frase atribuída ao ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill diz que “a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais”. É difícil mensurar a preocupação que se tem com a democracia assim tomada em abstrato, ainda mais quando se usa a palavra sem adjetivações. Como historiadores sabemos que não há “democracia” sem um contexto específico, não obstante todos farejamos quando ameaças pairam sobre as liberdades e os preceitos fundamentais de um regime fundado com as revoluções burguesas que, apesar de tantas idas e vindas, parece ser algo pelo que se deve lutar.

O tema da democracia e, daquilo que se supõe ser o seu oposto, as ditaduras, foi frequentemente revisitada no último decênio, quando a ameaça de golpes de Estado e a ascensão de governos autoritários alcançou diversos países. Sem se importar se são da dita civilizada Europa ou da celebrada “maior democracia do mundo”, a estadunidense, a emergência de governantes com evidentes traços autoritários acendeu o alerta das instituições, das classes dirigentes e de estudiosos, que passaram a chamar a atenção para o fato de que as democracias como são conhecidas estão sob o risco de desaparecer. Frente a esse quadro, que necessariamente inspira cuidado e preocupação, floresceu uma literatura dedicada a

escrutinar os meandros das potenciais ameaças à democracia liberal burguesa, buscando entender as razões dos seus atuais impasses.

Da lavra recente de politólogos, sociólogos, filósofos, por vezes até de psicólogos e juristas, diz-se das democracias que chegam ao fim, das que morrem, daquelas que tem o povo contra si, dos movimentos que vão na contramão da liberdade, das ditaduras que transitaram à democracia sem acertarem as contas com o passado através de uma justiça de transição e, sobretudo, acende-se o alerta para o discurso autoritário, o extremismo de direita, as ameaças militares e até mesmo a reemergência do discurso fascista. Cada frente de estudiosos tem se dedicado como pode, com suas ferramentas analíticas e conceitos cunhados ao longo do tempo, à tentativa de deslindar o fenômeno.

Nesse território fértil de estudos, embora por vezes árido de perspectivas e incontornavelmente eivado de embates políticos, quando por vezes os que tem por tarefa interpretar o mundo são também fustigados a transformá-lo, como sugeriu Marx, os historiadores, como não poderia deixar de ser, têm dado uma contribuição fundamental para a compreensão do fenômeno. Quer seja com o instrumental da História do Tempo Presente, ou então revisitando períodos históricos marcados pela *debacle* da democracia e que viram emergirem governos autoritários, os historiadores têm se dedicado ao necessário trabalho de explicar o passado para melhor dotar o presente de condições para evitar que aquilo que se entende como o mal se repita.

Imbuído desse espírito, que poderíamos atribuir ao *zeitgeist*, a revista "Veredas da História" oferece ao leitor o dossiê "Ditadura e Estado autoritário", em que diversos autores e autoras se dedicam a pensar o passado, movidos por inquietantes perguntas do presente. O dossiê começa com Marcelo Lima Costa (IEMA), que, através do artigo "SÃO LUÍS EM TEMPOS DE 'MILAGRE': MODERNIZAÇÃO URBANÍSTICA, AUTORITÁRIA E INACABADA SOB O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1966-1970)", buscou desvelar as contradições em torno dos projetos de modernização da capital maranhense, problematizando os discursos ao redor das obras feitas, no período, na cidade.

Após esta contribuição, o texto "O VELHO É O NOVO NOVO: *FASHWAVE* E O FASCISMO", de Maria Perla Araújo Moraes (UFMT) e Frederico José Andries Lopes (UFMT), busca, de modo crítico, refletir sobre os aspectos estéticos e discursivos em

torno do movimento *flashwave*, problematizando os usos políticos de movimentos artísticos do passado e do presente para a propagação de ideais conservadores e fascistas.

Como continuação desta jornada, a produção "O COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALAGOINHAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964–1985)", de Caliel Alves dos Santos (UNEB), fez uma análise da forma como o eleitorado alagoinhense agiu durante as eleições no período ditatorial, trazendo contribuições relevantes para se pensar como estes movimentos e interações ocorriam em cidades do interior baiano.

Já Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso (UFRJ), no artigo "A REPRESSÃO DURANTE A TRANSIÇÃO (1974-1979) E A 'INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES': AS BASES DA CONTRARREVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1988)", buscou questionar as políticas de transição e discutir os movimentos políticos em volta do retorno democrático enfrentado pelo Brasil durante a década de 1970.

Em sentido continuado, Caroline Rios Costa (UFRJ), em "A CORDA BAMBA E A DEMOCRACIA EQUILIBRISTA: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO À BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO", apreendeu uma análise das políticas de reparação no país, bem como discutiu os conceitos de justiça de transição, ausente no Brasil, entre o período posterior ao fim da Ditadura militar até a década de 2010.

Por último, o artigo "CAPAS DA MILITIA: REPRESENTAÇÕES DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO", de Silvane Ribeiro Gonçalves (UNICENTRO) e Rosemeri Moreira (UNICENTRO), que fizeram uma análise documental de uma revista militar, a fim de investigar os símbolos de masculinidade e os discursos em torno do gênero presentes em suas capas, bem como compreender de qual forma estes signos buscavam enaltecer a instituição e um passado supostamente heroico.

Com estas contribuições, esperamos que seja possível elaborar vívidas reflexões acerca de porque devemos bradar "Ditadura nunca mais, Democracia para sempre!"



# SÃO LUÍS EM TEMPOS DE “MILAGRE”: MODERNIZAÇÃO URBANÍSTICA, AUTORITÁRIA E INACABADA SOB O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1966-1970)

*SÃO LUÍS IN TIME OF “MIRACLE”: URBAN MODERNIZATION,  
AUTHORITARY AND UNFINISHED UNDER THE JOSÉ SARNEY  
GOVERNMENT (1966-1970)*

**Marcelo Lima Costa<sup>1</sup>**

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)

**Resumo:** O presente texto busca apresentar o debate acerca da modernização urbana em São Luís, durante o final dos anos 1960. Novos elementos como o Porto do Itaqui e o novo Plano Rodoviário, bem como as novas avenidas, sobretudo, nas áreas alagadas do centro da cidade deveriam ceder ao asfalto e ao concreto armado, numa representação do “novo”. Marca máxima da modernidade, as novas pontes, deveriam ligar a cidade antiga - dos sobradões, à cidade nova. Tais obras, elaboradas por jovens tecnocratas buscavam dar à capital uma nova fisionomia, compatível com a modernização proposta para o Maranhão e para o Brasil. Porém, essas mesmas intervenções urbanas representavam, também, a construção de uma nova narrativa, que escamoteava os muitos espaços da cidade, alheios ao movimento moderno, que por sua

**Abstract:** This text seeks to present the debate about urban modernisation in São Luís at the end of the 1960s. New elements such as the Port of Itaqui and the new Road Plan, as well as the new avenues, especially in the flooded areas of the city centre, were to give way to asphalt and reinforced concrete, in a representation of the “new”. The new bridges, the ultimate mark of modernity, were supposed to link the old city - the sobradões - to the new city. These works, designed by young technocrats, sought to give the capital a new physiognomy, compatible with the modernisation proposed for Maranhão and Brazil. However, these same urban interventions also represented the construction of a new narrative that concealed the many spaces in the city that were alien to the modern movement, which was limited by its exceptional nature.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Professor do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). E-mail: mlcosta89@bol.com.br.

natureza excepcional, foi limitado.

**Keywords:** São Luís. City. Modernization.

**Palavras-chave:** São Luís. Cidade. Modernização

### **Introdução: uma trajetória moderna de São Luís**

O alvorecer da República representou para o estado do Maranhão uma fase de dualidade entre uma suposta riqueza cultural e a crise econômica, sempre reportada pelas falas das elites locais. A despeito disso, essa mesma a elite, ressentida com a condição periférica da antiga província, procurou lançar a ideia da “Atenas Brasileira”, a fim de reestruturar supostos parâmetros sociais ditos clássicos, oriundos do século XIX. Tal mito residia na ideia de que São Luís teria sido um espaço privilegiado dos intelectuais, dos humanistas e dos pensadores, cujo maior símbolo foi o poeta romântico Gonçalves Dias. Mais tarde, ao longo do final do século XIX e parte do século XX, essa narrativa foi readaptada pela elite local, numa associação da pujança econômica da agro exportação com a formação de uma elite intelectual, detentora do poder político e econômico, ao longo desse período.

Grosso modo, as lideranças da antiga cidade – que outrora situou-se “como 4ª cidade brasileira em população”<sup>2</sup> buscavam inseri-la nos moldes modernizadores da República. Contudo, o moderno século XX se iniciava sob o signo da crise, em virtude do malogro dos negócios locais, baseados na mão de obra escrava, a partir de 1888. Entre altos e baixos, o primeiro quarto do século XX viu surgir a panaceia babaçu (uma espécie de palmeira dotada de frutos com sementes oleaginosas e comestíveis, das quais se extrai um óleo, empregado, especialmente na alimentação, no fabrico de remédios e de uma série de combustíveis), produto que, à época, tinha larga aceitação nos mercados internacionais e que era cogitado como a salvação da economia local.

Ao longo dos anos 1930, em meio à letargia econômica, o Maranhão era um estado com baixa densidade demográfica e desprovido de infraestrutura de comunicação e transportes, elementos que limitavam sua economia. Mesmo com algumas

---

<sup>2</sup> GOMES, José Tribuzi Pinheiro. **Formação Econômica do Maranhão:** Uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

mudanças propostas a partir dos anos 1930, o comércio exportador ainda era a base da economia.

Com raras mudanças, essa foi a realidade entre 1945 e meados dos anos 1960: dependência da agro exportação; comunicação e transportes débeis; estruturas políticas controladas por representantes das oligarquias, muitas delas, oriundas do século XIX. Além disso, a desaceleração no pós-1945 foi dramática para o estado. Segundo Henrique Costa Fernandes, o fim da 2ª Guerra Mundial, foi um baque para as contas públicas do Maranhão: “findado o conflito, à medida que se normalizava o trabalho e a produção, tudo o que era extraordinário, efeito imediato das agruras da guerra, foi lentamente desaparecendo do quadro das nossas transações exteriores”<sup>3</sup>.

A retomada econômica, cultural e política dos anos 1950 trouxe algum crescimento econômico, representado pelo impulso proposto por Juscelino Kubitschek e sua máxima “50 anos em 5” – programa de governo que prometia 50 anos de progresso e modernização em apenas 5 anos de mandato. Não obstante o ufanismo, os efeitos no Maranhão foram limitados.

A controversa liderança política do deputado Vitorino Freire, entre os anos 1947 e 1966, refletiu, em menor ou maior grau, a subordinação dos governadores à sua liderança política. Em virtude desse poder quase absoluto, toda a oposição, interessada nas transformações políticas e sociais se aglutinaram, uns mais à esquerda, outros mais à direita, numa frente política heterogênea contra o chamado *status quo*. E para a ansiada “modernização” era condição fundamental superar o situacionismo maranhense, através do discurso de mudanças para o estado, em meados dos anos 1960.

### **Maranhão novo?**<sup>4</sup>

As eleições estaduais de 1965 representaram o ponto alto de uma disputa pela primazia do projeto político local, na qual a dinâmica do poder no Maranhão sofreu uma inflexão com a subida de José Sarney ao governo, no bojo das Oposições Coligadas. A partir de 1966, em meio à promessa de dias gloriosos, Sarney habilmente se pôs ao lado dos assim chamados “revolucionários” de abril de 1964 e contou

---

<sup>3</sup> FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

<sup>4</sup> O dístico “Maranhão Novo” foi utilizado como slogan político e publicitário da campanha eleitoral e do governo José Sarney e estava implícita na propaganda a postura progressista modernizadora que o governo buscava imprimir.

com esse importante apoio. Foi nesse contexto que se iniciou o governo José Sarney, ancorado numa promessa de um verdadeiro “Milagre do Maranhão”.

Contando com forte popularidade, principalmente, nas áreas pobres da capital, o governador eleito, também possuía trânsito entre os reais donos do poder (embora tenha feito parte da subversiva Frente Parlamentar Nacionalista). Num ato de confiabilidade junto a Castello Branco, foi permitido ao udenista Sarney ascender à chefia do estado, especialmente em face de sua posição moderada, quando comparada aos seus principais adversários políticos<sup>5</sup>.

A votação expressiva se constituiu num *referendum* da sociedade, especialmente de São Luís, ao objetivo dos generais: afastar da arena política, certos coronéis tradicionais<sup>6</sup> que, no caso do Maranhão, estavam tanto no grupo *vitorinista*, quanto no bojo das Oposições Coligadas. Mesmo possuindo certa trajetória, Sarney converteu-se numa espécie de *outsider*, daí o consentimento, ainda que com alguma desconfiança, dos generais. As transformações pretendidas pelas chamadas Oposições Coligadas foram de tamanha monta que Carlos Lacerda, em entrevista à Revista Realidade, analisou a derrota política de Vitorino Freire no Maranhão:

ao bater seus concorrentes nas urnas, Sarney derrubou quase tudo quanto havia de tradicional na política do Maranhão: o senador Vitorino Freire, por exemplo, tinha quarto permanente no Palácio fazia 20 anos. Até carregava a chave no bolso em sinal de prestígio. Pois, Vitorino perdeu o quarto. E devolveu a chave.<sup>7</sup>

A partir de então, os membros do novo governo denominaram as transformações propostas de “milagre maranhense”, cujo pontapé inicial foi um conjunto de ações de modernização das instituições do estado – processo que ocorreu em paralelo com o aprofundamento do estado de exceção capitaneado pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5.

---

<sup>5</sup> Um dos principais adversários políticos de Sarney foi o petebista Renato Bayma Archer da Silva, filho do ex-governador Sebastião Archer, e que teve seus direitos políticos cassados em 1968, com base no Ato Institucional nº5.

<sup>6</sup> GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, fev-jun, 2007.

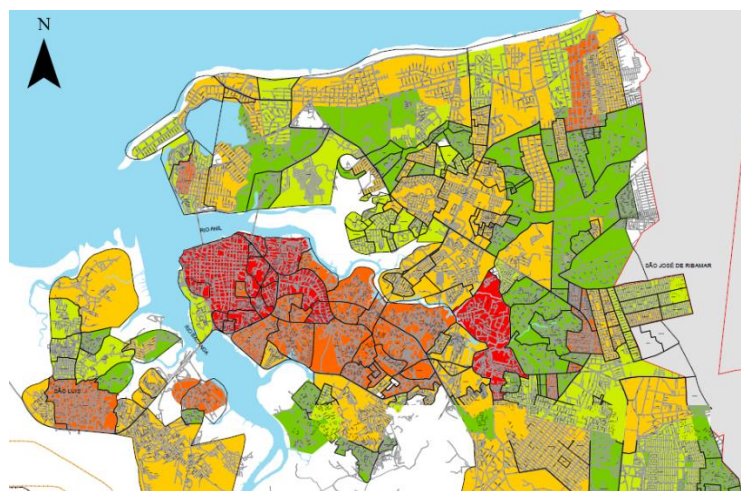
<sup>7</sup> LACERDA, Carlos. As Revoluções que eu vi. **Revista Realidade**. São Paulo, Edição 00001, p. 31-37, abr. 1966. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&Pesq=lacerda&pagfis=31> Acesso: 1 nov. 2022.



**Figura 1:** Vamos sacudir e romper esta estrutura medieval<sup>8</sup>

De maneira discreta, uma reforma política, administrativa e econômica foi delineada, cuja menina dos olhos era um ambicioso plano para a infraestrutura local, amparada na criação de várias instituições, dentre as quais a SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), que tinha o objetivo de planejar, coordenar as ações que promovessem o desenvolvimento do Estado. Tais iniciativas tiveram como mote expandir a cidade; falava-se que era necessário retirar o Maranhão e a cidade de São Luís de suas estruturas atrasadas, quase medievais, segundo relatório emitido pela Associação Comercial do Maranhão.

Havia a intenção de abrir novas vias e ampliar a estrutura urbana da capital, que até meados dos anos 1960 restringia-se ao eixo oeste-leste da cidade, entre o Centro Antigo e a Praia Grande, chegando até o Caminho Grande, numa faixa de terra espremida entre os rios Anil e Bacanga. Com tais bases, a cidade crescia de forma lenta; as habitações deficitárias, não atendiam à crescente demanda em virtude do êxodo rural.



**Figura 2:** As áreas destacadas em vermelho são as ocupações feitas até meados dos anos 1960, restritas à região central da cidade<sup>9</sup>

<sup>8</sup> VAMOS sacudir e romper essa estrutura medieval. **Jornal do Dia**. São Luís, 4 mar. 1966.

Havia o desejo da criação de uma nova cidade, dotada de regiões destinadas à especulação imobiliária, na forma de conjuntos habitacionais para a classe média e alta (na região norte da ilha) além de um amplo bairro operário, uma nova universidade, um lago artificial, de um distrito industrial e de um porto (na região sul da ilha), numa perspectiva de descentralizar o saturado eixo oeste-leste e o velho centro da cidade.

### **Mãos à obra: Início de uma era de paz e desenvolvimento**

A Revolução de 31 de março não cometeu no Maranhão qualquer absurdo. Terá cometido pequenos enganos, naturais em época de duração transitória. Mas, sua presença no pleito, garantindo a quantos nele se empenharam, foi o mais eloquente atestado de sua origem democrática. A Revolução chegou desarmada ao Maranhão e aqui se armou apenas, com o voto o povo maranhense. A Revolução nos trouxe o voto livre e a libertação pregada por José Sarney.<sup>10</sup>

Os resultados das eleições de 1965 – estritamente controlada pelos militares – não chegou a ser surpresa, uma vez que a conjuntura nacional era favorável ao grupo liderado por José Sarney. De acordo com Drielle Bittencourt, diante dessa vitória, houve um consenso para favorecer o chefe do executivo estadual perante a liderança da ditadura empresarial-militar.<sup>11</sup> Conforme a autora, o objetivo era claro: garantir que as propostas do novo governador fossem integradas ao projeto, que estava sendo posto em execução no âmbito federal.

O acesso aos organismos de fomento federais e o apoio explícito dos Marechais Castelo Branco e Costa e Silva, alçaram o estado atrasado e periférico a uma condição de polo para investimentos afim de, como falavam as lideranças locais, inseri-lo definitivamente na lógica capitalista – com todos os seus ônus e, eventualmente, algum bônus. Frente à forte propaganda, ancorada nos aparatos de imprensa à disposição do governo, os grandes projetos que viriam a proporcionar o “Maranhão Novo” e o “Milagre Maranhense” gozaram grande apoio da sociedade, tanto da classe média urbana, ciosa da alegada modernização, quanto das camadas populares,

---

<sup>9</sup> ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís**: uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís - Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade (INCID). São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

<sup>10</sup> A REVOLUÇÃO de 31 de março não cometeu no Maranhão. **O Imparcial**. São Luís, 14 de out. de 1965.

<sup>11</sup> BITTENCOURT, Drielle Souza. “Maranhão Novo”: o primeiro ano do governo José Sarney (1966) através do jornal *O Imparcial*. In: Monica Piccolo; Fabio Henrique Monteiro Silva. (Org.). *Agentes, agências e imprensa na construção dos Regimes Ditatoriais Contemporâneos*. São Luís: Editora UEMA, 2019, p. 273-296.

que viam em muitos desses projetos, oportunidades para a obtenção do trabalho formal, em especial na construção civil.

Apesar do escopo modernizador, muitas medidas representaram retrocessos e passaram longe de promover ganhos para a parcela mais vulnerável da população de São Luís. Conforme Neto, a lei de terras de 1969 – um importante aparato jurídico da época “foi um importante exemplo dessa lógica”,<sup>12</sup> uma vez que, a legislação impôs dificuldades para o uso da terra pelos posseiros e, por isso, incentivou o processo das periferias, sobretudo nas regiões alagadiças e centrais de São Luís, espaços que estavam ao alcance da população pobre que chegava à capital.

Ao longo dos anos, houve um sentimento de estabilidade difundido pelo governo, que se fundeava nos seguintes elementos: apoio popular, oposição inexistente e, por fim, confiança dos militares que governavam o país. Com essa estabilidade, uma série de ações começava a tomar corpo, tais como: a melhoria estrutural e pavimentação das rodovias; a criação da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA); a estruturação das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) e da Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB); a fundação da Companhia de Telecomunicações do Maranhão (TELMA); a implementação do Tele Ensino através do Centro Educacional do Maranhão (CEMA), além da criação do Centro de Processamento de Dados do Maranhão (PRODATA).

Esses não eram os únicos projetos que demandavam a atenção. Em virtude dos planos para a capital, já se falava na necessidade da remoção de grande parte das moradias pobres próximas ao Rio Bacanga, na região central de São Luís. Previasse a construção de um aterro para que a cidade avançasse sobre o mangue (o Aterro do Bacanga) e a construção de um elo entre a cidade e o que viria a ser o Porto do Itaqui, (a Barragem do Bacanga). Todas essas ações tinham como tema, a inserção do Maranhão no século XX e para tal, a construção da Ponte do São Francisco – Ponte da Esperança, para muitos, era o símbolo maior dos novos tempos.

Como dito antes, a afinidade entre o governo local e os militares colaborou para a liberação de 520 milhões de cruzeiros junto aos organismos de fomento fede-

---

<sup>12</sup> AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH, 2019, p. 1-16. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf). Acesso: 1 nov. 2022.

rais para as obras iniciais do Aterro do Bacanga.<sup>13</sup> De certo, o espírito da época – ou *zeitgeist*<sup>14</sup> como sugerem os alemães – estava imerso na perspectiva de abrir a cidade à modernidade, ainda que, atreladas ao sistema capitalista e autoritário, típico da experiência periférica brasileira. Os supostos benefícios oriundos da política desenvolvimentista autoritária nacional, eram fortemente propagandeados, inclusive um conjunto de dados ascéticos quase inalcançáveis para a maioria dos cidadãos – dos indicadores econômicos: a partir do período de 1968 – nos dois últimos anos do governo Sarney, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de “aproximadamente 11 % ao ano, enquanto no período anterior (1964-1967) o crescimento havia sido na casa de 4,2% ao ano.”<sup>15</sup>

Haviam vários componentes nesse cadinho do crescimento econômico: a grande expansão da economia internacional e a oferta de crédito externo barato e, principalmente, o fator das amplas reformas institucionais propostas pelo PAEG — Programa de Ação Econômica do Governo — o primeiro plano econômico lançado após o Golpe Civil-Militar de 1964. Tais reformas visavam criar as condições para a subsequente aceleração, que Sarney tanto soube usar em seu favor viria executar no Maranhão, afim de alterar o fato do estado do Maranhão ser o menos industrializado do Brasil. Apresentado pelo Ministro do Planejamento da ocasião, Roberto Campos, o plano previa o combate à inflação; aumento dos investimentos estatais (em especial na infraestrutura) e reformar o Sistema Financeiro Nacional, com a intenção de diminuir as desigualdades regionais (Norte-Sul) e atrair investimentos externos.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> 520 MILHÕES de cruzeiros para o Aterro do Bacanga. **O Imparcial**. São Luís, 30 nov. 1966.

<sup>14</sup> Goethe definiu *zeitgeist* como um conjunto percepções e impressões que dominam um momento específico da história e que, de modo inconsciente, definem o pensamento de todos os que vivem num determinado contexto, sobretudo espacial e histórico. Cf. WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 205–224, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5537>. Acesso: 18 nov. 2022.

<sup>15</sup> VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, pp. 221-246, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso: 18 nov. 2022.

<sup>16</sup> VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, pp. 221-246, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso: 18 nov. 2022.





**Figura 3** Maranhão é o estado menos industrializado do Brasil<sup>17</sup>

Naquele contexto de mudanças – senão executadas, mas, pelo menos planejadas – era necessário mudar a fisionomia da cidade, expandi-la para além rios e transformá-la, efetivamente, numa cidade industrial. Esta ideia de modernização, de tempos em tempos, era revisitada, apresentando uma grande variedade de termos para definir os processos e as mudanças ditas modernas, ao longo do século XX. Sobre o fenômeno da modernização, José Carlos Reis, pontua que ações salvacionistas tinham como ideia da modernização e a superação dos valores de antigos, atrasados no sentido de revelar a “verdade, o caminho e a vida,”<sup>18</sup> numa fé quase religiosa. De acordo com essas concepções, as intervenções deveriam ser planejadas por tecnocratas religiosamente fiéis à “revolução”: engenheiros, arquitetos, administradores e advogados. Projetos como o Aterro e a dragagem do rio Bacanga, a construção de uma barragem sobre o mesmo rio cujo projeto foi elaborado entre 1966 e 1967. Previam-se, ainda, a urbanização de uma de suas margens, bem como o projeto do Anel Viário, todos bebiam dessa fonte: trazer a verdade e a vida. E para tal, nada melhor que um “milagre”.

Além da construção das novas avenidas, havia a proposta para uma transformação nos modos de viver e morar das camadas pobres da cidade; a construção de um grande bairro operário – autoridades chegaram a falar em 400 mil habitantes, a maioria oriunda dos bairros atingidos pelas intervenções – a ser construído na região do Itaqui, distante do centro da cidade. Estava claro que no novo modelo de modernidade não havia lugar para os casebres, as palafitas, o mangue.

<sup>17</sup> MARANHÃO é o estado menos industrializado do Brasil. **Jornal do Dia**. São Luís, 4 mar. 1966.

<sup>18</sup> REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.



**Figura 4** Pesquisa já quase concluída dimensiona problema habitacional<sup>19</sup>

O estopim para que o projeto de remoção do grande contingente populacional iniciado foi um incêndio nas palafitas do Goiabal, importante bairro da região central da cidade, ocorrido na noite do dia 14 de outubro de 1968. Na mesma semana do sinistro, mais que depressa o governo estabeleceu que “não mais seria permitida a construção de novas moradias nos locais, com previsão de serem alvo de eventuais intervenções urbanas ou remoções”.<sup>20</sup>

Foi justamente o trágico acontecimento que desencadeou amplas transformações na cidade: com o desastre, um grande contingente de desabrigados foi rapidamente realojado, na região do Itaqui, no que viria a ser o bairro do Anjo da Guarda. A ação estava amparada nos planos já delineados desde 1966, inclusive com pesquisas realizadas pelo renomado urbanista *Wit-Olaf Prochnik*<sup>21</sup> através de sua equipe, na firma “Arquitetura e Planejamento”, um dos maiores escritórios de arquitetura do Brasil nos anos 1960. A equipe foi responsável pela elaboração dos planos para a construção do Distrito Industrial e do Plano Diretor de São Luís, medidas que tinham como objetivo mapear o problema urbano e habitacional da cidade bem como elaborar planos para a futura cidade, que no futuro se via industrial.<sup>22</sup>

Desde 1966 já existiam propostas para a ocupação da área do Itaqui e a justificativa era a construção de vias de acesso ao novo Porto. Assim, a construção do trecho da rodovia ligando São Luís ao novo Porto do Itaqui alavancou-se com o incentivo propagandístico de um lado e a necessidade dos vitimados pelo incêndio do outro e, ainda em 1968, se iniciava a ocupação da região até então conhecida como *Itapicuraíba* – histórica nomenclatura do Anjo da Guarda.

<sup>19</sup> PESQUISA, já quase concluída, dimensiona problema habitacional. **Jornal do Dia**. São Luís, 14 jul. 1968.

<sup>20</sup> VÍTIMAS do incêndio do Goiabal serão transferidas para o Itaqui. **O Imparcial**. São Luís, 19 out. 1968.

<sup>21</sup> Wit-Olaf Prochnik foi um dos maiores arquitetos do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960 e 1970.

<sup>22</sup> PLANEJAMENTO do Porto do Itaqui. **O Imparcial**. São Luís, 10 jan. 1968.



**Figura 5** Inaugurações de diversas obras marcam o segundo ano de governo do Dr. Sarney<sup>23</sup>

Além da construção do bairro operário do Anjo da Guarda, outras ações foram realizadas no desígnio do que se chamou “Maranhão Novo”. A Ponte do São Francisco ou Ponte da Esperança, vista como o grande símbolo daqueles novos anos. Dessa maneira, a Ponte deveria ligar o Centro velho à outra margem do rio Anil e à cidade nova, que lá deveria ser erguida. Sua construção proporcionou, de acordo com Moraes, um paulatino processo de valorização da antiga vila de pescadores do São Francisco, transformando-a num polo de atração de investimentos imobiliários,<sup>24</sup> a partir da década de 1970.

Outra ponte que foi bastante comemorada na imprensa e nas rodas da cidade foi a Governador Newton Bello, mais tarde batizada de “Ponte do Caratatiua” também sobre o Rio Anil. Ela tinha como proposta, encurtar a distância entre o centro da cidade e a região das praias do Olho d’Água e Araçagi, as mais frequentadas de então. A construção foi acompanhada por um conjunto residencial do Instituto de Pensões do Estado do Maranhão, fato que contribuiu para a urbanização daquela região.<sup>25</sup>

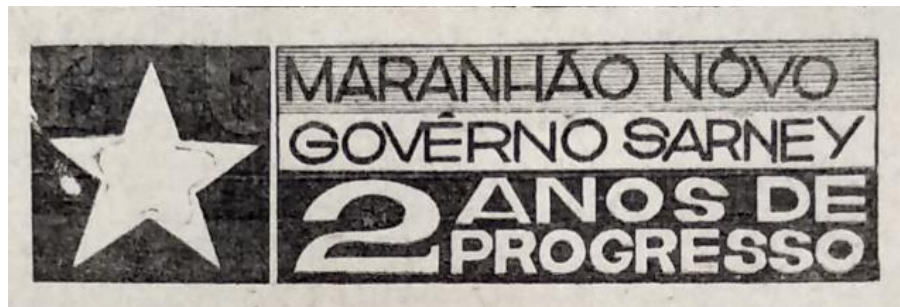
Uma das metas da administração estadual era a criação de uma nova infraestrutura urbana através do planejamento racional, e do trabalho de um corpo técnico-administrativo (executado tanto por funcionários do governo do estado e da prefeitura, quanto por assessorias especializadas, contratadas para esse fim). Esse itinerário

<sup>23</sup> INAUGURAÇÕES de diversas obras marcam o segundo ano de governo do Dr. Sarney. **O Imparcial**. São Luís, 25 jan. 1968.

<sup>24</sup> MORAIS, Natércia Cristyna Freitas. **A ponte da esperança**: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). Orientador: Prof. Elizabeth Abrantes. 2006. 79 f. TCC (Graduação) Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

<sup>25</sup> PONTE do Caratatiua. **O Imparcial**. São Luís, 16 jun. 1968.

daria vida às intervenções – com condições e competência para a realização de tais propostas.<sup>26</sup>



**Figura 6** Selo comemorativo de dois anos de governo Sarney, exibido em toda a publicidade governamental<sup>27</sup>

Sarney e sua equipe atraiu a atenção da mídia do sul do país, como um exemplo de particular êxito: a Revista *Veja* noticiou que o pobre estado nordestino passava por uma verdadeira revolução, cujas linhas gerais apoiavam-se num ambicioso plano de pavimentação das rodovias, na construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, na estruturação da TVE e nas inúmeras intervenções urbanas em São Luís, cuja marca maior foi a Ponte do São Francisco. Outros elementos também funcionaram como publicidade para o suposto novo Maranhão – os repetidos anúncios da chegada de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de indústrias, notadamente do setor alimentício que chegavam ao Estado, como o caso da “Cervejaria Maranhense”, instalada na cidade em 1968.<sup>28</sup>

Ademais, o crescimento da cidade, as obras que ocorriam pelo seu subúrbio e a chegada de novos empreendimentos industriais, demandavam um elemento importante e necessário: energia elétrica. Esse era um problema que afligia a capital, acostumada com interrupções periódicas do fornecimento de eletricidade. A construção da Usina da Boa Esperança, no Médio Parnaíba (divisa com o estado do Piauí), visava contribuir para o incremento do fornecimento de energia elétrica, para que a capital reduzisse a dependência de geradores movidos a diesel.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> GUILHON, Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, fev-jun, 2007.

<sup>27</sup> GOVERNO Sarney, dois anos de progresso. *Jornal do Dia*. São Luís, 5 maio 1968.

<sup>28</sup> INVESTIMENTOS da SUDENE no Maranhão. *O Imparcial*. São Luís, 15 mar. 1968.

<sup>29</sup> NOVOS geradores para a capital. *Jornal do Dia*. São Luís, 6 set. 1968.

Porém, por serem limitados, extensas regiões do subúrbio, em especial na área do Anjo da Guarda, ficavam periodicamente sem energia, fato que evidenciava a prioridade para aquele governo: o fornecimento de energia para os empreendimentos privados vinha em primeiro; a 'luz' para as camadas pobres da cidade, depois.

### **Considerações finais**

E o milagre aconteceu... máquinas chegaram para acelerar o progresso (...) uma equipe jovem, liderada por jovens veio proporcionar melhores dias aos maranhenses", (...) uma das mais ousadas construções da época foi a 'Barragem de Bacanga' que visava melhorar o saneamento da cidade, encurtar a distância para o novo porto e dar um laço à cidade.<sup>30</sup>

Com a narração do icônico locutor Aloízio Pimentel, o cinejornal "O Milagre do Maranhão", dirigido pelo cineasta romeno Isaac Rozenberg relata uma série de realizações do governo de José Sarney. O filme objetivava apresentar ao público nacional os feitos do governo estadual, o sucesso de suas obras e o alinhamento com as ordens dos militares. Além disso, o cinejornal ajudou a pavimentar a candidatura (vitoriosa) do governador José Sarney ao senado, em 1970.

O milagre maranhense, assim como o chamado "milagre brasileiro", foi marcado por um movimento de fortes investimentos que resultaram no elevado grau de satisfação de setores diretamente beneficiados pelos incentivos, precipuamente daqueles ligados ao grande capital nacional e estrangeiro. De acordo com Carlos Giannazi, a oferta de empregos formais foi efetivamente ampliada – as grandes obras infra estruturais foram importantes nesse quesito – porém, esse aumento não significou "um paralelo aumento dos índices salariais para a grande maioria dos trabalhadores manuais não especializados."<sup>31</sup> Do ponto de vista urbano, segundo Maricato (2013), a segunda metade do século XX foi um importante momento de modernização da estrutura das cidades brasileiras; desde a ocupação urbana até o interior das moradias, as transformações foram profundas, fato que não significou, entretanto, uma transformação homogeneamente moderna, de modo que o milagre e a modernização possuíam claros limites.

---

<sup>30</sup> **O MILAGRE do Maranhão.** Direção geral de Isaac Rozenberg. Rio de Janeiro: Laboratório Rex Líder, 1970.

<sup>31</sup> GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o Milagre Econômico (1969/1973).** São Paulo: Cortez, 2013.

Enquanto o crescimento econômico se manteve, o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso aos direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento.<sup>32</sup>

No que diz respeito à São Luís do final dos anos 1960, uma percepção preliminar dos aspectos do milagre nos leva a identificar que as consequências desse fenômeno foram limitadas, principalmente, para as classes populares. Na medida que surgia, por exemplo, um Conjunto Habitacional ELCA, (Conjunto Habitacional de Alto Padrão, construído pela construtora de mesmo nome, em 1968), pululavam, na periferia da cidade, novas ocupações irregulares, procedentes do crescimento desordenado e do êxodo rural.

De acordo com Flávio Vilaça, as camadas de baixa renda, durante boa parte do século XX, passaram a ocupar “parcelas do espaço urbano desprezadas pelas camadas de mais alta renda, inclusive aquelas junto às ferrovias”.<sup>33</sup> Havia, inclusive, um movimento lento, porém, constante de esvaziamento do centro histórico, representado no bairro da Praia Grande, em favor de áreas mais dinâmicas da cidade. Segundo o cronista J. Cordeiro (1968):

a Praia Grande, outrora o coração de vida e dinamismo do comércio de São Luís perdia espaço. Diversas firmas galgaram as ladeiras para o altiplano da cidade, nas Ruas da Palma, Afonso Pena, Praça João Lisboa; já se destacam as ruas da Paz, do Sol e, principalmente, a Oswaldo Cruz, além do João Paulo, que se transforma num centro de nosso comércio atacadista e varejista.<sup>34</sup>

Naturalmente, esse conjunto de empreendimentos comerciais atraía um grande contingente de moradias, de todos os níveis, para suas cercanias. O caso do bairro do João Paulo é característico, pois aquela região se tornou, em meados dos anos 1960, um espaço de casas sofisticadas, construídas segundo as mais modernas tipologias da arquitetura progressista, porém, cercado por uma série de bairros pobres e com reduzidos serviços públicos. O outrora Caminho Grande, elo entre o antigo centro e um importante ponto de passagem de quase toda a população dos subúrbios, “passou a ligar, também, a herança do trapiche lusitano à influência das residências modernas do João Paulo”. O cronista Celso Anchieta pontuava que a cida-

<sup>32</sup> MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>33</sup> VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

<sup>34</sup> CORDEIRO, J. O que é e o que foi. **Jornal do Dia**. 28 jan. 1968, p. 5.

de, aos poucos ia mudando sua fisionomia, mesclando o novo e o velho, o tradicional e o moderno:

a cidade se expande ante o capricho de uma população que se multiplica. Hoje o conjunto arquitetônico de São Luís é formado pela mescla de novos e velhos edifícios (...) A poesia cede por instantes o seu lugar à ciência. É necessário multiplicar o número de profissionais técnicos.<sup>35</sup>

O crescimento físico-territorial – e, para a elite, até espiritual – de São Luís teve como ato paralelo, a consolidação dos bairros populares em meio aos conjuntos de classe média, tais como o “Caratatiua, Jordoa e Sacavém, vizinhos do então subúrbio João Paulo, que se tornou um subcentro funcional.”<sup>36</sup> Portanto, com os planos para São Luís, uma nova cidade surgia, na busca de superar a fisionomia da velha capital, ainda apegada aos estilos urbanísticos e arquitetônicos dos anos 1920 e 1930.

O crescimento geográfico da cidade deveria subordinar-se à construção do eixo norte-sul (que cruzava a região central) e que se estendia desde a ocupação São Francisco, proporcionada pela Ponte da Esperança, passando pela região norte da ilha até a região sul, aonde iriam se localizar o Distrito Industrial, o novo Porto do Itaqui, o campus da Universidade Federal, além do novo bairro operário do Anjo da Guarda. A “guerra” aos casebres, às palafitas, ao mangue e à pobreza seguia, mas era limitada. Naquele contexto de modernização atrelada ao capital, era mais interessante deslocar os símbolos da pobreza para longe; eles deviam ceder espaço para o asfalto e para o concreto. E a população proveniente dos bairros atingidos pelas intervenções, conforme o modelo adotado, seriam transferidas para a distante região do Itaqui.

Vale lembrar que esse fenômeno era uma consequência local de uma tendência nacional da época, onde expandir o território era uma verdadeira “marcha para oeste” que buscava ocupar, tal qual a Amazônia, consideradas como terras devolutas, com a finalidade de promover o tão sonhado crescimento capitalista, ainda que de forma subalterna e autoritária. A estruturação do novo bairro operário do Itaqui (Anjo da Guarda) esteve sob a batuta da CETRAP (Comissão Estadual de Transferência da População), órgão responsável por executar políticas nas novas regiões ocupadas pelo governo. Porém, as sonhadas políticas públicas não passaram da construção de

<sup>35</sup> ANCHIETA, Celso. Entre o Anil e o Bacanga. **O Imparcial**. 29 nov. 1968, p. 5.

<sup>36</sup> LOPES, José Antônio Viana. Caminho grande. In LOPES, José Antonio Viana (Org). **São Luís, Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

humildes palhoças, realizadas, de maneira precária, pelos soldados da Polícia Militar.<sup>37</sup>

A partir de 1969, a capital passou a contar com prefeitos biônicos, na sua maioria engenheiros. O jovem engenheiro Haroldo Olympio Lisboa Tavares foi um dos responsáveis por dar continuidade aos projetos do final dos anos 1960. Com a experiência de ter exercido o cargo de diretor-geral do DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) Tavares liderou o processo de expansão da cidade para territórios para além dos rios Anil e Bacanga. A chegada de Sarney marcou, também, a chegada de um grupo de engenheiros, do qual Tavares fazia parte. Sob a liderança de Tavares, um conjunto de soluções foram propostas para a cidade, como a adequação da cidade ao trânsito crescente de automóveis e o lançamento de uma campanha de despalafitação<sup>38</sup> – de poucos resultados práticos. Essa “guerra” às palafitas foi lançada pela prefeitura em 1971 e contou com ampla promoção da mídia, num indício de que a cidade real estava muito distante da cidade desejada. O conjunto viário do centro da cidade, o aterro e a barragem do Bacanga, a construção de casas populares via BNH e a pavimentação pelo interior da ilha, deram ao prefeito, que permaneceu no cargo até 1974, o título informal de idealizador da São Luís moderna<sup>39</sup> pelo menos nos moldes do que desejava a ditadura vigente.

Tendo em vista os anos autoritários, o governo executou todos os seus projetos sob a perspectiva da segurança nacional. A ideologia da marcha para o oeste e a ocupação dos espaços vazios foram componentes que atraíram muita atenção da Ditadura Militar, que se configurou como um aspecto determinante nesse processo de expansão da malha urbana e de transportes em São Luís, a fim de introduzir o Estado do Maranhão e sua capital, no circuito capitalista nacional.

Sem a participação popular no bolo capitalista, a ocupação das novas áreas de São Luís provocou a chegada de grandes “levas de migrantes motivados pela promessa de emprego na região portuária e industrial”,<sup>40</sup> contribuindo para o cresci-

---

<sup>37</sup> CONCLUÍDA a transferência das vítimas do incêndio para o Itaqui. **Jornal do Dia**. São Luís, 10 nov. 1968.

<sup>38</sup> O processo de ‘despalafitação’ foi uma política pública compulsória e de efeitos limitados que previa a erradicação das palafitas, nas áreas de várzea dos Rios Anil e Bacanga. Em 1971 surge a primeira proposta formalizada neste sentido, com o “Programa de Despalafitação de São Luís”, através de convênio entre a Prefeitura e o Banco Nacional de Habitação.

<sup>39</sup> HAROLDO Tavares, ex-prefeito de São Luís, morre aos 80 anos. **O Estado do Maranhão**. 10 jul. 2013.

<sup>40</sup> ARAÚJO, Ed Wilson; RIBEIRO, Marizélia Rodrigues. Do Cais da Sagração ao Porto do Itaqui: a decadência da Praia Grande e a ascensão do “Maranhão Novo”. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. **Anais Eletrônicos**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em:



mento desordenado do espaço, trazendo consigo, alguns problemas como a ausência de serviços públicos e a violência urbana, itens que ajudaram a formar o estigma dos bairros periféricos da capital. Apesar da instalação da Universidade Federal do Maranhão na região do Anjo da Guarda, a instituição de ensino superior foi quase que um enclave dos intelectuais e tecnocratas em meio à pobreza – semelhante ao papel das indústrias e o porto, como enclaves do desenvolvimento capitalista periférico em meio às palhoças da periferia da cidade.

Os dilemas da modernidade suburbana atingiam de forma cada vez mais intensa as franjas da cidade; havia a intenção de anunciar parte dos bairros afastados como ícones do moderno, porém, a realidade os aproximava à simbologia típica do subdesenvolvimento brasileiro. A violência era um problema e os serviços públicos mais elementares eram deficitários – apesar da proximidade com a porta de saída de uma das maiores riquezas do país: o ferro extraído das jazidas do Pará, que tinha sua parada final no processo de extração para o exterior.

Havia, segundo Janaina Cordeiro, um discurso que perpassava o campo metafórico de que finalmente o futuro havia chegado.<sup>41</sup> Desse modo, desde os planejamentos preliminares do Itaqui, até as soluções viárias dos anos 1960, o cenário de exclusão e contradições da periferia da capital maranhense, composto por “casebres em meio às usinas”.<sup>42</sup> Assim sendo, as periferias da cidade, ao longo da segunda metade dos anos 1960 foram marcadas – em maior ou menor grau pelo processo traumático de implante do capitalismo limítrofe e autoritário, onde os serviços e políticas públicas, bem como as supostas benesses de um Maranhão Novo, tiveram restringido o alcance.

## Referências

520 MILHÕES de cruzeiros para o Aterro do Bacanga. **O Imparcial**. São Luís, 30 nov. 1966.

AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2019, Recife, Pernambuco. **Anais Eletrônicos**. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH, 2019. Disponível em:

---

[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/docaisdasagracao\\_aoportodoitaquiadecadenciadapraiaagrandeaaascensaodomarahaonovo.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/docaisdasagracao_aoportodoitaquiadecadenciadapraiaagrandeaaascensaodomarahaonovo.pdf). Acesso: 1 nov. 2022.

<sup>41</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

<sup>42</sup> GISTELINCK, Franz. **Carajás**: usinas e favelas. São Luís: Minerva, 1988.

[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf). Acesso: 1 nov. 2022.

ANCHIETA, Celso. Entre o Anil e o Bacanga. **O Imparcial**. 29 nov. 1968, p. 5.

A REVOLUÇÃO de 31 de março não cometeu no Maranhão. **O Imparcial**. São Luís, 14 de out. de 1965.

ARAÚJO, Ed Wilson; RIBEIRO, Marizélia Rodrigues. Do Cais da Sagração ao Porto do Itaqui: a decadência da Praia Grande e a ascensão do "Maranhão Novo". In: 8ª JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017. **Anais Eletrônicos**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/docaisdasagracaoaoportodoitaquiadecadenciadapraiagrandeeaaasce nsaodomaranhaonovo.pdf>. Acesso: 1 nov. 2022.

BITTENCOURT, Drielle Souza. "Maranhão Novo": o primeiro ano do governo José Sarney (1966) através do jornal O Imparcial. In: Monica Piccolo; Fabio Henrique Monteiro Silva. (Org.). **Agentes, agências e imprensa na construção dos Regimes Ditatoriais Contemporâneos**. São Luís: Editora UEMA, 2019, p. 273-296.

CONCLUÍDA a transferência das vítimas do incêndio para o Itaqui. **Jornal do Dia**. São Luís, 10 de nov. de 1968.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, J. O que é e o que foi. **Jornal do Dia**. 28 jan. 1968, p. 5.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís - Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade (INCID). São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GISTELINCK, Franz. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

GOMES, José Tribuzi Pinheiro. **Formação Econômica do Maranhão: Uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

GOVERNO Sarney, dois anos de progresso. **Jornal do Dia**. São Luís, 5 maio 1968.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, fev-jun, 2007.

HAROLDO Tavares, ex-prefeito de São Luís, morre aos 80 anos. **O Estado do Maranhão**. 10 jul. 2013.

INAUGURAÇÕES de diversas obras marcam o segundo ano de governo do Dr. Sarney. **O Imparcial**. São Luís, 25 jan. 1968.

INVESTIMENTOS da SUDENE no Maranhão. **O Imparcial**. São Luís, 15 mar. 1968.

LACERDA, Carlos. As Revoluções que eu vi. **Revista Realidade**. São Paulo, Edição 00001, p. 31-37, abr. 1966. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&Pesq=lacerda&pagfis=31> Acesso: 1 nov. 2022.

LOPES, José Antônio Viana. Caminho grande. In LOPES, José Antonio Viana (Org). **São Luís, Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

MARANHÃO é o estado menos industrializado do Brasil. **Jornal do Dia**. São Luís, 4 mar. 1966.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORAIS, Natércia Cristyna Freitas. **A ponte da esperança: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970)**. Orientador: Prof. Elizabeth Abrantes. 2006. 79 f. TCC (Graduação) Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

NOVOS geradores para a capital. **Jornal do Dia**. São Luís, 6 set. 1968.

**O MILAGRE do Maranhão**. Direção geral de Isaac Rozenberg. Rio de Janeiro: Laboratório Rex Líder, 1970.

CONCLUÍDA a transferência das vítimas do incêndio para o Itaqui. **Jornal do Dia**. São Luís, 10 nov. 1968.

PLANEJAMENTO do Porto do Itaqui. **O Imparcial**. São Luís, 10 jan. 1968.

PONTE do Caratatiua. **O Imparcial**. São Luís, 16 de jun. de 1968.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

VAMOS sacudir e romper essa estrutura medieval. **Jornal do Dia**. São Luís, 4 de março de 1966.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do milagre econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Rev. Bras. Econ.** 2008, vol. 62, n.2.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

VÍTIMAS do incêndio do Goiabal serão transferidas para o Itaqui. **O Imparcial**. São Luís, 19 out. 1968.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Soc. estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 30/10/2023

# O VELHO É O NOVO NOVO: *FASHWAVE* E O FASCISMO

*THE OLD IS THE NEW NEW: FASHWAVE AND FASCISM*

**Maria Perla Araújo Morais<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Mato Grosso

**Frederico José Andries Lopes<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** Neste artigo, procuramos discutir um tipo de estética que dá suporte às mensagens da extrema direita: a *fashwave*. Estudamos, a partir de algumas imagens, as características desse movimento, sobretudo sua retomada de elementos da Antiguidade Clássica com um viés conservador. A *fashwave* reforça conteúdos de discriminação e controle explorando os mitos greco-latinos, as figuras reacionárias e o imaginário relacionado à opressão. Dissemina ideias fascistas como extermínio de minorias, questionamento das democracias e o nacionalismo extremo. É veiculada em plataformas digitais em forma de imagens, propagandas políticas, memes, emojis, músicas, clipes e, até, em variação de palavras.

**Palavras-chave:** *Fashwave*; Antiguidade Clássica; História; Fascismo.

**Abstract:** In this article we try to discuss a type of aesthetic that supports the messages of the extreme right: *fashwave*. By means of some images, we study the characteristics of this movement, especially its return to elements of classical antiquity with a conservative bias. *Fashwave* reinforces contents of discrimination and control by exploiting Greco-Latin myths, reactionary figures and imagery related to oppression. It promotes fascist ideas such as the extermination of minorities, the questioning of democracies, and extreme nationalism. It is communicated on digital platforms in the form of images, political propaganda, memes, emoticons, songs, clips, and even word variations.

**Keywords** *Fashwave*; Classical Antiquity; History; Fascism.

1 Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Mato Grosso

2 Doutor em Educação Matemática pela UNESP. Docente do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso

Não estamos mais em um regime de cristianismo porque a fé – especialmente na Europa, mas também em grande parte do Ocidente – não é um pré-requisito óbvio para a vida comum.<sup>3</sup>

## 1- Introdução

O Papa Francisco, no final de 2019, afirmou que não estaríamos sob a hegemonia do mundo cristão, uma vez que a fé não seria mais uma exigência na vida. Uma declaração como essa é tão sintomática quanto aquela pronunciada pela então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher nos anos 1980, anunciando a ascensão do capitalismo neoliberal: “Não existe esse negócio de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais, e há famílias”.<sup>4</sup> Se Thatcher anuncia o princípio sobre o qual o projeto neoliberal se alicerça, Papa Francisco mostra as próprias consequências dessas sociedades cujas lógicas centradas na promoção do indivíduo geram um projeto em comum de controle. A crise das instituições sociais, que nos faz questionar hoje a função do Estado-nação, também engloba as instituições religiosas, demonstrando que a gramática neoliberal produziu relações tão extremas que desemboca em totalitarismos.

Dessa forma, embora paradoxal, as ideias de um Estado de controle forte ou de uma revolução conservadora de caráter religioso não são alheias ao processo de encrudescimento das políticas neoliberais, se constituindo mesmo em suas consequências. O atual estágio do neoliberalismo só consegue avançar com o aumento de instrumentos de controle; e governo e religião aparecem como instituições que produzem as políticas de subalternidades necessárias para isso. Essas políticas constroem a padronização fundamental para a nova etapa neoliberal.

No ocidente, as ideias veiculadas pelos novos nacionalismos estão apoiadas em pautas de forte caráter religioso, alicerçando movimentos contrários ao aborto e

---

3 PAPA FRANCESCO. Discurso do Pai Santo Francis à Cúria romance para casas de natal. 21 de dezembro de 2021. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2019/december/documents/papa-francesco\\_20191221\\_curia-romana.html](https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2019/december/documents/papa-francesco_20191221_curia-romana.html) Acesso em: 18/11/2022.

4 THATCHER, Margareth apud SAFATLE, Vladimir. Canonizando Margaret. *Folha de São Paulo*, 09/04/2013. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1259409-canonizando-margaret.shtml> Acesso em: 18/11/2022.

ao casamento homoafetivo ou, mesmo, reforçando o papel subalterno da mulher na sociedade. Estado e religião protocolam, tais como numa empresa, planos de negócios, regras de funcionamento, visões e objetivos corporativos, mas funcionam como uma identificação de grupo, demonstrando mais o declínio do mundo cristão do que seu apogeu. A associação entre essas duas instâncias denuncia a falta de uma base comunal, a não ser a produção constante de inimigo, engendrando políticas de controle e ressuscitando dinâmicas recorrentes como a procura de comunistas, o fomento de ideias e mitologias conservadoras, a recusa a pertencer ao sistema ou a crítica à velha política. O estágio atual do neoliberalismo faz emergir políticas de ódio, como mecanismos de identificar grupos para justificar exclusões e controle.

Há uma “estética híbrida”<sup>5</sup> que acompanha esse panorama de redefinições políticas e econômicas, recorrendo a representações que elegem signos do passado para delimitar projetos do presente e do futuro. Mas, como acreditamos, sem base alguma comunal, esses signos são vazios e alicerçados em mensagens que deslocam os tempos e sentidos, criando imagens em descompasso, dessincronizadas e que têm no fomento do ódio ao “outro” um mecanismo de identificação do grupo. Essa estética se chama *flashwave* e se apoia em pressupostos de uma tendência maior intitulada de *vaporwave*. A *vaporwave* é um gênero da música eletrônica que retoma os elementos visuais e acústicos dos anos 1980 e 1990. Entretanto, na *flashwave*, a essa retomada se agrega também elementos artísticos da Antiguidade Clássica ou mesmo figuras reacionárias para a construção de uma simbologia fascista. Essa estética é comumente utilizada pelo *alternative right* ou *alt right*, expressão que se refere aos grupos de extrema direita nos Estados Unidos, mas acabou se disseminando em vários países, como no Brasil, nos últimos anos, graças a ascensão do fascismo.

De acordo com Pedro Carvalho Oliveira, *flashwave* “une música, design gráfico e linguagem cibernética por meio de discursos fascistas.”<sup>6</sup> Portanto, além de imagens, podemos ver essa estética sendo reproduzida a partir do aparato musical e também

5 MAESO, Benito Eduardo Araujo e ALEXANDRE, Tarik Vivan. “Original” soundtrack: pastiche e crise política no revival sonoro e visual dos anos 80. **Artefilosofia**. no. 27, dezembro de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/2181> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

6 OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Flashwave: música, estética visual e comportamento fascista no século XX*. **Boletim do Tempo Presente**. Vol 11. n. 07, Jul. 2022. p. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/17978/12981>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.im do Tempo Presente

linguístico. Ela se divulga, principalmente, em plataformas digitais e em fóruns como o 4Chan, Reddit; já as músicas são produzidas também por coletivos.<sup>7</sup>

Em nosso artigo, estudamos algumas imagens específicas dessa estética: aquelas que chamam à cena elementos da Antiguidade Clássica. Constatamos que o imaginário greco-latino é utilizado para alicerçar conteúdos de supremacia, extermínio e controle. Dessa forma, refletimos sobre a *flashwave*, sua relação com o fascismo e as discussões políticas contemporâneas. Para estabelecer a relação dessa estética com o fascismo, recorreremos a alguns teóricos que discutem esse regime e os totalitarismos, como Umberto Eco (2019)<sup>8</sup>, Robert Paxton (2007)<sup>9</sup>, Leandro Konder (2009)<sup>10</sup> e Hannah Arendt (2023)<sup>11</sup>. Nosso método de estudo, será estudar o fascismo para propor a sua aproximação a *flashwave*.

## 2- O *flashwave* e o fascismo

A série "Periféricos"<sup>12</sup>, baseada no livro homônimo de William Gibson, apresenta uma Londres distópica, povoada por poucos habitantes e com prédios que simulam estátuas gregas. A história sugere que essas construções seriam grandes filtros de ar, necessários para remover o carbono na atmosfera depois de um grande evento que devastou o planeta. As estátuas gregas chamam atenção, sobretudo porque estamos falando de uma série cujas ações se desenvolvem em duas linhas temporais: uma história acontece em 2032, e a outra, em 2100. Portanto, temporalmente, são projeções de futuro em relação ao nosso tempo presente. O cenário de Londres distópica com gigantescas estátuas gregas limpadoras de ar mostra um entrecruzamento de tempos e espaços incômodo para quem se acostumou a ver essas obras artísticas somente em cidades gregas ou em museus e

---

7 Idem.

8 ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Record, 2019.

9 PAXTON, Robert. **O A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

10 KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

11 ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

12 PERIFÉRICOS. Criador: Scott Smith. **Amazon Prime Video**. 2022. Disponível em: <https://www.primevideo.com>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

para quem associa o futuro a cenários muito futurísticos. Vejamos, na imagem 1<sup>13</sup>, a paisagem londrina do futuro:

Imagem 1



Na série, o futuro aparece cheio de imagens do passado, mascarando problemas ambientais que influenciam na baixa qualidade de vida dos cidadãos. Todo o cenário da Londres distópica é alterado, inclusive digitalmente, para esconder os eventos catastróficos pelos quais a cidade passou. A estranheza que experimentamos quando nos deparamos com esse mundo apocalíptico, em que o passado é reavivado para acionar uma ideia de ordem, mesmo em uma realidade onde o fim do mundo é incontornável, é muito semelhante com o que observamos quando estamos diante da *flashwave*. Essa estética também recorre a símbolos, objetos e ideias de um passado cultural, sobretudo o relacionado à Antiguidade Clássica, para transmitir conteúdos de controle e discriminação em nosso tempo presente. De acordo com Benito Eduardo Araujo Maeso e Tarik Vivan Alexandre, a *flashwave* utiliza elementos de um passado para reforçar ideias necessárias para que o modo de organização dos sistemas econômicos hegemônicos prosperem:

(...) a mistura efetuada pelos produtores de *flashwave* entre o uso de imagens, slogans e sons de figuras históricas, como Hitler, Mussolini ou as Cruzadas e esculturas greco-romanas ou Renascentistas que representariam o ideal de beleza e masculinidade, imbricadas à sensação de nostalgia que elementos como jogos em 8-bits, a pixel art ou a paisagem de fundo do Windows 95 evoca nos usuários de tecnologia promove certo conformismo em relação à seara econômica, vista como dado inquestionável da Natureza, marcado pela competição.<sup>14</sup>

13 THE PERIPHERAL. Disponível em: <https://climatecrok.files.wordpress.com/2022/10/image-86.png> Acesso em: 19 de novembro de 2022.

14 MAESO, Benito Eduardo Araujo e ALEXANDRE, Tarik Vivan. Op.cit., p. 55.



A imagem *flashwave* é uma espécie de montagem, em que o tempo presente e o tempo passado convivem, reforçando um entendimento conservador e fascista sobre uma dada realidade, como vemos na imagem 2<sup>15</sup>:

Imagem 2



A *flashwave* utiliza símbolos do passado para promover ideias associadas a controle, ordem e autoritarismo. De acordo com Lucas Jäger, Veronika Kracher e Thilo Manemann, essa estética se apropria de conteúdos conhecidos acrescentando a eles a ideologia da extrema direita:

Uma estética que se dirige a este público-alvo em particular é a *flashwave*. Ela pinça as tendências online populares da década de 2010, enriquece-as com conteúdos extremistas de direita e as retransmite aos jovens que entendem essas tendências. Os conteúdos são projetados de tal maneira que pessoas de fora acham difícil classificá-los e, como resultado, não os reconhecem como propaganda política.<sup>16</sup>

15 DEFEND THE WEST #001 Les Trois Grace. Disponível em: <https://www.deviantart.com/naturewilldestroyyou/art/Sisterstransparent-655675705>. Acesso em 19/11/2022.

16 Eine Ästhetik, die vor allem diese Zielgruppe ansprechen soll, ist *Flashwave*. Sie greift populäre Online-Trends der 2010er Jahre auf, reichert sie mit rechtsextremen Inhalten an und bringt sie zu Jugendlichen, die diese Online-Trends verstehen. Die Inhalte sind so konzipiert, dass Außenstehende sie nur schwer einordnen können und demzufolge Propaganda nicht als solche erkennen (tradução nossa) JÄGER, Lucas, KRACHER, Veronika e MANEMANN, Thilo. *Flashwave: rechtsextremer Hass in retro-optik*. Amadeu Antonio Stiftung. 2021. pp 4. Disponível em: [https://www.amadeu-antonio-stiftung.de/wp-content/uploads/2021/06/de.hate\\_Report02\\_Flashwave-1.pdf](https://www.amadeu-antonio-stiftung.de/wp-content/uploads/2021/06/de.hate_Report02_Flashwave-1.pdf) Acesso em: 29 de outubro de 2023.

Um dos efeitos de se organizar em torno de elementos de um passado cultural é reforçar seu pretenso conteúdo apolítico, embora seja justamente o contrário disso que se reafirma.

Essa estética é, especialmente, usada no cenário político contemporâneo, ajudando a disseminar o extremismo em que nossa sociedade está imerso. Tem como característica a utilização de cores neon, símbolos da Antiguidade Clássica, a maneira analógica de retratar imagens separando o vermelho, verde e azul e retomam designers dos computadores da década de 1980. Encontra-se difundida em plataformas digitais, em sites e propagandas políticas de extrema direita, mas, igualmente, podemos observá-la em cliques musicais, memes, emojis, variação de palavras, ou em reproduções cinematográficas, sobretudo naquelas relacionadas à construção de distopias. Em todos esses ambientes, a *flashwave* promove conteúdo fascista como o discurso da eliminação da diferença, de cassação de direitos civis, da subalternidade de minorias e a noção de nacionalismo como um conjunto de regras cuja idolatria deve ser premiada, e a recusa, um sinal de traição.

Quando se realiza por meio de imagens, essa estética recorre a uma estratégia comum em textos fascistas: poucas entradas de sentido, evitando uma aglomeração. Por isso, assemelha-se ao que Umberto Eco explica sobre como os fascistas pensam a língua:

O Ur-Fascismo fala a "novilíngua". A "novilíngua" foi inventada por Orwell em 1984, como língua oficial do Ingsoc, o socialismo inglês, mas certos elementos de Ur-Fascismo são comuns a diversas formas de ditadura. Todos os textos escolares nazistas ou fascistas se baseavam em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico. Devemos, porém, estar prontos a identificar outras formas de novilíngua, mesmo quando tomam a forma inocente de um talk show popular.<sup>17</sup>

George Orwell, em sua obra *1984*, criou a "novilíngua" para nos lembrar que o fascismo é também um controle de práticas sociais. Esse regime propõe se espriar no cotidiano controlando linguagem e imaginário e produzindo símbolos e significações. A linguagem, nesse projeto, deve ser cooptada e reinventada no sentido de fundar entendimentos lineares sobre o mundo, evitando a complexidade

---

17 ECO, Umberto. Op. cit., p. 58-59

na qual estamos imersos. O fascismo tem a necessidade de, além da força, ser uma prática social e de linguagem para a sua naturalização. A “novilíngua”, da qual Eco nos fala, seria caracterizada pela diminuição considerável das chamadas línguas naturais e pelo recorte do subversivo que qualquer palavra poderia ter. Vejamos, na obra *1984*, o diálogo entre os personagens Syme e Winston sobre essa nova linguagem:

“Você não sente muito admiração pela Novafala, Winston”, disse ele, quase triste. “Até mesmo quando escreve, continua pensando em Velhafala. Li alguns daqueles artigos que você publica no Times de vez em quando. São muito bons, mas são traduções. No fundo você preferiria continuar usando a Velhafala, com todas as suas inexatidões e nuances inúteis de significado. Não compreende a beleza da destruição de palavras. Você sabia que a Novafala é a única língua do mundo cujo vocabulário encolhe a cada ano? (...)”

“Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos.”<sup>18</sup>

No diálogo entre os personagens, notamos que eles discutem a diferenciação entre a “novafala” e a “velhafala”. Nesta edição do livro de Orwell que utilizamos, a “novilíngua”, da qual trata Umberto Eco, foi traduzida por “novafala”. A criação dessa língua, na obra *1984*, é fascista porque interfere de maneira direta e autoritária na linguagem, tentando exterminar qualquer sentido que questione as diretrizes do partido que está no poder. Intervindo na língua dessa forma, o fascismo desconhece a diversidade e heterogeneidade linguística e promove a permanência de uma linguagem alheia à apropriação, à recriação de quem a fala e, principalmente, à capacidade linguística que o usuário tem de nomear diferentes opressões.

Embora tenhamos várias possibilidades de entendimento sobre o que é o fascismo, em todas encontramos “múltiplas e variadas formas” de exaltação ao “ódio e a violência em nome da superioridade nacional.”<sup>19</sup> O fascismo se caracteriza, em linhas gerais, por ser uma “concepção política da direita”<sup>20</sup>, o que ajuda a diferenciar

18 ORWELL, George. **1984**. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 68-9.

19 PAXTON, Robert. Op. cit., p. 22.

20 KONDER, Leandro. Op. cit., p.26.

essa ideia de fenômenos autoritários e reacionários do passado. Extremamente pragmático, foi uma contrarrevolução que, vindo a encruzilhada na qual a direita se encontrava devido à busca pela manutenção dos privilégios, teve que desfigurar algumas ideias do campo da esquerda no começo do século XX. Sua leitura de Marx e do socialismo foi feita no sentido de neutralizar o potencial revolucionário das ideias, fazendo uma interpretação que perverte o que se entende por luta de classes:

Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que se precisava fazer era discipliná-la, e o único agente possível dessa ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo.<sup>21</sup>

Outra ideia que foi neutralizada pelos fascistas diz respeito ao que Marx entendia como ideologia. De acordo com o filósofo, as ideias são socialmente condicionadas, assim uma sociedade capitalista produz práticas que a reafirmam. Nesse entendimento, Marx nunca excluiu a possibilidade de existir verdades sobre as quais a vida se legitima; seu entendimento de ideologia, portanto, não desemboca num relativismo irresponsável. Pelo contrário, a partir do conceito de ideologia, para Marx, somos capazes de entender a história como uma continuidade entre ideias e práticas sociais e econômicas hegemônicas. O potencial revolucionário desse entendimento é obliterado pelos fascistas quando usam o conceito de ideologia de maneira instrumentalizada, a fim de reduzir o debate a uma simples luta de opiniões sem vínculos às condições sociais e econômicas:

Mussolini, entretanto, transformou a teoria marxista da unidade da teoria e da prática numa identidade de teoria e prática. A teoria perdeu sua capacidade de "criticar" a prática: cortaram-lhe as asas, ela deixou de poder se elevar acima do solo onde surgia e se viu completamente instrumentalizada. Em lugar de se reconhecerem socialmente condicionadas (como em Marx), as verdades passaram a morrer, sistematicamente, pregadas na cruz da utilidade circunstancial que o cinismo dos fascistas encontrava para elas.<sup>22</sup>

Na busca de uma orientação para fazer frente ao que estava posto e, sobretudo, se engajar na luta imperialista, Mussolini projetou na Itália uma nação proletária e acusou os socialistas de a terem explorado em proveito próprio ou de

---

21 *ibidem*, p. 32

22 *ibidem*, p. 35

outros países. Fomentou o nacionalismo a partir da manipulação do conceito de povo, usado mais no sentido de desagregar do que agregar. Profundamente segregados pelo modo de vida capitalista, a população via naquele conceito uma forma de pertencimento, sem perceber que, na realidade, ele não produzia nenhuma dinâmica comunal, apenas uma identificação de grupo no fomento de práticas de perseguição e extermínio. Hannah Arendt nos explica o Estado fascista como sendo aquele que não suporta a alteridade, quer seja a de classe quer seja as étnico-raciais:

Em outros países, onde o Estado-nação e a base classista dos partidos não haviam sido afetados pelas migrações e pela heterogeneidade da população, foram a inflação e o desemprego que levaram ao colapso; e é evidente que, quanto mais rígido era o sistema de classes de um país e quanto mais consciente de classes era o seu povo, tanto mais dramático e mais perigoso era esse colapso.<sup>23</sup>

Tal como os Estados fascistas, a estética *flashwave* se apoia em imagens que acionam conteúdos de ódio à diferença, por isso, comumente, explora símbolos de eliminação de grupos minoritários. Muito relacionada à ascensão do fascismo nesta etapa do neoliberalismo em que vivemos, a *flashwave* é a expressão de uma crise no presente que mobiliza também todo o passado e todo o futuro. Assim, as imagens que projetamos para o amanhã e os entendimentos que legamos do ontem não ficam imunes à crise, por isso, nessa estética, existem muitos conteúdos marcados historicamente. Do passado, retomam ideias relacionadas à grandeza e à prosperidade, argumentando que seria necessário resgatá-las como forma de enfrentar a “decadência” do presente. Por isso, a *flashwave* revisita o passado, movimentando um revisionismo centrado no negacionismo histórico, numa tentativa de elogiar ou esconder a violência sobre a qual os monumentos de cultura foram erguidos. Então não faz aflorar os silêncios históricos, mas sim as leituras hegemônicas em imagens extremas. Dessa forma, essa estética, ao tematizar o passado, opta por não reconhecer que “Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie.”<sup>24</sup>

A questão de se repensar o passado é recorrente nas produções culturais e nos debates políticos contemporâneos, embora seja feito de uma maneira

---

23 ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 230

24 BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.225.

completamente distinta na *flashwave*. As discussões dentro das ciências humanas giram em torno de denunciar que os fatos históricos foram narrados pelos "vencedores". Assim, temos narrativas e documentos oficiais que nos legaram uma visão muito limitada do passado e a função dos que lutam por justiça é libertar os silêncios históricos. Por isso, a reconstrução do passado não lida com o complemento, mas com a lógica do suplemento tal como Derrida a define:

O suplemento aqui não é, não é um ente (on). Mas ele não é também um simples não-ente (meón). Seu deslizar o furta à alternativa simples da presença e da ausência. Tal é o perigo. E o que permite sempre ao tipo se fazer passar pelo original. Desde o momento em que o fora de um suplemento é aberto, sua estrutura implica que ele possa ele mesmo se fazer "tipar", substituir-se por seu duplo, e que um suplemento de suplemento seja possível e necessário. Necessário porque esse movimento não é um acidente sensível e "empírico", ele está ligado à idealidade do eidos, como possibilidade da repetição do mesmo.<sup>25</sup>

Sob a lógica do suplemento, quando um historiador revisita o passado, nunca é no sentido de "completá-lo", mas sim de apontar as faltas que são perceptíveis no tempo presente. Walter Benjamin nos explica que sempre voltamos ao passado resgatando as imagens que estão ameaçadas no presente. Como em cada presente somente conseguimos ver algumas vulnerabilidades, recorreremos ao passado tentando resgatar essas vozes:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.<sup>26</sup>

Na imagem *flashwave*, há um movimento de se apoderar do passado não no sentido de libertar os silêncios que as narrativas oficiais encobrem, mas para promover ideias e imagens hegemônicas. A linha do revisionismo histórico hoje propõe exatamente esse projeto: o de reafirmação da heroicidade e da história oficial, numa espécie de “liquidação da tradição revolucionária”.<sup>27</sup> A imagem *flashwave* se vincula a um projeto revisionista de construção de uma grande narrativa a despeito de toda a desconstrução dos paradigmas que podemos promover se visualizarmos a história saturada de “agoras”.<sup>28</sup>

A retomada do passado que a *flashwave* propõe tem como finalidade resgatar imagens hegemônicas como uma vitória da cultura sobre a barbárie. Nesse sentido, usam muitas autoridades e figuras históricas, reivindicando seus papéis tradicionais de construtores da história. Essa estética, quando busca a autoridade do passado para se legitimar no presente, faz um uso desconectado com os estudos desconstrucionistas. O entendimento hegemônico do passado surge, na *flashwave*, como algo que deve ser reafirmado para funcionar como uma agenda de um grupo.

A *flashwave* também utiliza alguns tempos históricos específicos, como a Antiguidade Clássica ou o mundo cristão, com a finalidade de enfatizar a origem da civilização ocidental e apontar para uma falta daquelas condições que, um dia, possibilitaram a hegemonia do Ocidente. Como a estética não quer provocar a reflexão, é fácil entendermos por que acionar esse passado conhecido. Ele rapidamente é compreendido por espectadores não no sentido crítico, mas no reacionário, dando nome e explicação aos problemas gerados pela própria crise neoliberal. Para a *flashwave*, uma das causas da “decadência” do presente é justamente a falta da origem, a profanação de mitos, algo como um castigo tanto do homem quanto de Deus por termos nos distanciados dos valores mais violentos que ajudaram a fundar a civilização ocidental.

Nesse sentido, é muito comum essa estética estar relacionado a imagens violentas. São retomados sempre símbolos da violência ou imagens de ação em que vemos um potente esmagando um impotente. A luta desigual não é vista como uma expressão da injustiça, mas pensada como necessária. Embora a história hoje, no

---

27 TOLÊDO, Herculis Pereira. Revisionismo histórico e a deslegitimação da tradição revolucionária e anticolonial. O social em questão, no. 39, set a dez 2017, p. 336. Disponível em [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSO\\_39\\_Resenha\\_2\\_Toledo%20\(1\).pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSO_39_Resenha_2_Toledo%20(1).pdf). Acesso em: 21/11/2022

28 BENJAMIN, Walter. Op. cit., p. 229

sentido benjaminiano, retome, de fato, imagens de violência, ela o faz com propósitos completamente distintos, enfatizando a necessidade de se pensar no desigual, no impotente e no silenciado. Ao contrário, a *fashwave* prega a necessidade de hierarquia, chancelada pelo passado em imagens em que a força física permitiu a ordem.

Sobre a recorrência a imagens que buscam, pela violência, instaurar a ordem, verifica-se a sensação de desordem no presente cuja solução seria dada por uma “nova” ordenação. Sem entender que é o movimento de defesa da ordem hegemônica que gera a própria crise, a retomada do passado “glorioso” é visto como antídoto ao presente “caótico”. O passado, a partir dessa visão pervertida, é retomado ao bel-prazer como uma posse de um grupo.

Vejamos a imagem 3<sup>29</sup> para entendermos como essa retomada do passado se dá na *fashwave*.

Imagem 3



Na imagem 3, aparece a estátua de um homem que agarra com a mão direita uma cobra. A estátua também está na posição direita da imagem e a cobra é algo que pode ser confundido com o próprio braço porque imita essa extensão. Estampada acima da imagem e à esquerda, há a expressão *Reject Degeneracy* (Rejeite a Degeneração). A imagem é uma reprodução de parte de uma escultura em

29 REJECT REGENERACY. Disponível em: <https://wallhere.com/pt/wallpaper/1660731> Acesso em: 24 de novembro de 2022.



bronze do século XIX: *An Athlete Wrestling with a Python* (1877), do artista britânico Frederic Leighton. O artista, no século XIX, estava imerso num movimento de esculturas de bronze encabeçado por Auguste Rodin e fazia parte da Nova Escultura, que pretendia retomar a Antiguidade Clássica com mais realismo. Tinha a proposta de retratar visões de beleza a partir da mitologia e história clássica.<sup>30</sup> Na escultura de Leighton, conseguimos ter uma visão mais ampliada da ação, porque, além de nos permitir o giro em 3D, vemos a parte de baixo do homem e da cobra, mostrando que o anfíbio está enroscado nas pernas da estátua.

Já a amostra de *flashwave* na imagem 3 é em 2D e apresenta uma superposição de cores como se fosse uma televisão dos anos 1980 com problemas de imagem. Deixa em primeiro plano a ação de, pela força, neutralizar a cobra e enfatiza os músculos do homem, em contraposição ao corpo liso do inimigo. Trata-se de um homem branco e europeu pelas feições.

A imagem, embora seja um recorte de uma escultura do século XIX, remonta a Antiguidade Clássica, mostrando vários tempos superpostos. A leitura da imagem, conjugada com a expressão em inglês, causa uma estranheza, revelando que a *flashwave* aciona o passado de uma maneira particular: selecionando conteúdos e representações que propiciam pensar na ordenação a partir do extermínio do “outro”. A ideia que a imagem enfatiza diz respeito a um momento em que a força do homem doma o inimigo, representado pela serpente, animal que, na cultura ocidental, está costumeiramente associado ao mal. Especificamente, podemos acionar a história em que Apolo teria matado uma píton que guardava o oráculo da Deusa Terra, em Delfos:

Assim, o deus solar, o mais olimpiano dos deuses, liberta o oráculo de Delfos dessa hipertrofia das forças naturais que é a serpente Píton, o que significa, do ponto de vista simbólico, libertar a alma e a inteligência profunda e inspiradora das ordens do instinto para fecundar o espírito e assim assegurar a ordem que ele se propõe a estabelecer, que é a meta suprema.<sup>31</sup>

Associada ao imaginário da ordem, a imagem 3 aciona ideias fascistas e nazistas porque prega não só a violência e aniquilação do outro, mas a legitimidade

30 MANCA, Joseph, BADE, Patrick e COSTELLO, Sarah. **1000 esculturas de los grandes maestros**. Traducción: Susana del Moral. México: Númen, 2007. p. 523.

31 RIBEIRO, Maria Goretti. **Imaginário da serpente de A a Z**. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 145.

da hierarquia racial. São os corpos apolíneos, europeus e não degenerados que devem esmagar a ameaça, assim como se mata uma serpente. A serpente representa aqueles que se colocam contra o projeto de limpeza social e racial.

A imagem 3 apresenta a pauta da extrema direita, ao mesmo tempo em que busca legitimidade a partir do passado. O espectador, compondo essa narrativa fragmentada, assimila e naturaliza o projeto fascista em imagens consensuais do passado. Pode, por isso, não achar que está compactuando com a violência, afinal aprendeu na narrativa cristã ou clássica a enaltecer essas imagens. Acontece que, exposto a uma explosão de violência na vida social e preso a uma imagem que defende a solução para acabar com isso, ratifica o projeto fascista, que se apresenta legitimado por imagens que, consensualmente, agregam um valor simbólico, como as da Antiguidade Clássica.

Sobre esse consenso, hoje, num momento de crise neoliberal, as identidades e suas lutas políticas são percebidas de maneira distorcida. No Brasil, esses grupos são conjurados a alguns espectros do passado, como o comunismo, ou são agrupadas sob o rótulo de identidades culturais. Nessas novas dinâmicas de silenciamento das identidades, há o perigo de desaparecer o dissenso, condição fundamental para a existência do espaço público e político:

O que concluir daí quanto ao tema da crise da razão? Podemos nos interrogar sobre a validade do conceito de crise em geral e sobretudo sua aplicação a este ou àquele domínio particular. Mas, de todo modo, a razão política, a razão dissensual tal como procuro defini-la, tem a especificidade de estar sempre à beira de seu desaparecimento. Essa razão, com efeito, não é a razão dos Estados, não é a dos indivíduos ou grupos que buscam se entender para otimizar seus interesses respectivos. É a razão dos atores ocasionais e intermitentes que constroem aquelas cenas singulares em que o próprio conflito é o que produz uma comunidade. Essa razão está assim cercada de abismos, sempre ameaçada de desaparecer, seja sob a forma infrapolítica, a gestão estatal dos interesses compostos dos grupos sociais.<sup>32</sup>

Avistamos esse abismo, na *flashwave*, quando as suas representações se apoiam em conflitos étnico-raciais, tentando silenciar as complexidades dos processos sociais. Para Rancière, esse retorno à irredutibilidade, à completa

---

32 RANCIÈRE, Jacques. "O dissenso". In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 381.

alteridade desse “outro” (na imagem 3, a alteridade é animalizada numa imagem consensual do inimigo de uma ordem) é amparado pelas formas policiais do consenso, impossibilitando o reconhecimento da legitimidade da luta por condições igualitárias:

O retorno atual de fenômenos massivos de desligamento e de exclusão sociais, de racismo e de guerra étnica nos assinala isto: as formas do conflito político e da luta de classes foram formas civilizadoras e interadoras. Elas fizeram recuar as alteridades irreduzíveis, misturaram populações heterogêneas, integraram em comunidades nacionais indivíduos e grupos vindos de diversos lados. Em suma, fizeram o trabalho hoje solicitado a especialistas do “trabalho social”. Argumentar em favor do dissenso não é portanto argumentar em favor das formas heroicas de combate político e social de ontem. O problema se coloca diferentemente. Há coisas que um modo de razão pode fazer e que um outro não pode fazer em seu lugar. As formas políticas do dissenso foram formadas de lutas contra essas perturbações que agitam indivíduos e grupos a partir do sentimento da identidade ameaçada e da alteridade ameaçadora. À sua maneira elas pacificaram um certo número de pulsões de angústia, de ódio e de morte. Hoje as formas policiais do consenso prometem uma paz que não podem manter, pois jamais avaliaram a dimensão de seus problemas profundos.<sup>33</sup>

É o dissenso e não o consenso que forma a cena política, aquela gerada a partir de conflitos. Mas a *flashwave* não reconhece as demandas geradas por desigualdades abissais como uma cena política legítima e alimenta o desconhecimento político da população. Nessa estética qualquer conflito nesse sentido é falseado sob o epíteto de uma “questão cultural” ou do excesso de politização das cenas, acreditando que o “consenso”, na forma policial que defendem, seria uma razão inquestionável, universal e igualitária.

A imagem 3 nos diz mais porque, muitas vezes, a *flashwave* acaba desembocando em conteúdos nazistas. Já é conhecido que Hitler se opunha à arte moderna, classificando-a como degenerada. O eugenismo nazista era algo que se fazia presente tanto na defesa da raça pura, quanto na defesa da arte que fosse uma exaltação da tradição. Portanto, a mensagem na imagem 3 faz menção à questão racial, metaforizada na relação entre homem e serpente, mas também à própria estética *flashwave* como uma contraposição às tendências artísticas modernas e

contemporâneas, retomando o debate nazista sobre arte degenerada. Em 19 de julho de 1937, na Alemanha, houve uma exposição em que se denunciava as artes que não tinham o naturalismo como princípio artístico. Foram expostas e desqualificadas obras de pintores modernistas, sobretudo de judeus, sob o pretexto de que não primavam pelo equilíbrio, harmonia e perfeição clássicos.

A *flashwave* também é figurativa, anunciando uma recusa ao abstracionismo. A arte moderna sempre sofreu ataques dessa natureza, uma vez que não é incomum questioná-la sob a premissa da corrupção da realidade. Sem reconhecer a “tradição da ruptura”<sup>34</sup> da arte moderna, os resistentes a esse tipo de arte valoram as obras com os paradigmas da tradição clássica. Como há uma vinculação contemporânea dos grupos hegemônicos às políticas conservadoras, também se cobra da arte uma representação da realidade figurativa e perpetuação da herança clássica. Portanto, não reconhecem na arte moderna o seu caráter disruptivo e subjetivo.

Consensual, figurativa e relacionado aos clássicos, a *flashwave* não consegue lidar com a subjetividade e o dissenso, características muito presentes na arte moderna e contemporânea e condição imprescindível para a cena política.

Quando fazemos um exercício crítico para entender as imagens presentes em canais de comunicação de extrema direita, nos deparamos com essa estética, que tenta reafirmar o consenso na sua forma fascista. Enfatizamos a maneira como essas imagens não querem propor o novo, mas a retomada de práticas hegemônicas, no sentido de silenciar os debates políticos sobre igualdade, equidade e justiça promovidos nas últimas décadas.

## Conclusão

A ascensão atual da extrema direita em vários países, inclusive no Brasil, deve ser acompanhada por um exercício crítico sob pena de vermos cada vez mais uma naturalização de uma razão hegemônica. A *flashwave* faz parte dessa ascensão de ideias conservadoras e fascistas porque se constitui numa estética que propaga o conteúdo de extermínio e discriminação, deslegitimando a luta pela igualdade de minorias. Nesse sentido, algumas conquistas oriundas de lutas históricas são

---

34 PAZ, Octávio. **Os filhos do barro**. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1974.

encaradas de maneira perversa pela extrema direita, como, por exemplo, o questionamento do fazer histórico, do papel do Estado e do papel da religião na sociedade. As manifestações políticas dessa extrema direita querem o fortalecimento do Estado e da religião como ferramenta de controle e propaganda dos valores conservadores. Quanto à história, procuram fortalecer registros hegemônicos sobre o passado.

Sendo a *fashwave* um registro imagético desse tipo de discurso, vamos encontrar nela um passado legitimado por ampla crítica, a Antiguidade Clássica. A *fashwave* tenta se constituir a partir de uma autoridade que lhe foi outorgada por um uso político do passado.

## Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia de Bolso: 2013, p. 230

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEFEND THE WEST #001 Les Trois Grace. Disponível em: <https://www.deviantart.com/naturewilldestroyyou/art/Sisterstransparent-655675705>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Record, 2019.

JÄGER, Lucas, KRACHER, Veronika e MANEMANN, Thilo. *Fashwave: rechtstremmer hass in retro-optik*. **Amadeu Antonio Stiftung**. 2021. Disponível em: [https://www.amadeu-antonio-stiftung.de/wp-content/uploads/2021/06/de.hate\\_Report02\\_Fashwave-1.pdf](https://www.amadeu-antonio-stiftung.de/wp-content/uploads/2021/06/de.hate_Report02_Fashwave-1.pdf) Acesso em: 29 de outubro de 2023.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAESO, Benito Eduardo Araujo e ALEXANDRE, Tarik Vivan. "Original" soundtrack: pastiche e crise política no revival sonoro e visual dos anos 80. **Artefilosofia**. no. 27, dezembro de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/2181> Acesso em: 18/11/2022

MANCA, Joseph, BADE, Patrick e COSTELLO, Sarah. **1000 esculturas de los grandes maestros**. Traducción: Susana del Moral. México: Númen, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Fashwave: música, estética visual e comportamento fascista no século XX. **Boletim do Tempo Presente**. Vol 11. n. 07, Jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/17978/12981>. Acesso em: 23 de outubro de 2023. ol

ORWELL, George. **1984**. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAPA FRANCESCO. Discurso. Discurso do Pai Santo Francis à Cúria romance para casas de nata. 21 de dezembro de 2021. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2019/december/documents/pa-pa-francesco\\_20191221\\_curia-romana.html](https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2019/december/documents/pa-pa-francesco_20191221_curia-romana.html) Acesso em: 18 de novembro de 2022.

PAXTON, Robert. O. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1974.

PERIFÉRICOS. Criador: Scott Smith **Amazon Prime Video**. 2022 Disponível em: <https://www.primevideo.com>. Acesso em 28/11/2022

REJECT REGENERACY. Disponível em: <https://wallhere.com/pt/wallpaper/1660731> Acesso em: 24 de novembro de 2022.

RIBEIRO, Maria Goretti. **Imaginário da serpente de A a Z**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

THATCHER, Margareth apud SAFATLE, Vladimir. Canonizando Margaret. **Folha de São Paulo**, 09/04/2013. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1259409-canonizando-margaret.shtml> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

THE PERIPHERAL. Disponível em: <https://climatecrok.files.wordpress.com/2022/10/image-86.png> Acesso em: 19/11/2022

TOLÊDO, Herculis Pereira. Revisionismo histórico e a deslegitimação da tradição revolucionária e anticolonial. **O social em questão**, no. 39, set a dez 2017. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_39\\_Resenha\\_2\\_Toledo%20\(1\).pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_Resenha_2_Toledo%20(1).pdf). Acesso em: 21 de novembro de 2022.

Recebido em: 01/04/2023  
Aprovado em: 31/10/2023

# O COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALAGOINHAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964–1985)

*THE ELECTORAL BEHAVIOR IN THE MUNICIPAL ELECTIONS OF  
ALAGOINHAS DURING THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP  
(1964-1985)*

**Caliel Alves dos Santos<sup>1</sup>**

Universidade do Estado da Bahia

**Resumo:** O comportamento eleitoral é um dos escopos de pesquisa da Ciência Política no Brasil e no mundo. Diversas teorias foram criadas para investigar o fenômeno, mas, não consideraram a influência das diferentes temporalidades. Baseado no aporte teórico do historiador Fernand Braudel, o artigo buscou traçar uma nova proposta com abordagem serial-quantitativa, através de uma análise agregada sob fatores sócio-históricos e políticos. O universo de análise é o município baiano de Alagoinhas, na vigência da Ditadura Civil-Militar (1964–1985). O estudo demonstrou que a cidade seguiu a tendência do comportamento eleitoral nacional, e elegeu mais representantes políticos da ARENA, embora com prefeitos emedebistas.

**Abstract:** Electoral behavior is one of the research scopes of Political Science in Brazil and worldwide. Several theories were created to investigate the phenomenon, but they did not consider the influence of different temporalities. Based on the theoretical contribution of the historian Fernand Braudel, the article sought to outline a new proposal with a serial-quantitative approach, through an aggregate analysis under socio-historical and political factors. The universe of analysis is the Bahia municipality of Alagoinhas, during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The study showed that the city followed the trend of national electoral behavior, and elected more ARENA political representatives, although with emedebistas mayors.

**Palavras-chave:** Alagoinhas, Comportamento Eleitoral, Ditadura Civil-Militar.

**Keywords:** Alagoinhas, Electoral behavior, Civil-Military Dictatorship.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UNEB, e-mail: caliel\_alves@hotmail.com.

## Introdução

Os estudos do comportamento eleitoral no Brasil e no mundo focaram nos aspectos subjetivos dos indivíduos ou da sociedade em um determinado período histórico. Em diálogo com as teorias da Economia, da Sociologia e da Psicologia, foram definidos vários métodos de estudos eleitorais. Nesse artigo, se buscou uma nova proposta, uma abordagem serial-quantitativa que considerasse as temporalidades, a comunidade votante e a influência do sistema partidário vigente. Que fosse um método dedutivo, por excelência.

Todos esses elementos constituem uma dinâmica eleitoral própria a ser avaliada. Não se trata de substituir um determinante interno por um determinante externo, ao contrário, é expressar os fatores sócio-históricos que contribuíram para as escolhas eleitorais dos brasileiros. O sujeito vive em sociedade e participa de uma cadeia de relações sociopolíticas que devem ser consideradas.

A bibliografia tratou de definir a abordagem serial-quantitativa e problematizada, sem desejar criar generalizações. O universo de análise é local: a Alagoinhas da Ditadura Civil-Militar (1964–1985).<sup>2</sup> A Ditadura Civil-Militar, governo autoritário nascido de um golpe de Estado onde militares e civis desrespeitaram a ordem institucional e a constituição vigente, criou uma conjuntura marcada por processos eleitorais díspares dos anteriores, realizados em sistemas multipartidários e democráticos.

O município demonstrou uma continuidade no seu comportamento eleitoral, porém, com uma contradição nos seus resultados eleitorais: prefeitos emedebistas e a maioria de vereadores arenistas. Apesar da volatilidade, a cidade esteve direcionando grande parte de seus votos à direita e ao conservadorismo. Na

---

<sup>2</sup> Na historiografia, a memória dos eventos está em disputa, os conceitos também. Nesse artigo, foi feita a opção pela categoria analítica de Ditadura Civil-Militar, em detrimento de Regime Militar, que relativa o quão ditatorial a conjuntura sociopolítica brasileira foi; Ditadura Militar, que confere exclusivo protagonismo aos militares; e o conceito marxista de Ditadura Empresarial-Militar, que fica restrito a uma questão de classe. Setores das Forças Armadas ainda insistem de chamar o fenômeno histórico de “Revolução”, os mais nostálgicos de “Revolução Gloriosa”. O conceito de Ditadura Civil-Militar não abranda a violência do regime discricionário, não generaliza a reação da sociedade, não nega as suas relações contraditórias com o Estado, e nem busca absolver as Forças Armadas. Apenas estabelece a participação de setores civis na ascensão e manutenção do governo ditatorial de 1964 a 1985. Para um debate sobre a disputa entre os conceitos, ver, por exemplo: MARTINS, Eder Alexandre. Ditadura de quem?. // SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: ANPUH – Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962\\_ARQUIVO\\_EderMartins-Ditaduradequem.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962_ARQUIVO_EderMartins-Ditaduradequem.pdf). Acesso em: 23 out. 2023, às 10:16 horas.



pesquisa, artigos, ensaios e outras fontes ajudaram a elaborar os condicionantes dessas opções políticas.

Foram utilizadas diversas fontes, cada uma com as suas contribuições e limitações. Do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), as relações de prefeitos e vereadores eleitos no estado da Bahia nas eleições municipais de 15 de novembro de 1966 traz os nomes completos dos eleitos, partido e/ou legenda e votos obtidos. Não apresentam os números de votantes, comparecimento, votos nulos e abstenções.

Houve a necessidade em variados momentos de recorrer aos dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), livros onde se registraram variadas informações das eleições federais, estaduais e municipais de todo o país, divididos em vários tomos e volumes. Eles complementaram as informações e serviram para confrontar as fontes. Os dados estatísticos dos volumes 12 e 13 não estavam disponíveis para consulta *online*.

Os formulários resumos dos resultados das eleições municipais de Alagoinhas de 15 de novembro de 1970, 12 de dezembro de 1972, 15 de novembro de 1976 e 15 de novembro de 1982 possuem mais detalhes, embora variem na forma. O único formulário resumo a mostrar a lista de vereadores suplentes é o de 1970. Todas as seções organizadas funcionaram de 1966 a 1982. Não foi possível identificar os vice-prefeitos de 1966, 1970 e 1972.

Quando necessário, foram utilizados os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para complementar ou confrontar os dados quantitativos das eleições municipais. Dentro dos censos, foi possível identificar o perfil da população alagoinhense e suas variações demográficas, e até mesmo geográficas. Grande parte da população era composta de mulheres, e residentes no distrito Sede.

Para contextualizar ou reconstituir os fatos sociopolíticos, se recorreu aos livros de memórias de autores alagoinhenses, dentre eles: o jornalista Salomão Antonio Barros, a escritora Margarida Maria de Souza e o memorialista Pedro Marcelino. Alguns capítulos dessas obras tratam da atuação de alguns políticos locais e das disputas eleitorais, o que deu certa dimensão à esfera política local.

Outro corpo de fontes imprescindível para essa pesquisa foram os boletins eleitorais do TSE no quadriênio 1976–1979. Esses documentos permitiram a quantificação de eleitores filiados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por unidades da Federação. A maior parte dos filiados baianos se concentrou na ARENA. Em um dos boletins foi possível visualizar um modelo de cédula eleitoral usada na época para os cargos eletivos municipais.

### **O comportamento eleitoral numa perspectiva histórica**

A Ciência Política tem nos estudos eleitorais uma das suas mais importantes linhas de pesquisa. Uma das suas chaves de interpretação é o comportamento do eleitorado e os seus respectivos condicionantes. Embora não seja de exclusividade dessa disciplina, os cientistas políticos realizaram pesquisas abrangentes sobre o tema desde a sua fundação. São várias as possibilidades teóricas, indo do método indutivo ao dedutivo.

No Brasil, o Pensamento Político Brasileiro no início do século XX deu conta das pesquisas no âmbito do poder. A Ciência Política até 1960 era apenas um componente curricular de cursos como Ciências Sociais e Direito. Conquistou a sua autonomia científica e acadêmica no plano da Pós-Graduação, esse fato ocorreu em paralelo aos estudos de comportamento eleitoral no Brasil, e os três fatores definidos por Vinícius de L. Riba foram:

O primeiro foi o surgimento de revistas científicas voltadas às reflexões e pesquisas na área de Ciência Política, embora sob controle do Direito. O segundo foi a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, abrigando uma nova geração de cientistas políticos que fizeram seu doutoramento em universidades norte-americanas, recebendo formação metodológica e teórica comportamentalista. O terceiro foi a absorção do comportamentalismo pelos pesquisadores brasileiros a partir do final dos anos 1960, levando-os a investir em projetos de pesquisa, especialmente a partir dos anos 1970, baseados em observações empíricas, quantificação e no uso de *surveys*.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> RIBA, Vinícius de Lara. **Entre o empirismo e a teoria: uma análise da produção científica nacional sobre comportamento eleitoral (1956–2014)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. p. 6.

Existem cerca de quatro grandes teorias para a análise do voto: geografia eleitoral, elaborada pelo geógrafo francês André Siegfried; teoria sociológica, nascida entre pesquisadores estadunidenses da universidade de Colúmbia, dentre eles, Bernard R. Berelson, Paul K. Lazarsfeld e Willian N. McPhee; teoria psicológica, oriunda da Escola de Michigan, formulada por Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes; e a teoria da escolha racional, proposta por Anthony Downs e de cunho economicista.<sup>4</sup> Isso não impede o pesquisador ou pesquisadora de fazer abordagens híbridas, ou estabelecer as suas variáveis. O comum na maioria dessas teorias é o foco na subjetividade e num contexto de votação específico.

As pesquisas brasileiras sobre os condicionantes do voto utilizaram durante muito tempo os pressupostos da geografia eleitoral. Em seguida, predominou o paradigma da teoria sociológica, e após a chegada dos cientistas políticos formados nas universidades estadunidenses, a teoria psicológica começou a ser usada em larga escala no país. A teoria da escolha racional ou abordagem economicista também encontraram o seu espaço, embora com menor abrangência do que as sociológicas e psicológicas.<sup>5</sup>

Com o processo de redemocratização em 1988, novos estudos foram formulados. A inclusão dos elementos culturais, antropológicos e a criação de novas tipologias para se referir ao eleitorado trouxe novos horizontes para compreender o comportamento eleitoral. Pesquisas qualitativas e em contextos eleitorais locais também se tornaram possíveis, aumentando as possibilidades de análises de vários pesquisadores.

Através desses novos estudos, se percebeu um grave distanciamento das camadas populares em relação à política institucional. Para a maioria dos brasileiros, o sufrágio universal é como uma safra que ocorre num ciclo quadrienal, e o fruto colhido é o seu voto. Através da mídia e as propagandas eleitorais, os partidos tentam criar um nexos de afetividade, tocar a sensibilidade dos seus eleitores. A cultura política brasileira se divide entre o ceticismo do eleitorado e o personalismo político.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

<sup>5</sup> *Ibid.* 2001

<sup>6</sup> *Ibid.* 2001. 2001.

Uma pesquisa de comportamento eleitoral no âmbito da História não deve focar no sujeito, na sociedade ou na geografia, mas sim na influência das diferentes temporalidades. Logo, uma pesquisa debruçada sobre a média duração deve considerar a definição do historiador francês Fernand Braudel: “[...] [é] um recitativo da conjuntura que focaliza o passado em largos períodos: dez, vinte ou cinquenta anos”.<sup>7</sup>

Baseado na noção de diferentes temporalidades de Braudel, presente no artigo *História e ciências sociais*: a longa duração, foi possível inferir que o período de curta duração, ou ruptura, é marcado pelas diversas crises numa sociedade. É o tempo do sujeito, do cotidiano e da microanálise. Composto por guerras, revoltas, golpes de Estados, desastres naturais, alto índice migratório, etc. eventos que podem causar instabilidade socioeconômica e política. Instituições são desfeitas e regimes arrefecem. Em momentos assim, os votos costumam se alinhar contra os governantes. A oposição se fortalece e galga outros espaços institucionais.

Numa média duração como a Ditadura Civil-Militar, ocorre a institucionalização de um novo regime de governo. Nesse período, ocorreram mudanças profundas no corpo social, desde a cultura até a política. A conjuntura é o tempo de fortes mudanças sociais e institucionais. A soma de várias rupturas e conjunturas origina uma estrutura, um período de longa duração, longa como um século ou um milênio. Devido a sua escala abrangente no tempo e no espaço, o historiador a considerou quase imóvel e pouco mutável.

É num determinado contexto histórico que surge uma gama de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que condicionam o voto. Cada temporalidade cria as condições histórico-estruturais de uma sociedade. Os tipos de sistemas partidários, legislações eleitorais e partidárias incidem nas votações, é nesse âmbito que se formam as possibilidades de escolhas de uma população.

Com foco na temporalidade, os dados quantitativos são essenciais, mais que isso, a sua série. A serialidade dos números e dos fenômenos históricos ajudam o pesquisador ou pesquisadora a compreender as continuidades e rupturas nos pro-

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 9 dez. 2021, às 10:25 horas. p. 263.

cessos eleitorais. O comportamento eleitoral é volátil e não determinado por um único elemento, mas pode ser condicionado por variados fatores.

As abordagens quantitativa e serial podem ser combinadas em algumas pesquisas históricas, mas elas não significam a mesma coisa. José D'Assunção Barros estabeleceu diferenças entre a História Serial e a História Quantitativa:

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão, e na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variação). Já a História Quantitativa deve ser definida através de um outro critério: o seu campo de observação. O que a História Quantitativa pretende observar da realidade está atravessado pela noção do "número", da "quantidade", de valores a serem medidos. As técnicas a serem utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e de curvas de variação a serem observadas de acordo com eixos de abcissas e coordenadas.<sup>8</sup>

O historiador ou historiadora não pode apenas quantificar números, ou serializá-los, é necessário descrever o seu método de coleta ou mensuração, os seus conceitos e as suas representações matemáticas. Os números ganham sentido lógico devido a sua funcionalidade dentro dos estudos, "[...] que se evite as ilusões dos algarismos e a vertigem do número. O historiador não deve ser levado por sua certeza enganadora, nem por sua precisão aparente".<sup>9</sup>

Quantificados os objetos e fenômenos históricos, as unidades numéricas ganham novos significados em: quantificação, comparação, serialização, inclusão ou supressão. Apenas isso não é suficiente, é necessário descrever as suas qualidades intrínsecas. O número que corresponde a um voto válido é diferente de um voto nulo, pois, a sua qualificação é essencial para determinar o seu contexto na série ou tabulação.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> BARROS, José D'Assunção. As abordagens. // **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 149.

<sup>9</sup> SOBOUL, Albert. Descrição e medida em História Social. **Revista de História**, [S. l.], v. 37, n. 75, p. 175–188, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.128470. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128470>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:52 horas. p. 182.

<sup>10</sup> MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 41–90, 2008. Disponível em: [https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA\\_paper\\_31919.pdf](https://mpira.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA_paper_31919.pdf). Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:56 horas.

As fontes analisadas para o estudo do comportamento eleitoral em Alagoinhas no contexto da Ditadura Civil-Militar foram os dados estatísticos do TSE, algumas edições dos boletins eleitorais de 1976 a 1979, os censos demográficos do IBGE, resultados eleitorais do TRE-BA e do TSE. Todas essas fontes fornecem dados quantitativos e passíveis de serialização, mas todos necessários de descrição, qualificação e problematização.

### **Alagoinhas e a volatilidade dos eleitores**

O Golpe Civil-Militar de 1.º de maio de 1964 que uniu militares e a burguesia liberal, causou um déficit democrático e uma centralização política na sociedade brasileira. O governo discricionário instalou a imagem do “inimigo interno”, ou seja, o comunista, à corrupção política. Contando com o apoio de populares e instituições como a Igreja, os militares realizaram os seus intentos.

Políticas públicas e toda forma de organização dos setores de base passaram a ser estigmatizadas. A reforma eleitoral instituiu o bipartidarismo para manter uma aura de legitimidade e melhor controlar a política institucional através de apenas dois partidos: a ARENA, o partido estatal; e o MDB, a oposição consentida, e nem menos violada em seus direitos.

O sistema bipartidário nasce como uma imposição da cúpula militar. O art. 18 do Ato Institucional n.º 2 extinguiu os partidos políticos e cancelou os seus registros.<sup>11</sup> Isso fez com que os congressistas ficassem sem o apoio de suas instituições partidárias, estivessem à mercê das arbitrariedades do governo discricionário. O Ato Complementar n.º 4 versava sobre a criação dos novos partidos. Uma das suas principais condições era o

Art. 1º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que

---

<sup>11</sup> BRASIL. Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965. **Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 27 outubro 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:06 horas.

terão, nos termos [sic] do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes [sic] não se constituírem.<sup>12</sup>

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, entre os 22 estados da federação, a representação política do Senado era de 66 cadeiras divididas entre 22 senadores do Partido Social Democrático (PSD), 18 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 16 da União Democrática do Brasil (UDN) e 11 divididos entre outras legendas. Já a Câmara dos Deputados possuía uma representação de 409 deputados, sendo que 79 eram do (PSD), 55 da UDN, 63 do PTB, 6 do Partido Social Progressista (PSP), 6 do Partido Republicano (PR), 2 do Partido Social Trabalhista (PST), 2 do Partido Liberal (PL), 1 do Partido Democrata Cristão (PDC), 1 do Partido Republicano Progressista (PRP), 1 do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e mais 192 eleitos por coligações.

Mediante os números supracitados, e em respeito à legislação eleitoral, era possível criar três megapartidos. Mas de acordo entrevista do cientista político David Fleischer à Agência Senado, havia dois grandes blocos suprapartidários no congresso pré-Golpe Civil-Militar, eram eles: a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), esse último contando com a maioria no congresso. Ele contou que Pedro Aleixo tentou por duas vezes criar um terceiro partido na década de 1960, o Partido Democrático Republicano (PDR), sem obter êxito.<sup>13</sup>

Considerando que já havia uma polarização antes da instauração do regime ditatorial militar, as dificuldades impostas pelas regras eleitorais, e o medo do governo militar, houve apenas uma única via partidária de oposição, o MDB. Por pouco o Brasil não se tornou um sistema unipartidário. Com a grande quantidade de parlamentares progressistas cassados pela ditadura, quem se saiu fortalecida foi a ARENA, dominou o Senado Federal e a Câmara dos Deputados por um longo período.

Antes de o regime ditatorial ser instaurado, a cidade de Alagoinhas tinha uma representação política com 12 vereadores. O historiador Moisés Leal Moraes

---

<sup>12</sup> BRASIL. Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965. **Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 20 de novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:42 horas.

<sup>13</sup> FONTENELLE, André. Há 50 anos, país passava a ter só dois partidos. **Agência Senado.** Brasília, atualizado em 2 out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:32 horas.

descreveu o resultado da eleição municipal de 1962, realizada ainda em regime pluripartidário,

a bancada da situação nessa legislatura ficou sendo composta por sete vereadores, quatro eleitos pela Aliança Trabalhista Democrática (ATD) e três pelo PR. Eleitos através da ATD foram o médico Renato Bittencourt, o comerciante Jefferson Vila Nova, o funcionário público Milton Ramos, o veterano Vereador e, naquela altura, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Couros e Peles de Alagoinhas, Romualdo Campos, e José Dias da Silva, cuja condição sócio-econômica [sic] não foi identificada. Os representantes do PR eram o médico Jairo Azi, o ferroviário e presidente da Liga de Assistência Social ao Pobre, Adolpho Mendes e o presidente da Associação dos Comerciantes de Alagoinhas, Edson Oliveira. Quanto à bancada oposicionista, esta foi formada por quatro vereadores: Antonio Mutti e Manoel Otávio, eleitos pela UDN, além dos representantes do PSP, Alvinho Neto, e Walter Campos, cirurgião dentista e proprietário do *Alagoinhas Jornal*.<sup>14</sup>

Murilo Coelho Cavalcanti, advogado e natural de Rio das Pedras em São Paulo, foi eleito prefeito através do PSD, e governou entre 1963 e 1966. Sua carreira política não terminou aí, ocupando outros cargos como o de prefeito e deputado estadual. Antes do sistema bipartidário, houve em Alagoinhas posições bem definidas entre os políticos conservadores e os progressistas, logo acentuada pela ARENA e o MDB.

O bipartidarismo produziu uma reconfiguração na política local. A primeira eleição municipal de Alagoinhas sob o novo foi em 15 de novembro de 1966. Foram eleitos os seguintes candidatos,

**Tabela 1** – Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1967–1971).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Antônio Figueiredo Carneiro	MDB	7.267
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	Miguel Santos Fontes	ARENA	738
Vereador	Jefferson Villa Nova	ARENA	695
Vereador	Antônio Mutti	ARENA	557
Vereador	Walter Altamirano Robatto Campos	ARENA	462
Vereador	Altino Ribeiro Rocha	ARENA	456
Vereador	Edson Oliveira	ARENA	437
Vereador	José Francisco Conceição	ARENA	401
Vereador	Oswaldo Barroso Bastos	ARENA	364

<sup>14</sup> MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948–1964.** Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2011. p. 117–118.



Vereador	Hostílio Ribeiro Dias	MDB	593
Vereador	Clóvis Teles da Silva	MDB	556
Vereador	Judélio Souza Carmo	MDB	474
Vereador	Carlos Navarro Filho	MDB	441
Vereador	Antônio Paolilo	MDB	350

Fonte: TRE-BA, Prefeitos Eleitos, (1966); TRE-BA, Vereadores, (1966).<sup>15</sup>

Dos vereadores reeleitos, Edson Oliveira e Jefferson Vila Nova, antes vereadores apoiadores da situação, se tornaram opositores. Antonio Mutti e Walter Campos, também reeleitos, permaneceram em oposição ao prefeito Antônio Carneiro. Esse último, assim como outros prefeitos emedebistas de Alagoinhas, possuiu a minoria na Câmara de Vereadores. Isso não o impediu de emplacar projetos, como a construção do Estádio Municipal Antônio Carneiro, “o Carneirão”, mesmo que tivesse que investir recursos próprios na empreitada.<sup>16</sup> Isso garantiu destaque na opinião pública, transmitindo a imagem de um político “construtor” e preocupado com as práticas desportivas locais.

Alagoinhas tinha vários times de futebol amador, dentre eles o Ferroviário, o Gato Preto, o Grêmio, Botafogo, Agulha e o Juventus. Os times faziam parte da Liga Desportiva de Alagoinhas (LDA), mas ainda não possuía uma seleção que pudesse competir ao nível estadual, e marcar o nome de Alagoinhas no Futebol baiano. A Seleção Brasileira de Futebol masculina já tinha conquistado o Bicampeonato no ano de 1962, se tornando uma febre nacional, o que motivou os quadros políticos locais a investir no esporte.

O clube alagoinhense que colocaria o nome de Alagoinhas no mapa do futebol estadual e quiçá do Brasil foi o Alagoinhas Atlético Clube, “o Carcará”, fundado em 2 de abril de 1970, mesmo ano em que a Seleção Brasileira conquistaria o Tricampeonato Mundial. Dentre os seus sócios-fundadores estavam o político e jornalista Walter Campos, primeiro presidente do clube; Linaldo Almeida Rabelo; Jairo Macedo Maia; Victor Nascimento Neto; José Mutti; o cronista esportivo Heraldo Aragão; e o criador do escudo atleticano, Saturnino Peixoto Pinto.

Apesar da inauguração do Estádio Carneirão em 24 de janeiro de 1971, o Carcará não poderia jogar no Campeonato Baiano de Futebol, a não ser após a

<sup>15</sup> Para lista de prefeitos eleitos, ver por exemplo, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Prefeitos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 15 abr. 1969. p. 1; para consultar vereadores eleitos, ver por exemplo, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Vereador 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 16 jan. 1968. p. 4.

<sup>16</sup> SOUZA, Margarida Maria de. **Memórias entrelaçadas**. 2. ed. São Paulo: Scortecci Editora, 2014.

movimentação dos poderes locais, “[...] com o prestígio do então Prefeito de Alagoinhas, Dr. Murilo Coelho Cavalcante, que levou a Diretoria ao Governador do Estado, Dr. Luiz Viana Filho, para expor a situação, veio o sinal verde, após interferir junto a FBF [Federação Baiana de Futebol] [...]”.<sup>17</sup> Isso reforça a ideia do investimento no futebol como um projeto político.

O governo de Antonio Carneiro foi um momento de desenvolvimento industrial, principalmente o setor agroalimentício e de mineração. Em 1961, petróleo em Alagoinhas, o primeiro foi no Povoado de Espinho, distrito de Boa União.<sup>18</sup> De acordo com o memorialista Salomão Antonio Barros, o poço MG-1-BA teve os resultados mais satisfatórios nas pesquisas de perfuração na região em junho de 1964. Em 1967, campos de petróleo foram descobertos no distrito de Araçás, extraíndo também gás natural. Além do campo araçense, havia os poços do Miranga.<sup>19</sup>

É na década de 1960 que Alagoinhas se torna uma cidade de porte médio.<sup>20</sup> Passa por um processo de urbanização, aumenta a produção de bens e serviços e concentra sua oferta há nível regional. Novas escolas são inauguradas, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) passa a funcionar, se iniciou a construção do novo mercado municipal, além da oferta de novos serviços bancários.<sup>21</sup> Considerando esses aspectos, não parecia difícil ao MDB fazer um sucessor na prefeitura.

Sobre o pleito municipal de 1970, o memorialista Pedro Marcelino Pinto Neto descreveu o apoio de Antônio Carlos Magalhães a campanha eleitoral do ex-prefeito Murilo Cavalcanti, o que lhe possibilitou a vitória contra três candidatos arenistas. Apesar de eleito prefeito pelo MDB, se converteu ao carlismo.<sup>22</sup> Todos os seus mandatos como deputado estadual foram pela ARENA, e depois pelo Partido Democrático Social (PDS).

---

<sup>17</sup> BAHIA. **Moção de Aplausos pelos 50 anos de Fundação do Alagoinhas Atlético Clube**. A autoria de Gilmar Teles. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Conselho de Cultura da Bahia. Salvador, 30 mar. 2021. Disponível em:

[http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano\\_2021/MOCOES\\_ATUALIZADA\\_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf](http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano_2021/MOCOES_ATUALIZADA_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf). Acesso em: 18 dez. 2021, às 22:06 horas. p. 2.

<sup>18</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoinhas. BA**. 2. ed. Guanabara: IBGE, n. 480, 1970.

<sup>19</sup> BARROS, Salomão Antonio. **Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas**. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.

<sup>20</sup> MORAIS, Moisés Leal. *Op. cit.* 2011.

<sup>21</sup> BARROS, Salomão Antonio. *Op. cit.* 2011.

<sup>22</sup> MARCELINO, Pedro. Política e violência. *In: Alagoinhas: o que a memória guarda*. Alagoinhas: FIGAM, 2015. p. 95-96.

Alagoinhas antecipou em dois anos um movimento eleitoral que faria do MDB uma força política de oposição viável. Na Tabela 2, é possível verificar o bom desempenho eleitoral de Murilo Cavalcanti e os vereadores emedebistas.

**Tabela 2** - Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1971-1973).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Murilo Coelho Cavalcanti	MDB	9.490
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	José da Silva Azi	ARENA	1.181
Vereador	Miguel Santos Fontes	ARENA	633
Vereador	Altino Ribeiro Rocha	ARENA	354
Vereador	Edson Oliveira	ARENA	324
Vereador	Jurilda Santana	ARENA	311
Vereador	José Francisco de Jesus	MDB	1.764
Vereador	Antonio Paolilo	MDB	821
Vereador	Antonio Henrique Cavalcante Xavier	MDB	804
Vereador	Domingos Seabra de Almeida Veloso	MDB	794
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	MDB	710
Vereador	Álvaro Maia Nunes	MDB	607
Vereador	José Dias da Silva	MDB	483
Vereador	Aloísio Moura Costa	MDB	451

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1970).<sup>23</sup>

Os aptos a votar eram 23.199 mil, os votantes foram 16.628 mil alagoinhenses, votos em branco corresponderam a 20,1% do eleitorado, os votos nulos ficaram em 9,7%, o índice de abstenção ficou em 28,3%. Pareceu haver uma rejeição aos candidatos em disputa nesse pleito, somado os votos brancos e nulos, bem como os que se abstiveram. A eleição foi marcada pela volatilidade eleitoral. Marcus Figueiredo assim definiu o conceito: “[...] consiste na mudança/manutenção da direção do voto do eleitorado entre duas eleições consecutivas”.<sup>24</sup>

Na primeira eleição em vigência do bipartidarismo, as cadeiras do Poder Legislativo municipal sofreram mudanças. Em 1966, a maioria era arenista, já em 1970, se tornou emedebista. Isso mostra como havia um realinhamento nos votos do eleitorado alagoinhense. Embora Figueiredo use as eleições estaduais e federais em

<sup>23</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleições municipais de 15 de novembro de 1970.

<sup>24</sup> FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 – 1978. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.186-196, dez. 1995. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995\\_figueiredo\\_volatilidade\\_eleitoral\\_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995_figueiredo_volatilidade_eleitoral_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 ago. 2021, às 14:23 horas. p. 187.

seus estudos para definir a volatilidade eleitoral, no Quadro 2<sup>25</sup>, foi possível observar que o alinhamento de votos no estado da Bahia era à direita e ao conservadorismo, se modificando no início da década de 1970 em direção ao MDB, e a partir de 1974, sofre um refluxo. Esse último padrão será verificado mais à frente nas eleições seguintes.

Três vereadores arenistas se reelegeram: Miguel Fontes, Altino Rocha e Edson Oliveira. O MDB só reelegeu apenas um candidato, o vereador Antonio Paolilo. O ARENA elegeu a única mulher no período da Ditadura Civil-Militar, a vereadora Jurilda Santana, embora com a menor quantidade de votos na disputa, 311. Antes do Golpe de 1964, “[...] a professora Maria de Lourdes Veloso, [foi] a única mulher eleita para o Legislativo Municipal em Alagoinhas durante a Segunda República [...]”<sup>26</sup>, pelo PTN na legislatura de 1959–1962.

Tanto Jurilda Santana quanto Maria de Lourdes Veloso eram professoras, categoria que lhes garantiu boas condições socioeconômicas, politização e acesso às instituições públicas. De acordo o censo demográfico da década de 1970, considerando os setores de atividade, as mulheres eram maioria na prestação de serviços, que incluía as diversas trabalhadoras informais como as lavadeiras; e nas atividades sociais como ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, etc.<sup>27</sup>

Eram ofícios de menor remuneração e que ocupavam muito do esforço e tempo das alagoinhenses. A vida doméstica, o trabalho e a atuação política poderiam se configurar numa tripla jornada, criando um obstáculo para concorrer aos cargos políticos. Outro fato a ser considerado em relação à eleição de Jurilda Santana, é que havia mais mulheres com anos de estudos e grau de curso completo no município, exceto no Superior.<sup>28</sup> Ela pode ter gerado uma identificação da população feminina com a sua representação política.

---

<sup>25</sup> *Ibid.* p. 23.

<sup>26</sup> MORAIS, Moisés Leal. *Op. cit.* 2011. p. 107.

<sup>27</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico de 1970 – Bahia. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 8, 1973.

<sup>28</sup> *Ibid.*

O ARENA usou o critério de sublegenda<sup>29</sup> e triplicou a aposta para alcançar o Poder Executivo local com três candidaturas: a do ex-vereador Jefferson Vila Nova, que recebeu 3.897 mil votos; José Mutti de Almeida, com 659 votos; e Ruy Conceição Pedreira, 528 votos. A estratégia pareceu ter dividido os votos do eleitorado, pois, somadas as votações dos três prefeituráveis, Murilo Cavalcanti ganhava com folga.

O MDB deu uma virada no mandato tampão, contando com a maioria da Câmara Municipal, elegeu oito vereadores, em detrimento de cinco arenistas. Isso pode ter garantido vantagem na criação e execução de projetos na urbe. Além disso, diversos serviços e inaugurações ocorreram no início da década de 1970, o que pode ter associado à sua imagem às diversas realizações no município de Alagoinhas.

O seu governo ocorreu na vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969–1974). O plano econômico foi uma política nacional-desenvolvimentista amparado em empréstimos internacionais que, privilegiou diversos setores industriais.<sup>30</sup> O período ficou conhecido como “Milagre Econômico” devido à alta taxa de crescimento do PIB e deflação, se comparado aos anos anteriores. Apesar do otimismo, outros índices se mostraram preocupantes, mostrando que nem toda a população acabou contemplada.<sup>31</sup>

Apesar das conquistas no mandato e o apoio de Antônio Carlos Magalhães, o governo de Murilo Cavalcanti terminou em um escândalo devido a um crime político. O prefeito e seu irmão Flávio Coelho Cavalcanti foram acusados de mandantes do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas,

Eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (*MDB*) com 761 votos no pleito eleitoral de 1972, Celso Dantas, que possivelmente seria líder do Governo do emedebista Judélio de Souza Carmo, foi assassinado em 18 de janeiro de 1973 por dois homens mascarados e armados com revólveres em sua casa, e alvejado com um tiro na garganta, enquanto lia um livro na cabeceira da mesa na companhia de sua esposa, Etelinda Schramm Dantas e de outra mulher que

<sup>29</sup> BRASIL. Ato Complementar nº. 26, de 29 de novembro de 1966. **Dispõe sobre o registro de candidatos em sub[-]legendas.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 145, n. 78, [s. p], 29 novembro 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-26-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-26-66.htm). Acesso em: 26 dez. 2021, às 22:14 horas.

<sup>30</sup> Para ver as diferentes políticas econômicas e ideológicas, TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 18–19.

<sup>31</sup> LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964–1985). *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

assistia a novela “Selva de Pedra”, da emissora Rede Globo de televisão.<sup>32</sup>

O fato pode ter determinado um redirecionamento do eleitorado em direção aos arenistas, pois, sensibilizou em muito a opinião pública alagoinhense. O evento e seus desdobramentos foram veiculados na mídia estadual e nacional. Apesar do desgaste da imagem, Murilo e seu irmão não foram a julgamento, e foram soltos graças a um *habeas corpus*, pois, não foram confirmadas suas participações no crime.<sup>33</sup>

Isso não pareceu ter enfraquecido a imagem de Murilo Cavalcanti ou diminuído o apoio do carlismo. Ao longo dos anos, ele conquistou o cargo de deputado estadual pela ARENA em dois mandatos, o primeiro de 1975 a 1979, e o segundo de 1979 a 1983, o que demonstra o seu capital eleitoral e influência na política baiana. Foi titular e suplente em várias comissões de importância na Assembleia Legislativa da Bahia, além de Presidente da Mesa Diretora em 1981–1983.<sup>34</sup>

Considerado o resultado do pleito de 1972, ocorreu a volatilidade eleitoral. O voto no Brasil muda constantemente, o fato faz parte da nossa história política. Em um sistema bipartidário, ela fica ainda mais nítida, bem como a identificação partidária do eleitor. Como pode ser visto na Tabela 3, a mudança no alinhamento eleitoral sofreu um refluxo, e os ventos eleitorais penderam para o lado da ARENA.

**Tabela 3** - Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1973–1977).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Judélio de Souza Carmo	MDB	10.220
Vice-prefeito	—	—	—
Vereador	Jefferson Villa Nova	ARENA	933
Vereador	Antonio Fontes	ARENA	827
Vereador	João Cardoso da Cruz	ARENA	805
Vereador	José Francisco dos Reis	ARENA	753
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	ARENA	686
Vereador	José da Silva Azi	ARENA	646

<sup>32</sup> PIMENTEL, Wagner de Souza. Classe dominante em conflito: o caso do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH – Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307\\_ARQUIVO\\_4877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307_ARQUIVO_4877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022, às 11:32 horas.

<sup>33</sup> *Ibid.*

<sup>34</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Murilo Coelho Cavalcanti. 2021. **ALBA**. Salvador. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/presidencia/presidente/depois47/5000408>. Acesso em: 14 maio 2021, às 12:29 horas.

Vereador	Elísio Macedo	ARENA	492
Vereador	José de Deus Oliveira	ARENA	492
Vereador	José Francisco de Jesus	ARENA	488
Vereador	Marco Antunes Boiron Cardoso	MDB	1.456
Vereador	Crisanto Borges	MDB	902
Vereador	Beroaldo Soares do Nascimento	MDB	883
Vereador	Celso Magalhães Dantas	MDB	761

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1972).<sup>35</sup>

Com 25.775 mil aptos a votar, os votantes foram 18.139 mil, 29,5% dos alagoinhenses se abstiveram. Os votos em branco e nulos, somados entre prefeitos e vereadores ficaram em 2.499 mil eleitores, e 1.569 mil votos nulos, com mais votos brancos e nulos para vereadores que para prefeitos.<sup>36</sup> A disputa pela prefeitura indicou ter sido polarizada entre Judélio Carmo e a candidatura única do arenista José Ribeiro Libório, candidato apoiado por Murilo Cavalcanti.<sup>37</sup>

O início da década de 1970 foi um momento de ascensão da oposição no Brasil. Foi um momento em que o MDB assumiu um caráter de oposição mais objetivo, o que ameaçou a institucionalidade do governo discricionário. A bancada emedebista no Congresso Nacional aumentou gradativamente.<sup>38</sup> Em Alagoinhas, essa guinada à esquerda manteve a prefeitura nas mãos do MDB, mas se tornou minoria na Câmara de Vereadores.

A campanha de Judélio contou com a ajuda dos movimentos sindicais e estudantis do município.<sup>39</sup> No entanto, essa vitória não aconteceu em Alagoinhas sem a resistência dos apoiadores do regime. Depois da crise do homicídio que vitimou o vereador emedebista Celso Dantas, o prefeito eleito Judélio Carmo sofreu um processo de *impeachment* que repercutiu na esfera estadual e nacional.

Deputados estaduais literalmente foram às vias de fato ao tratarem deste tema e o senador Orestes Quércia e o deputado federal Ulisses Guimarães, figuras de proa do MDB nacional, ameaçaram denunciar à Tribuna das duas casas do Congresso Nacional a perseguição da ARENA ao Prefeito do MDB de Alagoinhas/BA. Se comprometeram,

<sup>35</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1972.

<sup>36</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 28, n. 339, out. 1979.

<sup>37</sup> MARCELINO, Pedro. *Op. cit.*, 2015.

<sup>38</sup> JORNAL DO SENADO. **Senado 74: a eleição que abalou o Brasil**. Brasília: ano 20, n. 4.207, encarte especial, 19 nov. 2014.

<sup>39</sup> CRUZ JUNIOR, Antonio Sales da. Lenta, gradual e segura? Não para os combatidos! Os petroleiros e a redemocratização em Alagoinha, BA (1974–1985). *In*: MEDICCI, Ana Paula; MASCARENHAS, Maria José Rapassi; LIMA, Marcelo Pereira (org.). **Veredas da História Política**. Salvador: UFBA, 2017.

inclusive, a estarem presentes em Alagoinhas no dia da votação do impeachment na Câmara de vereadores. Quando da votação, apenas o Orestes Quércia compareceu. Ulisses Guimarães justificou a ausência, alegando incompatibilidade de agenda.<sup>40</sup>

Graças a articulação do MDB, Judélio Carmo foi reconduzido ao cargo. O prefeito voltou a prefeitura mais uma vez em 1983, como poderá ser visto na Tabela 6. Foi um dedicado democrata nas campanhas das Diretas Já, na década de 1980. Deve ter tido dificuldade de realizar articulações e aprovar projetos com uma maioria arenista, no entanto, realizou diversas obras e investiu na indústria alagoinhense.

Em sessão da Câmara dos Deputados, o deputado federal e pemedebista Colbert Martins, descreveu traços biográficos de Judélio Carmo à frente da Prefeitura Municipal de Alagoinhas,

Nesse período [1973-1976], realizou importantes obras, como a criação do Distrito Industrial de Sauípe - DISAI; implantação de várias indústrias, com destaque para o resgate da produção curtumeira, o que trouxe para Alagoinhas a Companhia Industrial Brasil-Espanha - BRESPEL; a fábrica de postes de cimento e derivados CAVAN. Também dá início aos estudos do Polo Cerâmico de Alagoinhas não só pela investigação das jazidas existentes, como, e principalmente, pela busca de empresas do ramo para instalação em sua terra natal. Vale salientar, ainda, a sua influencia [sic] na instalação do Banco do Nordeste do Brasil, bem como da Companhia do Exército.<sup>41</sup>

Na eleição seguinte, de acordo a Tabela 4, Jefferson Vila Nova conseguiu um segundo mandato como vereador, dois outros vereadores se reelegem, os ex-emedebistas José Francisco dos Reis e Dimas Rodrigues Campos, agora pela ARENA. A representação do MDB caiu de cinco para quatro, a ARENA conseguiu ampla maioria com nove vereadores.

**Tabela 4** – Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1977–1983).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
-------	---------------	---------	---------------

<sup>40</sup> *Ibid*, 2017. p. 63.

<sup>41</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão: 069.3.53.O., Fase PE, Orador: Colbert Martins, PMDB-BA., 15 abr. 2009, às 15:16. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=069.3.53.O&nuQuarto=39&nuOrador=1&nuInsercao=38&dtHorarioQuarto=15:16&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=15/04/2009&txApelido=COLBERT%20MARTINS&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=15:16&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 30 nov. 2021, às 21:21 horas.



Prefeito	Miguel Santos Fontes	ARENA	6.687
Vice-prefeito	Jefferson Villa Nova	ARENA	—
Vereador	José Ribeiro Libório	ARENA	1.606
Vereador	João Cardoso da Cruz	ARENA	749
Vereador	Nilton Cruz Esteves	ARENA	630
Vereador	José de Deus Oliveira	ARENA	576
Vereador	Newton Andrade Pimentel Sampaio	ARENA	573
Vereador	Antônio Edson da Vila Costa	ARENA	543
Vereador	Walter Altamirano Robatto Campos	ARENA	539
Vereador	Jamin Nascimento Silva	ARENA	535
Vereador	Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias	ARENA	525
Vereador	João Bosco de Farias	MDB	695
Vereador	Josafá Paulino dos Santos	MDB	601
Vereador	José Antônio dos Santos	MDB	600
Vereador	Genário Carvalho Damião	MDB	500

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1976).<sup>42</sup>

Havia 30.866 mil eleitores, mas só 25.323 compareceram às urnas, 17,9% se abstiveram de votar, menor índice desde 1970. Exceto os arenistas Miguel Fontes, Jefferson Vila Nova e Walter Campos, esse foi o pleito com o maior índice de renovação. No entanto, o número de cadeiras se manteve. Foi a única vitória da ARENA ao Executivo municipal na Ditadura Civil-Militar, e contou com um mandato estendido até o ano de 1983 por meio de emenda constitucional.<sup>43</sup>

O partido estava muito fortalecido. No início da década de 1970, a imagem do MDB estava desgastada devido aos seus dois ex-prefeitos se envolverem em escândalos. Murilo Cavalcanti havia sido acusado de ser mandante do assassinato do vereador emedebista Celso Dantas, e Judélio Carmo sofrera um arrastado processo de *impeachment* que mobilizou o MDB há nível nacional para reaver o cargo.

Não à toa, o ex-vereador arenista e comerciante Miguel Fontes, se sagrou e seu vice-prefeito Jefferson Vila Nova se elegeu por uma sublegenda da ARENA. O partido estatal elegeu larga maioria, das treze vagas a Câmara Municipal, conquistou nove cadeiras, restando quatro delas para o MDB. Os candidatos arenistas presidiram a Câmara em três biênios consecutivos.<sup>44</sup>

Com essa ampla maioria, a margem de aprovação de projetos e a sua influência na opinião pública se alargou em muito na cidade. A década de 1970 foi

<sup>42</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976.

<sup>43</sup> BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, [s. p], 11 de setembro de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-14-9-setembro-1980-373576-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 ago. 2023, às 18:40 horas.

<sup>44</sup> ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 1, n. 8, jan. 1982.

um momento de desenvolvimento urbano e construção de equipamentos públicos, reformas e ofertas de serviços, tanto na Sede de Alagoinhas quanto nos distritos da zona rural como Araçás, Riacho da Guia e Boa União.

Esse momento coincidiu com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), criado no governo do presidente general Ernesto Beckmann Geisel (1974–1979). O objetivo do plano econômico era dar continuidade à política nacional-desenvolvimentista do governo anterior, entretanto, à custa do arrocho salarial, precarização do trabalho e os desmantelamentos dos sindicatos.<sup>45</sup>

O clima de otimismo nacional em relação ao dito “Milagre Econômico”, nascido da política de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) amparado por empréstimos internacionais<sup>46</sup>, e as diversas leis eleitorais que beneficiavam a ARENA como o Pacote de Abril, permitiram largas vitórias, mesmo com a volatilidade eleitoral.<sup>47</sup> Ao considerar o número de filiados no fim dos anos de 1970 na Tabela 5, mesmo com aumento de emedebistas em alguns estados, foi perceptível uma maior busca pela representação política em favor da ditadura,

**Tabela 5** – Eleitores filiados ao ARENA e ao MDB até o mês de outubro no quadriênio 1976–1979.

UF	1976		1977		1978		1979	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
AC	1.871	1.129	1.389	806	822	571	2.700	2.027
AL	24.016	8.801	24.252	8.817	24.426	9.098	24.412	9.278
AM	5.477	4.160	5.477	4.160	5.477	4.160	5.477	4.160
BA	97.980	14.330	349.690	45.366	394.193	54.675	400.450	57.271
CE	98.222	23.834	98.189	24.039	98.235	24.012	98.181	23.994
ES	40.051	13.349	40.799	13.370	40.813	13.627	40.947	16.795
GO	98.538	32.938	83.496	30.115	95.014	35.470	95.776	35.918
MA	119.907	13.333	143.137	13.798	144.242	14.693	146.254	16.034
MT	39.083	9.786	41.120	12.205	43.067	12.892	15.896	6.485
MS	—	—	—	—	—	—	29.461	10.187
MG	508.352	99.614	408.745	104.138	437.384	107.902	439.974	112.364
PA	43.467	14.278	43.889	14.440	44.105	15.181	44.218	15.578
PB	54.780	23.325	85.858	23.808	55.781	24.413	58.129	24.932

<sup>45</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>46</sup> LUNA, Francisco Vidal; HERBERT, S, Klein. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS FILHO, Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 94-96.

<sup>47</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, 1989.

PR	268.535	69.064	250.344	66.909	266.988	70.697	298.347	77.518
PE	149.415	27.709	166.942	30.981	151.284	27.396	153.433	29.127
PI	100.406	8.996	98.217	9.275	95.829	9.210	98.165	9.711
RJ	94.887	96.911	94.343	98.673	93.091	97.136	62.631	53.883
RN	28.760	18.427	29.928	18.345	29.637	18.510	29.859	18.816
RS	98.982	71.532	101.151	72.948	101.515	69.879	96.155	70.745
SC	92.898	35.117	93.366	35.344	98.620	38.550	99.326	39.761
SP	673.490	150.766	673.773	123.804	668.047	157.711	696.420	209.202
SE	42.341	8.127	42.382	8.220	42.599	8.676	42.669	8.741
AP	1.644	1.624	1.644	1.624	1.644	1.624	1.608	1.629
RO	385	308	385	308	2.470	811	2.508	888
RR	338	275	338	375	338	275	338	275

Fonte: TSE, Boletim Eleitoral, n. 303, (1976); TSE, Boletim Eleitoral, p. 860, (1977), TSE, Boletim Eleitoral, n. 327, (1978); TSE, n. 348–350, (1980).<sup>48</sup>

No total, o número de filiados ao ARENA sempre foi maior que o do MDB no quadriênio, apesar do desgaste do regime ditatorial. Em âmbito nacional, no ano de 1976 houve 72,1% a mais de filiados arenistas, em 1977 filiaram-se 79,9%, no ano de 1978 se filiaram 72,2%, e por fim, no ano de 1979 se filiaram 72,2% a mais de arenistas.

Considerando as regiões do Brasil em sua divisão territorial atual, no Norte, as filiações a ARENA foram 64,2% maior no quadriênio. Nos estados do Amazonas e do Acre, o número de filiações se manteve igual de 1976 a 1979, sendo contabilizado apenas uma vez; o mesmo ocorreu com o Território de Administração Federal de Roraima. No território do Amapá, o número de filiados se manteve igual de 1976 a 1978, sendo somado apenas os números de 1978 e 1979.

No território de Roraima, só se somou os números de 1977 a 1979. É possível que não tenham tido novas filiações partidárias ou os números não tenham sido atualizados nos anos em que se repetem. Essa diferença foi subtraída na soma geral do quadriênio para todo o país, para o cálculo do valor anual, foram considerados todos os números.

No Nordeste houve 81,8% a mais de filiações ao ARENA. Na Bahia, se filiaram à ARENA 1.242.313 milhões de pessoas, no MDB foram 171.642 mil, 86,2% a mais de arenistas. No Centro-Oeste, havia 65,5% a mais de filiados ao partido ARENA. O

<sup>48</sup> O número de filiados eram computados anualmente até o mês de setembro, o mês de outubro aconteciam as campanhas eleitorais e em novembro eram as eleições. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 25, n. 303, out. 1976. p. 853; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 315, out. 1977. p. 860; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 27, n. 327, out. 1978. p. 605; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 348–350, jul./set. 1980. p. 88.

estado do Mato Grosso do Sul não apresentou dados de 1976 a 1978, fora desmembrado por lei complementar de 1977, mas só se tornou estado em definitivo no ano de 1979.

No Sudeste, onde estavam os dois maiores colégios eleitorais do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, a ARENA teve 70,7% a mais de filiados. O único estado com maior percentual de filiados do MDB foi o Rio de Janeiro, embora mantenha um empate técnico, visto que o índice foi de apenas 0,5% maior que o seu rival. No Sul do Brasil, 58,3% a mais de filiações arenistas.

Com a redemocratização da década de 1980, o país voltava ao pluripartidarismo. Novos atores políticos entravam em cena, bem como novas legendas dividindo as identificações partidárias de um eleitorado já bastante volátil. A criação do *Alagoinhas – Jornal do Município*, periódico institucional elaborado pelo prefeito Miguel Fontes, poderia garantir uma visão positiva na opinião pública em relação aos arenistas, mobilizar as bases eleitorais e fortalecer as alianças políticas.

O órgão de imprensa institucional foi criado no vácuo de publicações da imprensa local no biênio de 1981–1982. Contou com a editoração do experiente Ubaldo Marques Porto Filho, que ao longo de 1970 e 1980 produziu diversos periódicos através da empresa SGS.<sup>49</sup> A produção de um jornal institucional buscou positivar as ações do governo municipal, minimizar as deficiências da gestão, denunciar a oposição, sensibilizar a opinião pública a favor do interesse do prefeito Miguel Fontes e seus partidários.<sup>50</sup>

Além disso, o prefeito buscava fazer de Jefferson Vila Nova o seu sucessor, e o periódico serviu de suporte para o marketing político. Silmara Carneiro e Silva definiu o objetivo do uso racional do marketing nos processos políticos,

[...] o de mobilizar o público eleitor, principalmente durante as campanhas eleitorais, a aderir ao perfil de uma candidatura e encontrar razões suficientes para decidir sua intenção de voto em

---

<sup>49</sup> SOUZA, Márcio Santos. **Apresentação**. UBALDO MARQUES PORTO FILHO. Disponível em: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=185&tipo=2>. Acesso em: 25 mar. 2020, às 15:23 horas.

<sup>50</sup> SANTOS, Caliel Alves dos; SANTOS, Marilécia Oliveira. As representações dos negros nas fotografias do *Alagoinhas – jornal dos municípios* da década de 1980. ENCONTRO DE AÇÃO AFIRMATIVA: PRÁTICAS DE ESTUDANTES COTISTAS EM PESQUISA E EXTENSÃO, 2., 2019. **Relatório...** [...]. Salvador: 2019. p. 1–8.

favor mesma, de forma a contribuir diretamente para sua vitória no pleito eleitoral, através do seu poder de voto.<sup>51</sup>

Os chefes do Poder Executivo, nesse caso, os prefeitos, são políticos midiáticos, ou seja, estampam capas de jornais, dão entrevistas no rádio, realizam debates na TV, e participam de comícios empregando o marketing político. Buscam atingir a sensibilidade do eleitorado, esse último recorre as imagens e a sua cultura política para escolher os seus candidatos sem intermediação do partido.

Uma matéria de capa do *Alagoinhas – Jornal do Município*, escrita pelo prefeito Miguel Fontes, e elencava motivos para o eleitorado votar em Jefferson Vila Nova. Uma série de adjetivos e qualificadores são relacionados ao vice-prefeito: “qualidades indiscutíveis”, “ilibada honradez”, “méritos incontestáveis” e “dignidade pessoal”, relacionava a candidatura do prefeiturável a moralidade enquanto o afastava da corrupção.<sup>52</sup>

O prefeito almejou demonstrar que o seu vice-prefeito era mais que um sucessor, não haveria uma interrupção da gestão “[...] candidato ideal para dar continuidade aos programas do meu governo [...]”<sup>53</sup>, e se disporia a proporcionar a cidade “[...] às aspirações de progresso alagoinhense.”<sup>54</sup> Ao declarar “[...] a candidatura de Jefferson Vila Nova para prefeito de Alagoinhas, é merecedora de toda confiança.”<sup>55</sup>, expõe valores morais, o distingui de seu forte concorrente, Judélio Carmo, ex-prefeito e vereador do MDB, e faz sua escolha de sucessão política.

Os vereadores, contam com as suas redes de sociabilidades locais, seja na sua rua ou bairro, são os mais próximos da população. O contexto social de vizinhança contribuiu em muito para os legisladores alagoinhenses angariarem votos na cidade. Baseados nos estudos mais recentes de geografia eleitoral, o espaço geossocial influencia em “[...] como a localização do eleitor, as características do lugar onde a

---

<sup>51</sup> SILVA, Carneiro Silmaria e. Marketing político e comportamento eleitoral: reflexões sobre as estratégias de marketing político em campanhas eleitorais. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113–136, jan./abril. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527007.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021, às 21:55 horas. p. 122. Grifos nossos.

<sup>52</sup> ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 2, n. 20, 1ª quinzena de ago. 1982. Matéria de capa.

<sup>53</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

<sup>54</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

<sup>55</sup> *Ibid.* 1982. Matéria de capa.

pessoa vive e as informações políticas que circulam dentro de um contexto social específico [sic] influenciam a escolha eleitoral.”<sup>56</sup>

Eles tiveram mais chances de cooptar votos através do clientelismo. Não é incomum que um vereador seja eleito por ser conhecido do votante, ou da família, ou por ter prestado algum tipo de benefício em período eleitoral. Aqueles mais inseridos no cotidiano da urbe, como as instituições desportivas e da imprensa tiveram mais êxito em se reeleger ou ganhar novos mandatos.

Na eleição seguinte, Judélio Carmo retornou a prefeitura local. Seu vice-prefeito era um ex-vereador arenista, o Altino Rocha. Cinco vereadores se reelegeram: José Libório, Nilton Esteves e João Cruz agora pelo PDS; e Josaphat Santos e José Santos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dimas Campos retorna a um terceiro mandato pelo PDS.

Na Tabela 6, há o menor índice de renovação no legislativo municipal durante a Ditadura Civil-Militar. A representação política do PDS ficou em sete vereadores, e o PMDB com cinco.

**Tabela 6** – Prefeito, vice-prefeitos e vereadores de Alagoinhas (1983–1988).

Cargo	Nome completo	Legenda	Votos obtidos
Prefeito	Judélio de Souza Carmo	PMDB	16.628
Vice-prefeito	Altino Ribeiro Rocha	PMDB	—
Vereador	José Ribeiro Libório	PDS	1.002
Vereador	Sidney Leal Ferreira Leal	PDS	829
Vereador	Nilton Cruz Esteves	PDS	769
Vereador	José Edesio Cardoso Filho	PDS	733
Vereador	Dimas Rodrigues Campos	PDS	616
Vereador	João Cardoso da Cruz	PDS	606
Vereador	Oscarlito Veloso de Brito	PDS	578
Vereador	Josafá Paulino dos Santos	PMDB	1.725
Vereador	Antonio Fernando Xavier dos Santos	PMDB	960
Vereador	José Antonio dos Santos	PMDB	840
Vereador	Antonio Raimundo Conceição	PMDB	726
Vereador	Claudionor Bispo de Souza	PMDB	707
Vereador	Raimundo da Rocha Espinheira	PMDB	654

Fonte: TSE, Formulário resumo das eleições municipais de Alagoinhas, (1982).<sup>57</sup>

<sup>56</sup> ZOLNERKEVIC, Aleksei. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 108–119, jul./dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056\\_A\\_influencia\\_da\\_geografia\\_no\\_comportamento\\_eleitoral\\_contexto\\_social\\_de\\_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf). Acesso em: 22 nov. 2021, às 22:05 horas. p. 18.

<sup>57</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1982.

O eleitorado era de 48.593 mil, comparecendo as urnas 38.080 mil eleitores. Após anos de bipartidarismo na Ditadura Civil-Militar, ocorreu a primeira eleição em sistema pluripartidário. O pleito de 1982 manteve a polarização entre dois partidos: O PDS, sucessor da ARENA; e o PMDB, continuidade do MDB. O único outro partido envolvido na disputa eleitoral no município foi o Partido dos Trabalhadores (PT).

Disputando o Poder Executivo, havia três candidatos: Judélio Carmo pelo PMDB; outro pelo PDS, com 15.790 votos; e um candidato do PT com 434 votos, ambos com nomes ignorados. Os votos em brancos equivaleram a 22,4% e os nulos ficaram em 10,3%. Os que se abstiveram de votar foram 21,5%. Não houve candidaturas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e PTB.<sup>58</sup>

Como o PT e o PDT eram novas siglas, os seus quadros políticos ainda contavam com pouco financiamento, bases eleitorais ainda a se construírem e pouca identificação partidária. Por exemplo, os candidatos a vereadores petistas lograram pouco êxito, conquistando juntos 420 votos. Apesar do menor índice de renovação, essa eleição também foi marcada pelo maior índice de rejeição eleitoral. A diferença do total de votos do PDS e do PMDB é irrisória, uma diferença de 230 votos para o partido de direita. Mesmo assim, o PDS manteve o predomínio da Câmara Municipal.

### **Considerações finais**

O período de média duração forneceu dados que foram quantificados e serializados. Ao considerar a temporalidade, foi feita uma análise agregada, levado em conta os fatores sócio-históricos e políticos. Como a proposta não era fazer previsões em relação ao comportamental eleitoral de Alagoinhas, coube historicizar, mostrar os nexos de causalidade do fenômeno dentro da conjuntura.

O voto pode ser tratado como uma escolha individual, mas os resultados eleitorais dependem do conjunto da sociedade. Vários são os motivos que podem condicionar o voto, dentre eles, o número de filiados nos partidos em disputa, o que pode aumentar o financiamento das campanhas eleitorais, o engajamento na militância e a chance de obter maioria nos cargos eletivos.

---

<sup>58</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982**. Brasília: TSE, v. 14, t. 3, 1989.

A legislação eleitoral também é um dos seus fatores condicionantes. As leis definem o rito do processo eleitoral: o período de votação, como e quando devem ser realizadas as campanhas eleitorais, quem está apto ou não a votar e ser elegível, etc. O sistema bipartidário enfraqueceu as esquerdas no Brasil, isso se refletiu no desempenho do MDB em Alagoinhas e no restante da nação.

O partido de oposição ao governo discricionário teve melhor desempenho na obtenção dos cargos do Poder Executivo. A ARENA dominou com folga a maioria das legislaturas. De modo geral, o índice de renovação dos quadros políticos foi baixo. O município acompanhou a tendência histórica de volatilidade eleitoral do país, e de uma inclinação estadual à direita e ao conservadorismo durante a conjuntura.

Durante o período, todas as seções eleitorais alagoinhenses funcionaram, o que demonstra que o rito eleitoral ocorria sem grandes problemas. O número de abstenções variou ao longo do tempo, sempre ficando acima dos 15%. O número de desfiliações foi maior no MDB, o que acabou minando as suas forças ao longo da Ditadura Civil-Militar junto a outros elementos como a repressão, a censura e as leis.

Na Ditadura Civil-Militar, a política institucional alagoinhense foi dominada por homens, principalmente aqueles de perfil conservador, pró-militar e pertencentes as classes dominantes. Eram eles comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais como jornalistas, médicos e advogados. No caso das mulheres, a sua atuação política sofria limitações devido a tripla jornada que a vida política lhe acarretaria. Possibilidades de novas pesquisas históricas se apresentam sobre as questões de sexo e identidade sexual entre as décadas de 1960 a 1980 em Alagoinhas.

Esse artigo se utilizou de um corpo de fontes específicas. Se fossem consideradas as pesquisas de opinião de cada período eleitoral, as notícias veiculadas nos jornais da época, a demografia do voto e uma análise da atuação política dos legisladores por meio das atas da Câmara de Vereadores, os dados poderiam ter sido complementados. Seria possível até obter novos resultados sobre o comportamento eleitoral alagoinhense.

## **REFERÊNCIAS**

ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoinhas: ano 1, n. 8, jan. 1982.



ALAGOINHAS – JORNAL DO MUNICÍPIO. Alagoínhas: ano 2, n. 20, 1ª quinzena de ago. 1982. Matéria de capa.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964–1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Murilo Coelho Cavalcanti. 2021. **ALBA**. Salvador. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/presidencia/presidente/depois47/5000408>. Acesso em: 14 maio 2021, às 12:29 horas.

BAHIA. **Moção de Aplausos pelos 50 anos de Fundação do Alagoínhas Atlético Clube**. Autoria de Gilmar Teles. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Conselho de Cultura da Bahia. Salvador, 30 mar. 2021. Disponível em: [http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano\\_2021/MOCOES\\_ATUALIZA\\_DA\\_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf](http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/arquivos/File/Ano_2021/MOCOES_ATUALIZA_DA_2021/MOCAODEAPLAUSOS50ANOSDOATLETICODEALAGOINHAS.pdf). Acesso em: 18 dez. 2021, às 22:06 horas.

BARROS, José D'Assunção. As abordagens. *In*. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, Salomão Antonio. **Vultos e Feitos do Município de Alagoínhas**. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.

BRASIL. Ato Complementar nº. 26, de 29 de novembro de 1966. **Dispõe sobre o registro de candidatos em sub[-]legendas**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 145, n. 78, [s. p], 29 novembro 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-26-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-26-66.htm). Acesso em: 26 dez. 2021, às 22:14 horas.

BRASIL. Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965. **Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 20 de novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 21 dez. 2021, às 14:42 horas.

BRASIL. Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965. **Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 144, n. 77, [s. p], 27 outubro 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:06 horas.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, [s. p], 11 de setembro de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-14-9-setembro-1980-373576-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 ago. 2023, às 18:40 horas.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 9 dez. 2021, às 10:25 horas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão: 069.3.53.O., Fase PE, Orador: Colbert Martins, PMDB-BA., 15 abr. 2009, às 15: 16. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=069.3.53.O&nuQuarto=39&nuOrador=1&nuInsercao=38&dtHorarioQuarto=15:16&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=15/04/2009&txApelido=COLBERT%20MARTINS&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=15:16&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 30 nov. 2021, às 21:21 horas.

CRUZ JUNIOR, Antonio Sales da. Lenta, gradual e segura? Não para os combatidos! Os petroleiros e a redemocratização em Alagoinha, BA (1974–1985). *In*: MEDICCI, Ana Paula; MASCARENHAS, Maria José Rapassi; LIMA, Marcelo Pereira (org.). **Veredas da História Política**. Salvador: UFBA, 2017.

FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 – 1978. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.186-196, dez. 1995. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995\\_figueiredo\\_volatilidade\\_eleitoral\\_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3412/1995_figueiredo_volatilidade_eleitoral_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 ago. 2021, às 14:23 horas.

FONTENELLE, André. Há 50 anos, país passava a ter só dois partidos. **Agência Senado**. Brasília, atualizado em 2 out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 21 dez. 2021, às 14:32 horas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoinhas. BA**. 2. ed. Guanabara: IBGE, n. 480, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico de 1970 – Bahia. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 8, 1973.

JORNAL DO SENADO. **Senado 74: a eleição que abalou o Brasil**. Brasília: ano 20, n. 4.207, encarte especial, 19 nov. 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964–1985). *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARCELINO, Pedro. Política e Violência. *In*: **Alagoinhas: o que a memória guarda**. Alagoinhas: FIGAM, 2015.

MARTINS, Eder Alexandre. Ditadura de quem?. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: ANPUH – Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962\\_ARQUIVO\\_EderMartins-Ditaduradequem.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364676962_ARQUIVO_EderMartins-Ditaduradequem.pdf). Acesso em: 23 out. 2023, às 10:16 horas.

MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948–1964**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2011.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 41–90, 2008. Disponível em: [https://mpr.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA\\_paper\\_31919.pdf](https://mpr.ub.uni-muenchen.de/31919/1/MPRA_paper_31919.pdf). Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:56 horas.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414–430, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193/32038>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 20:00 horas.

PIMENTEL, Wagner de Souza. Classe dominante em conflito: o caso do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH – Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307\\_ARQUIVO\\_4\\_877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628257307_ARQUIVO_4_877d25807e102498a245b90ec20f40b.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022, às 11:32 horas.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RIBA, Vinicius de Lara. **Entre o empirismo e a teoria: uma análise da produção científica nacional sobre comportamento eleitoral (1956–2014)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Caliel Alves dos; SANTOS, Marilécia Oliveira. As representações dos negros nas fotografias do *Alagoinhas – jornal dos municípios* da década de 1980. ENCONTRO DE AÇÃO AFIRMATIVA: PRÁTICAS DE ESTUDANTES COTISTAS EM PESQUISA E EXTENSÃO, 2., 2019. **Relatório...** [...]. Salvador: 2019. p. 1–8.

SILVA, Carneiro Silmaria. Marketing político e comportamento eleitoral: reflexões sobre as estratégias de marketing político em campanhas eleitorais. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113–136, jan./abril. 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527007.pdf>, acesso em 22 nov. 2021, às 21:55 horas.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em História Social. **Revista de História**, [S. l.], v. 37, n. 75, p. 175–188, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.128470. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128470>. Acesso em: 21 ago. 2021, às 19:52 horas.

SOUZA, Márcio Santos. **Apresentação**. UBALDO MARQUES PORTO FILHO. Disponível em: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=185&tipo=2>. Acesso em: 25 mar. 2020, às 15:23 horas.

SOUZA, Margarida Maria de. **Memórias entrelaçadas**. 2. ed. São Paulo: Scortecci Editora, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 18-19.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Prefeitos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 15 abr. 1969.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA. **Vereador 1966**. Seção de Estatística e Divulgação: 16 jan. 1968.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 315, out. 1977.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 25, n. 303, out. 1976.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 27, n. 327, out. 1978.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 28, n. 339, out. 1979.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Brasília: TSE, ano 26, n. 348-350, jul./set. 1980.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982**. Brasília: TSE, v. 14, t. 3, 1989.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleições municipais de 15 de novembro de 1970.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1972.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado de eleição – Formulário resumo**. Eleição Municipal de 15 de novembro de 1982.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 108-119, jul./dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_no_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf)

[2/publication/332350056\\_A\\_influencia\\_da\\_geografia\\_no\\_comportamento\\_eleitoral\\_no\\_contexto\\_social\\_de\\_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Aleksei-Zolnerkevic-2/publication/332350056_A_influencia_da_geografia_no_comportamento_eleitoral_no_contexto_social_de_vizinhanca/links/5caf383c92851c8d22e37842/A-influencia-da-geografia-no-comportamento-eleitoral-contexto-social-de-vizinhanca.pdf). Acesso em: 22 nov. 2021, às 22:05 horas.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023

# A REPRESSÃO DURANTE A TRANSIÇÃO (1974-1979) E A 'INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES': AS BASES DA CONTRARREVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1988)

*REPRESSION DURING THE TRANSITION (1974-1979) AND THE 'INSTITUTIONALIZATION OF INSTITUTIONS': THE BASIS OF THE DEMOCRATIC COUNTER-REVOLUTION (1974-1988)*

**Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo caracterizar o início da transição para a democracia no Brasil, tendo como destaque o governo Ernesto Geisel (1974-1979). O projeto da distensão política tinha como elemento central o controle das Forças Armadas perante o processo de transição e enquanto institucionalizaram a nova ordem democrática, os militares enfrentaram resistências ao processo de abertura. O aparato repressivo foi usado para reprimir as oposições e ao mesmo tempo, o governo dialogava e negociava, as bases da democracia, com os setores moderados da oposição. Defendemos a tese de que as características acima, isto é, o fortalecimento das instituições e a repressão política foram fundamentais para a vitória do projeto de transição dos militares.

**Abstract:** This article aims to characterize the beginning of the transition to democracy in Brazil, highlighting the Ernesto Geisel government (1974-1979). The central element of the political distension project was the control of the Armed Forces in the face of the transition process, and while institutionalizing the new democratic order, the military faced resistance to the opening process. For this, he used all the existing repressive apparatus and simultaneously dialogued and negotiated, the bases of democracy, with the moderate sectors of the opposition. We defend the thesis that the above characteristics, that is, the strengthening of institutions and political repression, were fundamental to the victory of the military transition project.

**Keywords:** Dictatorship, political

---

<sup>1</sup> Pedro Cardoso é mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e atualmente é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/ UFRJ). E-mail para contato pedrooriola@gmail.com.

**Palavras-chave:** Ditadura, transition and repression  
transição política e repressão.

## Introdução

O objetivo desse texto é abordar o processo de transição política no Brasil,<sup>2</sup> ressaltando a sua formulação estratégica, baseada na contrarrevolução preventiva. Em linhas gerais, nesse artigo defendo a hipótese de que o golpe empresarial - militar<sup>3</sup> de 1964 e o regime ditatorial que se estabeleceu teve o sentido contrarrevolucionário preventivo e a estratégia dos militares, durante a distensão, era fortalecer as instituições liberais e manter a repressão política.

Usamos como base o conceito de “Contrarrevolução Democrática” e a periodização estabelecida pelo historiador Renato Lemos.<sup>4</sup> O período da ditadura, situado entre 1964-1988, é dividido em dois grandes momentos: a primeira fase entre 1964-1974 recebe o nome de “Contrarrevolução Terrorista” cuja característica central foi a feição do “Terrorismo de Estado” que visava derrotar o comunismo, o nacionalismo civil e militar, populismo e movimento de massa. A segunda fase da ditadura, a “Contrarrevolução democrática” situada entre 1974- 1988, apresentava como meta estratégica “a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito”<sup>5</sup>, ou seja, a partir dessa afirmação defendemos a ideia de que a transição era um instrumento para a dominação política e de classe.<sup>6</sup>

Deste modo, a transição para o regime democrático foi um instrumento de dominação política e de classe. Sobre essa questão, é fundamental indicar de que forma ocorreu a saída da ditadura. Nessa lógica defendemos a ideia de que a transição foi determinada e regulada pelos interesses das classes dominantes.

<sup>2</sup>Nesse artigo o recorte temporal é do governo Ernesto Geisel (1974-1979) até a reforma partidária, realizada em dezembro de 1979, no governo João Figueiredo Batista (1979-1985).

<sup>3</sup>Usamos como referência teórica a tese de doutorado de René Dreifuss, conferir DREIFUSS, René Armand. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis : Vozes, 1981.

<sup>4</sup>Cf LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010. LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014

<sup>5</sup>LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.17

<sup>6</sup> Idem.

Argumento que por trás da direção burguesa e militar do processo, a meta estratégica da transição era manter as condições de dominação de classe na mudança de regime político.<sup>7</sup> O projeto de transição foi vitorioso porque o caráter de classe e de Estado respectivamente permaneceu sendo burguês e capitalista.<sup>8</sup> A essência era conservar os elementos primordiais da ditadura empresarial-militar tais como: política econômica, função política dos militares e desmobilização da classe trabalhadora.<sup>9</sup>

Nesse debate sobre a transição política a diferença entre projeto e processo é importante. Na análise da “Transição pelo alto”, é preciso levar em consideração os esforços das classes dominantes em preservar tanto o poder quanto a capacidade de resistência de alguns setores da sociedade contrários à distensão planejada pelos militares. Entendemos que no Brasil, o projeto de redemocratização das Forças Armadas e dos setores dominantes entrou em conflito com determinadas forças sociais e políticas. A transição, por esse viés, pode ser vista como um processo não linear “marcado por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis”<sup>10</sup>. No Brasil, os setores dirigentes foram obrigados a reconsiderar as suas ações e táticas devido, por exemplo, a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a reativação do movimento estudantil e operário, e até mesmo pela resistência imposta pela chamada “Comunidade de Informações” (isto é, os setores militares mais diretamente ligados à repressão contrários ao fim da ditadura), através de atentados e outras ações, fez com que o governo reagisse contra isso. Todavia, essas pressões políticas apenas influíram na duração do processo e não conseguiram impor modificações significativas em seu sentido e na sua direção.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.n. 5, p. 287-313, 2002.

<sup>8</sup> SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

<sup>9</sup> MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>10</sup> DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.334

<sup>11</sup> HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

O recorte temporal, nesse artigo, situado entre 1974-1979 correspondeu a uma nova fase da ditadura, em que se buscava nas palavras do então presidente Ernesto Geisel, “um aperfeiçoamento democrático gradual e seguro”.<sup>12</sup>

### A formulação da transição

Partimos do pressuposto de que com o início da transição em direção à democracia, a partir do governo Ernesto Geisel (1974-1979), a contrarrevolução preventiva assumiu uma feição mais amena já que a gênese desse processo foi em um contexto não radicalizado e, portanto, controlado pelos militares. Dito isso, dialogamos com a “visão estratégico conservadora”<sup>13</sup>, em que a transição ocorreu em uma conjuntura favorável para a ditadura militar, no início dos anos 70. Nesse sentido, concordamos com a ideia de que a “autonomia do núcleo dirigente e a sua capacidade de assumir a iniciativa da transição e se antecipando a qualquer pressão”<sup>14</sup> e, logo, a elaboração do projeto distensionista não comportava uma situação de crise interna. Essa premissa é importante para situar o caso brasileiro como o de “transição pelo alto”<sup>15</sup> em que as classes dominantes mantêm a iniciativa e traçam a direção do processo. O que queremos pontuar é de que “a articulação e o desencadeamento da distensão tem vinculação com a situação favorável desfrutada pelo regime durante o governo Médici”<sup>16</sup>, ou seja, o cenário para o início da transição no Brasil era oportuno devido aos êxitos na área econômica e militar, respectivamente por causa do milagre econômico e pela derrota da esquerda armada<sup>17</sup>. A reflexão a ser feita é a seguinte: Por qual(is) motivo (s) as Forças Armadas saíram do poder e iniciaram a abertura política?

O primeiro fator é militar e não pode ser atribuído a um pensamento

<sup>12</sup>COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

<sup>13</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”. **Revista de Cultura Política**, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

<sup>14</sup>DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.332

<sup>15</sup>O'DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) **Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>16</sup>CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989.p.02

<sup>17</sup>OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.



democrático dentro das Forças Armadas. Uma das hipóteses é de que a motivação castrense correspondeu a disfunções internas causadas pela presença do aparelho militar no núcleo do poder de Estado<sup>18</sup> e, então, um dos motivos da saída dos militares do poder foi para resolver os problemas internos. Sobre o tema, usamos como base o estudo de João Roberto Martins Filho, em que analisa as tensões castrenses desde o golpe de 1964 até a crise sucessória do presidente Arthur Costa e Silva, em 1969. Em seu trabalho, João Roberto Martins Filho, defende a ideia de que a dinâmica política das Forças Armadas assume diferentes formas dependendo do tipo de Estado e de regime.<sup>19</sup> No caso brasileiro, o regime pós 1964, sendo uma ditadura bonapartista, segundo o autor, o elemento de crise é estrutural, ou seja, a partir do momento em que o domínio se desloca para o aparelho repressivo não há o elemento da estabilidade, e, portanto as crises políticas nas ditaduras militares são um componente perene devido a sua incapacidade em articular a hegemonia.<sup>20</sup> Uma das manifestações de crise ocorreu no próprio aparelho de Estado, que teve como desdobramento as cisões e conflitos entre os militares.

Durante o governo Castelo Branco (1964-1967), após a cassação dos militares nacionalistas, o conflito castrense foi caracterizado pelas divergências em torno das punições e das cassações políticas e nas "contradições despertadas na hierarquia pela disputa sucessória"<sup>21</sup>. A pressão de dentro da caserna veio da jovem oficialidade e algumas das suas reivindicações encontraram eco nos "herdeiros civis do regime"<sup>22</sup> tal como na alta hierarquia militar. Esse grupo composto por jovens oficiais e opositores do governo Castelo Branco (1964-1967) recebe o nome de "linha dura" e apresentava como uma de suas principais características, um maior rigor na depuração do sistema político<sup>23</sup>. Outra zona de conflito foi a campanha para a sucessão presidencial envolvendo o Ministro da Guerra Arthur Costa e Silva que enfrentava resistência da ala castelista. A sua estratégia era alinhar as suas concepções com os setores da linha- dura, já que nos episódios em que os militares

---

<sup>18</sup> MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

<sup>19</sup> MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Ibidem.p.53

<sup>22</sup> Um dos herdeiros seria o então governador da Guanabara e político da União Democrática Nacional Carlos Lacerda (1914-1977).

<sup>23</sup> Isso significa que queriam aumentar as cassações políticas e eram contrários à concessão de habeas corpus concedidos a acusados pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMS).

mais radicais pressionaram, como por exemplo, a favor da cassação do senador Juscelino Kubitschek (PSD), o ministro coincidiu as suas posições com essa corrente. A disputa sucessória é um indicativo fundamental para compreender os conflitos militares como um fator de crise permanente, a partir do golpe empresarial- militar de 1964. O apoio militar a Arthur Costa e Silva é de caráter difuso e heterogêneo, embora o Ministro do Exército não pertencesse à linha- dura, tinha o apoio desses setores. A justificativa é de que essas correntes mesmo apresentando divergências, se uniam em relação ao anticastelismo; e segundo João Roberto Martins Filho, a partir do apoio dos quartéis e das correntes militares apontadas, a candidatura de Costa e Silva eram irreversíveis<sup>24</sup>.

O governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969) inicialmente foi caracterizado pela unidade militar devido à união das facções militares para reprimir a manifestação estudantil e operária em 1968 e nesse episódio acabaram colocando em segundo plano a discordância entre eles. A unanimidade se pautava em medidas para conter o movimento dos estudantes e ao mesmo tempo impedir qualquer tipo de rearticulação de políticos que tinham sido punidos, referindo-se à Frente Ampla<sup>25</sup>.

Após a decretação do AI-5, a cizânia castrense entrou novamente em cena. Um dos exemplos mais citados pela literatura<sup>26</sup> sobre as tensões entre o governo e a caserna, foi o episódio envolvendo a sucessão do general Arthur Costa e Silva em 1969, porque segundo Martins Filho “entre o súbito afastamento do presidente Costa e Silva e a resolução da crise sucessória constituem, talvez o período mais rico e complexo para a observação da dinâmica militar das crises políticas da ditadura”.<sup>27</sup>

Esse fato demonstra um acirramento da disputa entre as facções dentro das Forças Armadas (FFAA), sob a justificativa de que os pleitos para eleger o Presidente da República acabavam gerando uma aguda tensão no meio militar (CAMARGO, 1984). A sucessão presidencial de 1969, o auge desse conflito, tratava-se de duas forças políticas: a primeira baseada na força dos quartéis, representada pela figura do

---

<sup>24</sup> MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

<sup>25</sup> Movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”. Era composta por Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek.

<sup>26</sup> CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

<sup>27</sup> MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

General Albuquerque Lima e a segunda através da hierarquia e alta oficialidade (MARTINS FILHO, 1995). O problema foi o fato da candidatura de Albuquerque Lima representar a média oficialidade, causando um problema de hierarquia com os oficiais mais antigos:

Cedo, sua candidatura procurou se apresentar como canal para a expressão tanto das cisões verticais nas Forças Armadas, como das tensões horizontais entre as três forças. Em oposição à alternativa Albuquerque Lima iria se constituir uma frente defensora do princípio da hierarquia como fundamento para a solução da crise sucessória, bem como da variante de regime militar que almejavam. O nome do general Médici aparecia como o pólo de aglutinação dos partidários dessa via.<sup>28</sup>

A atuação da alta cúpula das Forças Armadas foi fundamental para anular as pretensões de Albuquerque Lima porque controlou o processo de sucessão presidencial<sup>29</sup> restringindo o colégio eleitoral e impondo a hierarquia, através de um escrutínio reservado nas três armas entre os oficiais gerais para que fosse escolhido um novo presidente, sendo ele, o general Emílio Médici.

A partir dessas crises dentro do aparato militar, um dos objetivos com a transição era dar fim a essas disputas, contudo apesar da política de distensão, iniciada a partir de 1974, as tensões e conflitos entre os militares não encerraram.

O segundo fator foi o impacto da Comissão Trilateral (CT) na formulação da distensão política no Brasil. Simultaneamente ao processo de transição da ditadura para o regime democrático no Brasil, nos anos 70, o sentido da democracia estava sendo reformulado. O ponto de partida dessa releitura foi quando os teóricos 'elitistas' criticaram o modelo de democracia até então existente, caracterizada pelo excesso de demanda popular, a qual gerou uma crise nas democracias entre 1945-1970. Essa reformulação teve certo impacto na formulação da transição no Brasil, através do cientista político Samuel Huntington.<sup>30</sup>

O argumento é de que esse sistema tinha chegado ao seu limite, sendo assim os Estados Unidos, Europa e Japão estavam condenados a uma "crise de

---

<sup>28</sup> MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.p.185

<sup>29</sup> Nesse episódio das promoções militares, o general Emílio Médici foi promovido a general de exército, passando à frente do general Albuquerque Lima.

<sup>30</sup> HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

democracia". A mudança foi sinalizada pelo relatório da Comissão Trilateral chamado 'The crisis of democracy', publicado em 1975, o qual indicou a seguinte visão da entidade sobre as democracias naquele momento:

excesso de pressão popular nas decisões dos governos, que teria gerado, economicamente, inflação por incrementos salariais e déficits orçamentários, e politicamente, uma ingovernabilidade geral. O diagnóstico da CT era alarmista: a democracia estaria seriamente ameaçada, e algo teria que ser feito para evitar seu fim. A 'onda democrática' que varreu o mundo após a Segunda Guerra teria chegado então ao seu fim pela incapacidade dos sistemas políticos em controlar fatores como aumento do nível de sindicalização e greves. A insistência em antigos mecanismos políticos da democracia e a incapacidade de modernização dos sistemas políticos seriam os motivos pelos quais a democracia estaria sendo ameaçada agora em grande parte do mundo ocidental. Por isso a grande tarefa colocada para os Estados seria uma reelaboração da democracia, mas agora em democracias 'viáveis' ou mesmo 'restritas'.<sup>31</sup>

Antes de indicarmos as bases da nova perspectiva de democracia no Brasil, é importante falar um pouco sobre a Comissão Trilateral. A Comissão Trilateral foi fundada em 1973, pelo magnata David Rockefeller e era composta pelos principais empresários, banqueiros e políticos dos três principais blocos econômicos: Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão e tinha como fim elaborar políticas comuns para os três blocos.<sup>32</sup>

A Comissão Trilateral era uma instituição que tinha um programa político para os países do Terceiro Mundo em que visava fortalecer as forças capitalistas, juntar elementos políticos e setores empresariais para promover democracias restritas e estáveis.<sup>33</sup> Nesse último aspecto a estratégia era incentivar processos de democratização, visando transformar as ditaduras em "democracias viáveis", porém a existência de uma alternativa civil moderada era uma condição importante.<sup>34</sup> Isso ocorria em um contexto em que o conceito de democracia estava sendo remodelado pelos liberais, em que se destaca a influência da teoria democrática do cientista político Joseph Schumpeter a qual caracteriza a democracia como uma 'seleção de

<sup>31</sup> HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.23

<sup>32</sup>HOEVELER, Rejane. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

lideranças', pautada pela manutenção de direitos individuais mínimos e exclusão da garantia de direitos sociais e da participação popular na política.<sup>35</sup> Acrescento o fato de que a Comissão Trilateral (CT) estava preocupada com as revoluções no Terceiro Mundo e em relação à América Latina isso se traduzia pelo temor do surgimento de movimentos de massa que poderiam derrubar as ditaduras e atrapalhar o capital com ou sem a interferência da URSS.<sup>36</sup> Podemos associar essa afirmação com a perspectiva da contrarrevolução preventiva no continente, já que segundo a visão da CT as transições deveriam ser controladas pelas elites conservadoras.<sup>37</sup> Um elemento chave para entender as mudanças para a democracia, nesse viés restrito, foi a tentativa em conservar o enfraquecimento dos principais órgãos de representação da classe trabalhadora, como por exemplo, partidos e sindicatos.<sup>38</sup>

A relação entre a Comissão Trilateral e a transição brasileira é explicada pela vinda ao Brasil de um membro importante dessa entidade no início dos anos 70, o cientista político e professor da Universidade de Harvard, Samuel Huntington.<sup>39</sup> Um desses encontros foi com o chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu, demonstrando que os militares já pensavam em iniciar a política de distensão antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel em 1974. O resultado dessas conversas foi a elaboração do documento "Abordagens da descompressão política", escrito por Samuel Huntington em que discutia a maneira pela qual poderia ser realizada a transição política no Brasil. Ruy Mauro Marini, nesse sentido, associa justamente o interesse dos EUA através da presença desse cientista político:

o assessoramento dos EUA se demonstrou presente nas conversas do Ministro do Gabinete Civil Leitão de Abreu com o professor Samuel Huntington. A meta era propiciar o restabelecimento do jogo parlamentar e partidário, sob a tutela das Forças Armadas.<sup>40</sup>

Segundo as recomendações da Comissão Trilateral (CT), as ditaduras na América Latina deveriam ser direcionadas para democracias restritas. Em nosso caso

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup>MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. **Revista Mediações** (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.

<sup>39</sup>LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

<sup>40</sup>MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura a democracia 1964-1990**, 1991. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/071\\_brasil\\_dictadura\\_democracia.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html). Acessado em 06/01/2023.p.02

de estudo, para que isso ocorresse os militares brasileiros deveriam iniciar e controlar o processo de redemocratização que permitisse a construção de um regime democrático liberal e não houvesse a mobilização popular. Partindo desse pressuposto, a democracia pós- ditadura deveria ser caracterizada pelo baixo grau de participação política, limitando-se aos períodos eleitorais e ao mesmo tempo privando os espaços decisórios de qualquer presença ativa das massas populares. Esse regime democrático deveria se consolidar pela apatia e desmobilização política dos cidadãos e por eleições regulares disputadas, na prática, por elites políticas a favor da ordem .<sup>41</sup>

Concordamos com a ideia de que o fortalecimento das instituições políticas e a repressão contra a esquerda e movimentos sociais contribuíram para a formação da 'democracia blindada' no Brasil. A 'democracia blindada' se define pela combinação equilibrada entre coerção e consenso e apresenta "estruturas de funcionamento cada vez mais fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses das classes dominantes".<sup>42</sup>

Como nos interessa traçar relações entre a perspectiva institucionalista e a transição, nossa hipótese é de que uma das estratégias usadas foi o fortalecimento e a canalização dos conflitos políticos via instituições. Pode-se afirmar que o governo Ernesto Geisel tinha como método preservar a dominação por "estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado em longo prazo".<sup>43</sup> Um ponto interessante nessa afirmativa é sobre como o Estado capitalista conservou a dominação de classe, na mudança de regime político:

O fundamental é que o processo decisório continue centralizado no poder Executivo, os militares continuem controlando, mesmo à distância, os centros de poder real, a atividade dos partidos políticos fique restrita aos períodos eleitorais, o poder do Legislativo permaneça pouco mais que ornamental.<sup>44</sup>

A partir dessa citação fica evidente a importância de elementos institucionais tais como: eleições, partidos políticos e o aumento do poder do Legislativo, que

---

<sup>41</sup>DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.

<sup>42</sup>DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.

p.14

<sup>43</sup> ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.p.185

<sup>44</sup> Idem.p.91

podem ser definidos como mecanismos de controle da sociedade pelo Estado.<sup>45</sup> A escolha, segundo Adriano Codato<sup>46</sup>, foi de um sistema mais estável e controlado, onde os partidos e a eleição não colocassem a ordem em risco.

Retomando a relação entre Samuel Huntington, a perspectiva institucionalista e a formulação da política distensionista no Brasil, um dos argumentos é a conjuntura apontada em 'Abordagens da descompressão política', compatível com a situação brasileira, porque havia tanto continuidade administrativa quanto estabilidade política.<sup>47</sup> A fórmula básica era realizar a descompressão de forma gradual e segura, sempre mantendo o controle militar perante o processo de mudança de regime político. Por outro lado, o receio era a perda do comando, a qual traria como consequências a desordem, o colapso do regime e até mesmo um retrocesso. No documento Huntington cita como exemplo as crises políticas que resultaram no Ato institucional nº 2 (AI-2) e no Ato institucional nº 5 (AI-5). As concepções de Samuel Huntington e da Comissão Trilateral convergem na defesa de um processo de transição caracterizado pelo controle do governo e um sentido restrito.

Para Renato Lemos, o que fundamenta a tese de Samuel Huntington é a perspectiva de Schumpeter sobre a 'seleção de lideranças' porque nas suas recomendações:

Huntington assume, no documento, três acepções do termo 'descompressão', distintas, porém combinadas no plano lógico. A primeira corresponde à institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente, na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre os grupos pertinentes na formulação de políticas públicas. A segunda, ao alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesses legítimos e mais setores da população no processo governamental. A terceira, à liberalização de restrições em curso – de direitos individuais políticos e civis – e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas.<sup>48</sup>

Outros autores também formularam como realizar a transição com base na institucionalização. Podemos mencionar a comunicação do cientista político

---

<sup>45</sup>CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83- 106, 2005.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup>LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

<sup>48</sup>LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.p.575

brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos, escrito no ano de 1973 para uma conferência sob o título 'Estratégias de descompressão política', no Seminário sobre Problemas Políticos do Instituto de Pesquisas Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), cujo objetivo era apontar um caminho viável para a saída da ditadura, tendo como público alvo os deputados do Congresso Nacional. A partir desses dados infere-se, mais uma vez, que o governo já estava pensando em como articular o início da transição antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel. A recomendação do cientista político foi a combinação de repressão política, liberdades graduais controladas e negociação política com setores moderados da oposição.<sup>49</sup>

A principal finalidade do texto era buscar uma solução não revolucionária para substituir a ditadura e para isso era necessário mudar a forma de obter a estabilidade, já que até então isso era obtido através da repressão política. A solução para o cientista político é o caminho institucionalista, sendo esse um instrumento para inviabilizar e neutralizar "aqueles conflitos que são típicos da organização política das comunidades humanas"<sup>50</sup>. Esse mesmo ponto foi colocado por Samuel Huntington em "Abordagens de Descompressão Política" quando indica que o principal objetivo era institucionalizar a estabilidade. Entendo que no contexto de formulação de saída do regime ditatorial, essa seria uma maneira para amenizar a luta de classes por intermédio da eficiência e do fortalecimento das instituições políticas.

Outra formulação que queremos pontuar foi feita por Roberto Campos<sup>51</sup> e Mario Henrique Simonsen<sup>52</sup>, cuja preocupação era "institucionalizar a estabilidade, até agora acompanhada de certo grau de autoritarismo e coerção"<sup>53</sup>. Coloco esses autores na mesma chave analítica institucionalista por dialogarem com a perspectiva

<sup>49</sup> Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen endossam também essa recomendação. Ver CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. p.255.

<sup>50</sup>SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p. 145

<sup>51</sup> Foi Ministro do Planejamento entre 1964-1967, durante o governo Castelo Branco. Durante o governo Geisel (1974-1979) foi embaixador do Brasil na Inglaterra e depois, nos anos 80, exerceu o cargo de senador pelo PDS. Cf Renato LEMOS; Vilma KELLER. Roberto de Oliveira Campos. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

<sup>52</sup> Durante o governo Geisel foi Ministro da Fazenda. Vilma KELLER; Maria Cristina GUILDO. Mario Henrique Simonsen. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

<sup>53</sup> CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. p.255



de Wanderley Guilherme dos Santos. O cerne da discussão era como substituir a dominação de classe até então caracterizada pelo uso prioritário da coerção por uma “solução não revolucionária”.<sup>54</sup> Essas formulações têm em comum ressaltar o fortalecimento das instituições políticas como um dos instrumentos para enfrentar a luta de classes. A produção desses textos tem relação com a conjuntura inicial dos anos 70 caracterizada pelo ‘sucesso econômico’ por causa do milagre brasileiro e pela derrota da esquerda armada. Isso estava de acordo com os preceitos do próprio Huntington porque a transição “deveria ser iniciativa do próprio governo no momento mais oportuno, quando o crescimento econômico e a estabilidade política alcançada permitam-lhe exercer uma posição de força”.<sup>55</sup>

### **A repressão política como uma prática institucional durante a transição (1974-1979)**

Nesse tópico iremos demonstrar o sentido da repressão política do governo Geisel e traçar relações entre a perspectiva institucionalista e as ações do aparato policial-militar entre 1974-1979.

Desde o início do seu mandato, o governo Geisel dava indícios sobre a importância da manutenção da ordem, tendo a seguinte fórmula: “máximo de desenvolvimento possível com mínimo de segurança indispensável”<sup>56</sup>. Segundo a Anistia Internacional no ano de 1975, 2 mil pessoas foram detidas no Brasil e 700 permaneceram na cadeia, isso indica que a distensão política não significou o fim das práticas policiais discricionárias.<sup>57</sup>

A explicação para a repressão durante o período de abertura política é pela própria natureza da transição feita no Brasil.<sup>58</sup> Argumento que a meta estratégia mais importante da transição era mudar o regime político e manter a dominação de classe<sup>59</sup>, ou seja, o caráter de classe permaneceu sendo burguês e capitalista.<sup>60</sup>

---

<sup>54</sup> Destaco que essa formulação foi colocada antes da Revolução dos Cravos (abril de 1974).

<sup>55</sup> HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.15

<sup>56</sup> OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.p.60.

<sup>57</sup> MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>58</sup> LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

<sup>59</sup> Idem.

Portanto, a própria essência da transição era contrarrevolucionária e contrária à articulação dos partidos de esquerda e a mobilização da classe trabalhadora.

Wanderley Guilherme dos Santos recomenda o uso de instrumentos para coibir “excessos cometidos” e comportamentos exagerados. Entendo isso como uma orientação para manter o aparato repressivo do Estado para coibir as “áreas não liberadas”, ou seja, a classe trabalhadora combativa, os partidos de esquerda e movimentos sociais.<sup>61</sup>

Outro conselho foi a permanência do aparato repressivo durante a concessão de liberdades democráticas, justificando que a liberalização sem controle poderia provocar uma recompressão; assim entende-se que essas ‘liberdades’ e o regime proposto era restrito e a repressão era institucional.<sup>62</sup> Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

O poder público precisa, pois estar armado para responder à violação da liberdade responsável antes que o exercício irresponsável dos comportamentos libertados provoque a acumulação dos problemas, gerando a simultaneidade das pressões<sup>63</sup>.

Se o poder público não estiver dotado de instrumentos de correção específicos, relativos ao abuso da liberdade, só lhe restará, face à multiplicidade e simultaneidade das demandas, o recurso à coação generalizada ao exercício legítimo da liberdade, configurando o retorno a uma política de recompressão<sup>64</sup>.

O último ponto converge à perspectiva de vários autores, entre eles o general Golbery do Couto e Silva e Samuel Huntington, na incorporação gradual de setores intermediários da sociedade. É importante pontuar que a cooptação desses setores fora do governo, somente seria realizada se as reivindicações girassem em torno das liberdades civis<sup>65</sup>. Nessa perspectiva a diástoles,<sup>66</sup> seria caracterizada pela

<sup>60</sup> SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

<sup>61</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

<sup>62</sup> HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

<sup>63</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p.156

<sup>64</sup> Ibidem.p.156

<sup>65</sup> LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

liberalização progressiva do controle, como por exemplo, o fim gradual da censura e pela presença da repressão política em função de “inevitáveis excessos”<sup>67</sup>. Logo a fórmula básica era a concessão de algumas medidas liberais combinada com a repressão e a “seleção de lideranças”, através do voto.

Ainda sobre a lógica da coerção, fica claro que o projeto distensionista defendia a punição aos ‘elementos subversivos’ sem ferir as leis da institucionalidade ditatorial e, portanto, os métodos da repressão não poderiam ser excessivos. Segundo David Maciel,<sup>68</sup> esse “legalismo” era estrategicamente importante para o governo para reforçar o diálogo com o campo liberal da oposição que pleiteava a bandeira da liberalização, mas ao mesmo tempo sensível ao anticomunismo.

Um dos argumentos para ratificar essa ideia foi de que a estrutura do aparato repressivo existente (DOI CODI, SNI, Serviço de Informação das Forças Armadas e a Lei de Segurança Nacional de 1969) desde o final dos anos 60, foi conservada em quase todo o período do governo Ernesto Geisel. Algumas alterações começaram a ser feitas, como por exemplo, a reforma na Lei de Segurança Nacional<sup>69</sup>, aprovada em dezembro de 1978. Essa lei indicou a permanência da Doutrina de Segurança Nacional no prosseguimento da transição e manteve na essência os mesmos preceitos da lei anterior<sup>70</sup>, como por exemplo, a definição da ‘segurança nacional’ pela prevenção da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária. Foi na vigência dessa lei que houve a repressão ao movimento grevista, entre 1979-1983, e uma de suas características foi à precaução em relação ao “inimigo interno”:

A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.<sup>71</sup>

---

<sup>66</sup> Na comunicação de Golbery do Couto e Silva datada de 1980, o militar usa o termo sístoles- movimento de contração do coração- significa a centralização do poder; enquanto o termo diástoles – movimento de relaxamento do coração- expressa a descentralização do poder. Sobre a diástoles, entendo que corresponde ao período de abertura política. Cf SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

<sup>67</sup> SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

<sup>68</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>69</sup> Essa lei substituiu a Lei de Segurança Nacional de 1969.

<sup>70</sup> A alteração em relação à lei anterior foi à diminuição das penas que acabou tendo como desdobramento a libertação de inúmeros presos políticos.

<sup>71</sup> Brasil. Lei n.6.620, 17 de dezembro de 1978.

A segurança interna, integrada na segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.<sup>72</sup>

]A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.<sup>73</sup>

A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.<sup>74</sup>

A seguir propomos uma periodização em relação à repressão durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). A primeira parte se situa entre 1974-1977 e inclui a vigilância contra as antigas organizações, como o PCB e PC do B, cassação de mandatos e desaparecimentos. O segundo momento entre 1977-1979, é caracterizado pela retomada dos movimentos de massa e após as ações policiais contra o PCB e PC do B, os alvos passaram a ser aqueles movimentos que entraram na cena política no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, os sindicatos que aderiram ao 'novo sindicalismo' e novas organizações de esquerda, como a Convergência Socialista (CS).

### **A repressão entre 1974-1977**

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi uma das organizações de esquerda mais atingidas pela violência política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Embora não exista nenhum estudo específico em relação à repressão contra o PCB no período de abertura, há duas razões plausíveis para a coerção: a primeira seria pelo contexto internacional, devido a crise da ditadura portuguesa e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e a segunda, olhando mais internamente pela possível interferência do partido na transição política.

É possível que a atuação do Partido Comunista Português (PCP) na saída da

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

ditadura salazarista em Portugal, tenha alertado os militares brasileiros<sup>75</sup> sobre um eventual protagonismo do PCB através da vitória nas urnas e isso poderia causar problemas para o projeto de transição traçado pelos militares.<sup>76</sup>

O motivo interno que pode explicar a repressão contra o PCB foi à candidatura de seus membros através do MDB e o apoio aos candidatos desse partido.<sup>77</sup> De fato, o PCB defendia o apoio ao partido oposicionista e a formação de uma frente ampla que valorizava o processo eleitoral como instrumento de combate à ditadura.<sup>78</sup> Em abril de 1974, o Comitê Central do PCB justificando a participação nas eleições afirmou o seguinte:

Porque elas (eleições) representam uma das poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar o seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação dos salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e pelo restabelecimento dos direitos democráticos.<sup>79</sup>

Os órgãos de repressão e de informação desencadearam uma onda de violência contra as organizações de esquerda que participaram do processo eleitoral, particularmente o PCB<sup>80</sup>. Em análise sobre o caráter da repressão, David Maciel<sup>81</sup> chama a atenção de que mesmo na ilegalidade e atuando dentro dos mecanismos de disputa política reativados pelo projeto distensionista (partidos, eleições e parlamento), a repressão esteve na ordem do dia.

A violência política foi caracterizada pela prisão, tortura, desaparecimento e

<sup>75</sup> Respondendo a pressões da OAB e do setor progressista da Igreja Católica contra a tortura, o comandante do III Exército, general Oscar Luís da Silva, se referiu aos acontecimentos em Portugal para justificar a repressão contra o PCB. Cf SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988. p.343.

<sup>76</sup> LEMOS, Renato. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

<sup>77</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

<sup>78</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>79</sup> CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.p.150

<sup>80</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>81</sup> Idem.

eliminação física dos militantes, principalmente daqueles que faziam parte do comitê central, desse modo a "Operação Radar"<sup>82</sup> foi o principal instrumento usado pelo regime ditatorial para liquidar o PCB. Em 1974 desapareceram David Capistrano Costa, José Romane João Massena Melo respectivamente em março e abril. Em janeiro de 1975, o governo mediante a 'Operação Radar' descobriu a localização das gráficas do PCB, onde rodava o jornal do partido, que teve como desdobramento a intensificação do aprisionamento de seus militantes. O inquérito, divulgado no final de 1975, indiciava 105 pessoas por terem ligação com o partido, incluindo os deputados federais Marcelo Gatto (MDB- SP) e Nelson Fabiano (MDB-SP) e o deputado estadual Alberto Goldman (MDB- SP). Durante a 'Operação Jacarta'<sup>83</sup> foram presos os jornalistas Sérgio Gomes da Silva e Vladmir Herzog. Entre 1975-1977, registram-se o assassinato de vários membros que faziam parte do Comitê Central do PCB, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Nestor Veras, Itair José Veloso, Jose Montenegro de Lima, Pedro Jeronimo de Souza e Lourenço Camelo de Mesquita.

A Resolução de organização do Comando Central do PCB, escrita em dezembro de 1975, destacou a violência política que atingiu a sua estrutura orgânica porque metade dos membros do Comitê Central entre efetivos e suplentes tinha sido encarcerada, torturada e assassinada. A explicação interna pela repressão foi o papel desempenhado pelo partido nas eleições legislativas em novembro de 1974<sup>84</sup>. É importante chamar a atenção de que o partido considerou a vitória oposicionista no pleito eleitoral em 1974, uma razão para a modificação da correlação de forças no cenário político nacional<sup>85</sup>. O documento "Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior", feito pelo SNI em março de 1974, logo após a posse do presidente Ernesto Geisel, faz um breve balanço do partido até aquele momento e afirma que mesmo sofrendo algumas derrotas, as suas atividades persistem. De acordo com esse relatório o PCB:

---

<sup>82</sup> Segundo Milton Pinheiro, foi uma operação desencadeada pelo DOI-CODI do II Exército e teve outros nomes nos demais estados brasileiros e ocorreu entre 1973-1977. Tinha como objetivo destruir o aparato político orgânico do PCB através de prisões, assassinatos e tortura. PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgomilitar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p.34.

<sup>83</sup> Foi um desdobramento da 'Operação Radar' no estado de São Paulo. Destaca-se também a 'Operação Barriga Verde' ocorreu em Santa Catarina e ocasionou na prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB.

<sup>84</sup> CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

<sup>85</sup>BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **Documento de Informações n. 0055/10/AC/74**. 28 março de 1974.

Possuindo maior experiência, mais organização e maior atuação junto às massas do que os demais tem o PCB possibilidades de ainda se expandir, bem como de reduzir a sua vulnerabilidade no confronto com os órgãos de segurança<sup>86</sup>

Sendo a organização que tem maiores possibilidades de influir na comunização no país, faz-se necessária sua neutralização a curto prazo, para que se evitem maiores complicações no futuro.<sup>87</sup>

Para o aparato repressivo, o PCB era um inimigo a ser combatido e, desse modo, há indícios de que o regime ditatorial se preocupava com as organizações que não aderiram à luta armada e a repressão contra esse partido era uma política oficial do Estado.

Em relação ao PC do B, Jean Sales<sup>88</sup> indica que após a derrota da 'Guerrilha do Araguaia', houve uma inflexão na estratégia e a luta pela redemocratização do país passou a ser a principal bandeira do partido. Iremos nos concentrar na afirmação de Jacob Gorender em que ressalta os sérios efeitos para a organização após a derrota no Araguaia, já que a repressão se acentuou sobre o partido através da prisão e assassinato de vários membros do Comitê Central.

Sobre a repressão contra o PC do B, o documento "Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior", feito pelo SNI em março de 1974, informava o seguinte sobre o PC do B naquele momento:

Entretanto, apesar de bastante desgastado, não perdeu em operacionalidade, uma vez que continua estruturando o trabalho de campo em outras áreas. A derrota de Marabá poderá, em certos aspectos, representar a inviabilidade da implantação da guerrilha rural em nosso território. É ainda provável que tal pensamento se torne válido para todas as organizações, tendo em vista a grande importância por elas atribuída à região do 'Bico do Papagaio' como área estratégica<sup>89</sup>

Destaco que no momento em que a reformulação do partido estava sendo discutida internamente, houve o assassinato de vários membros do Comitê Central, esse episódio ficou conhecido como a "Chacina da Lapa", que ocorreu em dezembro

---

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007.

<sup>89</sup> BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **Documento de Informações n. 0055/10/AC/74**. 28 março de 1974).

de 1976<sup>90</sup>. Nossa ideia é de que esse episódio configura a repressão como uma política oficial do governo Geisel com o objetivo de dismantlar a organização do partido. Segundo o depoimento de Cláudio Guerra<sup>91</sup> o episódio foi realmente uma 'chacina', pois não houve qualquer tipo de confronto. Os dirigentes do PC do B, Ângelo Arroyo, João Batista Drummond e Pedro Pomar foram assassinados. Foram presos na ocasião os seguintes militantes do partido: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Pomar.

Houve cassações de políticos que estavam supostamente envolvidos com o PCB. Vale ressaltar que o partido comunista indicava seus membros para concorrer às eleições pelo MDB. Nesse caso, podemos citar os exemplos do deputado federal Alberto Marcelo Gato (MDB-SP) e do deputado estadual Nelson Fabiano (MDB- SP).<sup>92</sup> Ambos foram cassados com base no AI-5. Alencar Furtado (MDB-PR) simbolizava a maior vitória dos autênticos do MDB e era a liderança do partido na Câmara, foi cassado e estava na relação de deputados associados com o PCB .<sup>93</sup> O deputado federal do MDB Nadyr Rosseti (MDB- RS), eleito com o apoio do PCB, perdeu o mandato por ter criticado os militares.<sup>94</sup> Houve também a cassação do deputado federal Lysâneas Maciel (MDB-RJ) devido a um discurso crítico à invalidação dos mandatos de dois deputados gaúchos.<sup>95</sup>

### **A repressão entre 1977-1979**

A (re) entrada de novos atores na cena política, no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, classe operária, novas organizações de esquerda (Liga Operária/ Convergência Socialista) e movimentos sociais, fez com que os órgãos de informação passassem a monitorá-los e reprimi-los. Iremos indicar abaixo como o Estado combateu o movimento estudantil, a Convergência Socialista e o movimento grevista.

---

<sup>90</sup>GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>93</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>94</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>95</sup> Idem.



A grande pauta do movimento estudantil era o restabelecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>96</sup>. O início de 1977 foi marcado por várias greves nas universidades em que as pautas até então eram de caráter acadêmico, como por exemplo: aumento de bolsa, diminuição de carga horária, verbas estudantis e oposição ao corte de orçamento universitário.<sup>97</sup> Foi a partir do dia 1º maio de 1977, que o movimento estudantil ganhou mais força quando houve a prisão de oito militantes da Liga Operária (Marcia Basseto Paes, Adamir Marini, Fernando Antônio Oliveira Lopes, Anita Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Gravina, José Maria de Almeida e Celso Brambilla) por distribuírem convites para o dia do trabalhador. Posteriormente a esse fato, várias universidades paulistas (USP e PUC) entraram em greve, almejando a soltura dos presos e liberdades democráticas. As manifestações que até então tinham começado somente por questões universitárias, ganharam contornos políticos.

No mês de maio houve a greve estudantil na Universidade de Brasília (UNB) devido a punição de 16 estudantes por participarem de atos políticos, pelo reitor da Universidade de Brasília José Carlos de Azevedo. A greve iniciou no dia 31 de maio de 1977 e teve grande repercussão quando o movimento estudantil da UNB entregou uma carta à primeira –dama dos EUA Rosalynn Carter, denunciando a situação vivida no Brasil e o desrespeito aos direitos humanos. O reitor impôs recesso escolar durante 32 dias, contudo a greve continuou. Foi instaurado um inquérito na universidade e 30 alunos foram expulsos e 34 estudantes suspensos. As manifestações estudantis foram fundamentais no primeiro semestre de 1977 e deram visibilidade em todo o país, o próximo passo foi organizar e estruturar mecanismos que pudessem representar esse movimento.<sup>98</sup> A atuação do movimento estudantil indicava a pressão de setores da sociedade contra os militares no poder e a resposta do governo, através do aparato repressivo.

A violência contra os estudantes pode ser caracterizada como preventiva, ou seja, para evitar que causasse uma crise durante a abertura política. Ressalto que o

---

<sup>96</sup>Em abril de 1964, a sede da UNE foi saqueada e incendiada pelos militares. Desde então colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy.

<sup>97</sup>MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>98</sup>ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

impedimento de passeatas do movimento estudantil, a prisão de estudantes e a vigilância policial foram práticas repressivas. Um dado interessante, em relação a violência, foi a afirmação do chefe da Casa Militar do governo Geisel, o general Hugo de Abreu, de que os órgãos de informação estavam monitorando o movimento dos estudantes desde o início de 1977. O objetivo era evitar que o movimento estudantil ocorrido em Brasília<sup>99</sup>, em maio de 1977, atingiu proporções maiores e influenciasse outros movimentos semelhantes pelo restante do país.<sup>100</sup>

A coerção persistiu e o aparato de vigilância monitorou os principais líderes estudantis e o seu deslocamento para o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), realizado em Belo Horizonte. Muitos desses estudantes nem chegaram à capital mineira, porque foram presos.<sup>101</sup> Após o ocorrido, em setembro de 1977, foi organizada uma grande assembleia na PUC SP e ali foi anunciado a reorganização do movimento estudantil em que teve como saldo:

A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos DCEs e entidades municipais e estaduais. A referida comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE.<sup>102</sup>

Em vários encontros estudantis uma das características da repressão foi a violência física e a prisão dos estudantes. Esse preceito também ocorreu nessa assembleia ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 22 de setembro de 1977. A assembleia estudantil, que estava organizando uma comissão para recriar a UNE, foi interrompida porque as tropas policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias invadiram a universidade. Segundo Maria Helena Alves (1984) mais de três mil estudantes foram detidos e quarenta e um foram processados na Lei de Segurança Nacional.

Em maio de 1979 no Centro de convenções de Salvador, foi realizado o congresso que resultou na recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

---

<sup>99</sup>Sobre a repressão na UNB, destaca-se a figura do reitor da universidade e capitão da marinha José Carlos Azevedo.

<sup>100</sup>ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

<sup>101</sup> MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>102</sup> Idem.p.170

Mesmo a entidade não tendo sido reconhecida pelo governo, os estudantes decidiram eleger uma diretoria provisória. A recriação da UNE teve um caráter simbólico na conjuntura de articulação à favor do retorno ao regime democrático<sup>103</sup>. O aparato repressivo vigiava os estudantes, sabiam os lugares que poderiam abrigar o congresso e quais as entidades e as chapas participantes.

É importante frisar o papel da repressão política na tentativa em impedir a reestruturação do movimento estudantil, desde a realização de greves por pautas estudantis até a realização de assembleias e passeatas para restabelecer a UNE. Tal como a violência contra o PCB, PC do B, essa prática também era institucional.

A gênese da Convergência Socialista (CS) remete a derrota do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), porque após o fracasso dessa organização os principais militantes foram para o exílio<sup>104</sup>. No início dos anos 70, esse grupo de exilados foi para o Chile e depois para Argentina onde tiveram contato com militantes trotskistas. A partir disso, foi fundada em janeiro de 1974 a Liga Operária que tinha como objetivo voltar ao Brasil e organizar um movimento político legal, amplo, aberto e socialista que conseguisse atrair outros setores da esquerda. A principal tarefa da Liga Operária era formar um partido de base proletária e socialista, na legalidade, assim rompendo com o bipartidarismo existente no Brasil<sup>105</sup>.

Em relação à repressão contra a Liga Operária/ Convergência Socialista, conforme já apontamos, oito militantes foram presos por distribuírem o jornal 'Fáisca' em 1º de maio de 1977. O material distribuído denunciava a inflação, o desemprego e o cotidiano de repressão fabril. Entre as palavras de ordem destacavam-se as que condenavam o desemprego e as que chamavam os trabalhadores aos sindicatos para cobrarem deles "posição ativa contra as dispensas"<sup>106</sup>. A alegação para a prisão foi à distribuição de material 'subversivo', contudo os encarceramentos dos militantes dessa organização se acentuaram e tratava-se de um ataque coordenado contra a Liga Operária.

---

<sup>103</sup> MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>104</sup>MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup>FARIA, Marcos Moutta de. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Um evento que marcou a trajetória da Convergência Socialista foi a repressão durante a convenção nacional em agosto de 1978, em que deveria ser lançado oficialmente o programa do Partido Socialista e conseqüentemente seria criado um partido operário e socialista. Através da “Operação Lótus” ocorreram várias prisões dos membros da Convergência Socialista, participantes desta convenção, e isso acabou inviabilizando a concretização da criação do partido. Portanto, a atuação do Estado foi responsável por desarticular politicamente naquele momento a Convergência Socialista já que desorientou a organização e deixou a liderança nas mãos de dirigentes menos experientes.<sup>107</sup>

Uma das justificativas para a coerção contra a Convergência Socialista era de que estava em processo de organização um partido operário e de massa e diferentemente das demais organizações não estava pensando em autocrítica e até então não tinha sido tão afetada pela repressão política. Além disso, tinha certo apoio pela veiculação do jornal *Versus*<sup>108</sup> e contava com sedes públicas nas principais capitais do país.<sup>109</sup>

A perspectiva em formar um partido operário e socialista não deu certo e a Convergência Socialista apesar de ter sofrido com a repressão, foi uma das organizações responsáveis pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Usando as concepções de Rodrigo Magalhães<sup>110</sup>, a formação do PT foi a grande herança do projeto original da Convergência Socialista a qual tinha tentado implementar.

No final dos anos 70 a classe operária emergiu na cena política através de um movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”. A greve ocorrida em maio de 1978, a primeira paralisação proeminente, foi fundamental porque “recolocou os trabalhadores na cena política e deu início a uma nova etapa na trajetória do movimento operário brasileiro”.<sup>111</sup> Uma das alegações para justificar essa importância foi o fato de que a ocorrência das greves representaria uma contestação aos instrumentos que limitavam a ação grevista, como no caso da Lei Antigreve de 1964.

---

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> O jornal “Versus” debatia questões culturais envolvendo a América Latina e posteriormente passou a debater sobre os caminhos da transição com entrevistas e matérias com grandes personalidades políticas da época.

<sup>109</sup> MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.217

De praxe, o primeiro passo no encaminhamento da violência era através do aparato jurídico, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decretava a greve como 'ilegal'. Isso é importante devido ao fato de que a 'doutrina de segurança nacional' identificava a 'ilegalidade' como um elemento da 'guerra revolucionária', e conseqüentemente validava a violência. Isso ocorreu nas greves de 1978, com a decretação da ilegalidade da greve, mas não houve prisões e nem a intervenção nos sindicatos. Um dos desdobramentos foi a criação, pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), do decreto lei nº 1.632 em agosto de 1978, o qual ampliava os serviços considerados 'essenciais', que estavam proibidos em fazer greve, tais como: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e indústrias pré escolhidas pelo governo<sup>112</sup>. Além dessa extensão, visando impedir novos movimentos paredistas, a lei estabelecia punição aos indivíduos que participassem de greves e poderia, inclusive, acarretar em demissão do trabalhador por justa causa. Atingia também os dirigentes sindicais porque estabelecia punição àquele que incentiva movimentos grevistas<sup>113</sup>.

Após as greves de 1978, o governo e o patronato estavam mais preparados para enfrentar novas ações grevistas e nota-se o incremento das práticas repressivas do Estado nas paralisações no ano de 1979. Tal como no ano anterior, após o segundo dia de greve no ABCD Paulista, foi decretada a ilegalidade pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e em seguida o Ministério do Trabalho abriu inquérito para apurar 'infiltração comunista' na greve<sup>114</sup> (ANTUNES, 1992). Ricardo Antunes<sup>115</sup> defende a ideia de que a ilegalidade do movimento evidenciava a preparação de uma ação repressiva por parte do Estado, que culminou com a intervenção nos sindicatos. A primeira proposta de negociação foi recusada pelos trabalhadores e posteriormente o governo decretou a intervenção nos três sindicatos do ABCD Paulista. A intenção dessa medida era enfraquecer o movimento e retirar o controle

---

<sup>112</sup>Brasil. **Lei nº 1.632**, de 04 de agosto de 1978.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup>ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

<sup>115</sup> Idem.

do sindicato daqueles dirigentes que lideravam a greve.<sup>116</sup> Um dos desdobramentos foi a ausência da principal liderança, Luís Inácio Lula da Silva, do movimento e, além disso, houve a prisão de 200 grevistas.<sup>117</sup>

## Conclusão

Por fim, demonstramos as principais características do governo Ernesto Geisel, cuja principal meta era a saída da ditadura de forma lenta, segura e gradual, mantendo os interesses das classes dominantes com a mudança de regime político. Além do mais, chegamos a conclusão de que mesmo sendo uma transição em direção ao regime democrático, a violência política servia para inibir os setores mais críticos ao governo e a política de abertura. Defendemos a ideia de que foi um processo em que os militares e as classes dominantes tinham como propósito mudar o regime político e manter as condições de dominação de classe. Para isso a conservação do aparato policial durante a transição era fundamental para coibir qualquer tipo de mobilização da classe trabalhadora e ao mesmo tempo o objetivo era fortalecer as instituições democráticas canalizando a luta política pelas instituições e não através da mobilização popular.

## Referências bibliográficas:

### 1) Fontes primárias

#### 1.1) Documentos oficiais

Brasil. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978

Brasil. Lei n.6.620, 17 de dezembro de 1978

Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>.

### 2) Obras de referências

---

<sup>116</sup>MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

<sup>117</sup>SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

ABREU, Alzira Alves de et al.(coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

### 3) Livros, artigos, teses, dissertações e monografias

ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992

CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro) ". **Revista de Cultura Política**, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 5ª ed- Rio de Janeiro: Record, 2010.

DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). **Libertas** (UFJF. Online), v. 12, 2012

DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis*: Vozes, 1981.

FARIA, Marcos Moutta de. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012

HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, v. 2, p. 111-138, 2014.

\_\_\_\_\_. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

\_\_\_\_\_. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.



MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura a democracia** 1964-1990, 1991.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. **Revista Mediações** (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.

MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós- ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. "Transições, continuidades e alguns paradoxos". In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) **Democracia no Brasil**. Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014

SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympío, 1981.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023

# A CORDA BAMBA E A DEMOCRACIA EQUILIBRISTA: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO À BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO

*THE TIGHTROPE AND THE BALANCING DEMOCRACY: THE BRAZILIAN TRANSITIONAL JUSTICE AND REPARATION POLICIES*

**Caroline Rios Costa<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** Após experiências ditatoriais e/ou autoritárias, convencionou-se que no momento de mudança de um regime político para outro, deveria ser implementado um processo de justiça de transição. Com parâmetros-base, sendo um deles a concessão de reparações, fica a cargo dos Estados nacionais elaborar como se dará a transição política, a implementação de uma justiça transicional, quando e quais os mecanismos que serão acionados, dentre outras questões. No Brasil, o processo de justiça de transição se iniciou depois do fim da ditadura, nos anos 1980, e seguiu tendo avanços ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010. Nosso objetivo é analisar o conceito de justiça de transição, observar as tensões entre os diferentes atores políticos, como se deu o seu processo e a aplicação de reparações no país.

**Palavras-chave:** Justiça de transição; Justiça transicional brasileira; Políticas de reparação.

**Abstract:** After dictatorial and/or authoritarian experiences, it was agreed that when a political regime changed from one to another, a transitional justice process should be implemented. With basic parameters, one of them being the granting of reparations, it is up to the nation-states to elaborate how the political transition will take place, the implementation of transitional justice, when and what mechanisms will be used, among other issues. In Brazil, the transitional justice process began after the end of the dictatorship, in the 1980s, and continued to advance throughout the 1990s, 2000s, and 2010s. Our goal is to analyze the concept of transitional justice, observe the tensions between the different political actors, how the process took place, and the application of reparations in the country.

**Keywords:** Transitional justice; Brazilian transitional justice; Reparation policies.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: carolriosc@gmail.com.

## **Introdução**

Em comum com o contexto internacional e, principalmente, com o de seus vizinhos do Cone Sul, o Brasil passou por uma experiência ditatorial, e sua transição política para uma democracia se deu durante os anos 1980. Assim como seus irmãos latinos, o país precisava lidar com a imagem autoritária e repressiva deixada pelos anos anteriores, criando um caminho seguro o suficiente para o retorno da democracia.

Ao fazer isso, se apoiou não só em princípios do Direito Internacional para casos similares, como em experiências comuns ocorridas em outros países. Ao adaptar os exemplos observados e as determinações internacionais para este tipo de política, o Brasil criou um modelo de justiça transicional adequado às intenções das elites responsáveis por este processo. Uma democracia marcada por uma nova Carta Magna chamada de "Constituição Cidadã", mas com uma Lei de Anistia restrita, uma política de reparação fraca, ou mesmo inexistente, a manutenção de instituições e nomes pertencentes ao governo repressivo anterior.

Apesar das similaridades, o país ainda tem um dos processos mais limitados de justiça de transição e políticas de reparação se comparado com as experiências do Cone Sul, em que as determinações e políticas tiveram um maior foro e funcionamento. Muito avançado nas políticas de reparações financeiras, uma das maiores do mundo, ainda tem dificuldade quanto à implementação de políticas públicas de reparação simbólica, moral, patrimonial e memorial, além de um aprofundamento da questão sobre a verdade, memória e justiça dos anos ditatoriais. As discussões entre diferentes grupos e setores que desejam um maior ou menor grau de implementação de políticas de reparação moldam e tecem os caminhos para o que conhecemos hoje como a nosso modelo de transição.

**O sonho a ser transformado em futuro: o que é e como funciona a chamada justiça de transição**

Durante o conturbado século XX<sup>2</sup>, a história mundial se defrontou com diferentes sistemas repressivos, inúmeros regimes autoritários e complexos processos traumáticos. Para lidar com tais experiências, para as quais não havia precedentes e que não respeitavam as fronteiras nacionais, houve a formulação e a consolidação de um Direito Penal Internacional que pudesse dar conta das violações cometidas e traçar parâmetros que pudessem servir para todos. A grande ruptura deste século foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o Holocausto, que revelaram horrores indescritíveis e violações sistemáticas, dos quais as antigas teorias e conhecimentos epistemológicos não davam conta. Na tentativa de lidar com o trauma resultante, diversas temáticas foram desenvolvidas ou fortalecidas neste momento, tais como os estudos sobre a memória, o trauma, assim como sobre uma justiça de transição.

Antes de se entender o processo de configuração da chamada justiça de transição, é preciso atentar-se ao fato de que é composta por distintas fases, que cada uma delas possui características específicas e sua aplicação não é una. O caráter da justiça transicional é marcado pela fase na qual está situada, e isso influi em sua aplicação. Além disso, por mais que sejam relacionados, parecidos e que possam ocorrer ao mesmo tempo, justiça de transição, transição política e paz pós-conflito têm genealogias, entendimentos e aplicações diferentes, que podem e devem ser adaptadas a cada realidade.

A política de transição se configura pela passagem de um regime político para outro, geralmente observado nos casos de viés autoritário para um governo de posição democrática. Para o sociólogo Carlos Arturi, “[...] a transição de um regime autoritário à democracia é um processo que depende predominantemente de variáveis que se referem à intervenção e ao voluntarismo dos atores políticos que participam da transição.”<sup>3</sup>. Esta pode se dar de forma lenta ou mais rápida, e não existe um modelo único de aplicação. Quando o processo de transição política acaba, iniciam-se (ou devem) os processos de justiça de transição e paz pós-conflito.

Apesar de seu termo ter sido cunhado há apenas algumas décadas, a justiça de transição é pensada e aplicada há muito mais tempo, traçando sua origem após o

---

<sup>2</sup> Sobre este período, há diversas teorizações sobre o que representou e a construção de sua temporalidade. Alguns autores entendem este como o “breve século XX”, enquanto outros operam em uma chave de “longo século XX” Para entender melhor tais debates, ver HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991.**; e ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.**

<sup>3</sup> ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política.** V. 17, 2001. P. 13.

fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Originalmente, este primeiro momento visava delimitar o que seria uma guerra injusta e traçar as penalidades para os descumpridores, imputada pela justiça internacional, ganhando um caráter punitivo e com uma justiça nacional que não daria conta das experiências vividas<sup>4</sup>. Esta primeira fase é composta por dois momentos distintos, marcada por seus períodos históricos e com uma movimentação crítica entre a passagem de um para outro. O segundo momento é justamente aquele em que começou a se consolidar o seu estudo, no pós-2ª Guerra, cujos objetivos da justiça de transição ficaram mais evidentes. Como apontou a intelectual Ruti Teitel, uma das teóricas fundamentais do tema, “[...] embora o objetivo [...] fosse a responsabilização [*accountability*], a grande inovação da época foi o uso do Direito Penal Internacional e o alcance de sua aplicação, que para além do Estado, atingiu o indivíduo.”<sup>5</sup>. A justiça internacional ganhou força, mas não tinha estrutura suficiente para o pós-Guerra Fria.

A segunda fase da justiça de transição se deu no último quarto do século XX, a partir dos anos 1970. De forma concomitante, diversas partes do mundo estavam passando por transformações e transições políticas, em sua grande maioria, de um regime ditatorial para uma democracia. Visto que o modelo da fase anterior não se encaixava nestas realidades, ou não se sabia como poderia se encaixar ou não, novas saídas precisaram ser construídas. Apesar de não ser tão facilmente adaptável em outros momentos e contextos históricos, assim como a fase anterior, se aproximou de uma ideia de justiça imparcial e incluiu um julgamento que também reflete sobre a reparação dos traumas causados pelos regimes antecessores, para além da responsabilização dos mesmos. A diferença entre o momento do pós-guerra e o do pós-guerra fria é que, de acordo com Teitel, “[...] enquanto na Fase I a justiça transicional pareceu assumir inicialmente o potencial ilimitado e universal do direito, a segunda fase foi reconhecidamente mais contextual, limitada e provisória.”<sup>6</sup>.

A terceira e atual fase é o do chamado *steady state* (justiça de transição estável). Nele, temos a criação de uma corte penal internacional, chamada de Tribunal Penal Internacional (TPI), que remonta ao Tribunal de Nuremberg durante o

---

<sup>4</sup> TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. In: REATÉGUI, Felix (org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. P. 135-170.

<sup>5</sup> Op. cit., p. 141.

<sup>6</sup> Op. cit., p. 145-146.

segundo momento da fase pós-guerra. Para além, está relacionado ao fato do retorno do Direito de guerra e do Direito humanitário à pauta do dia do Estado de direito<sup>7</sup>. Contudo, assim como as fases anteriores, a tentativa de um padrão que possa ser aplicado em diferentes contextos políticos nacionais não se encaixa, e marcada pela construção histórica na qual está inserida. Basicamente, segundo Teitel,

A normalização da justiça transicional, atualmente, tem a forma de expansão do Direito da Guerra, como demonstrado pelo incremento na importância do Direito Humanitário. [...] A noção de justiça transicional permanente da Fase III é evidente no desdobramento do sistema humanitário, que se expandiu e fundiu com os Direitos Humanos. [...] A aparente normalização da justiça transicional é também evidente na tolerância a uma maior dicção [sic] política, na politização da aplicação da justiça, no aumento de procedimentos altamente irregulares e nos explícitos distanciamentos da legislação vigente, todos justificados em termos humanitários.<sup>8</sup>

Mesmo com suas diferentes fases e construções ao longo dos períodos históricos, o processo de justiça de transição é balizado por quatro parâmetros específicos, que são interligados entre si, mas independentes, aos quais os países que passam por uma transição política devem cumprir para que se efetive uma adequada política transicional. A ordem de como são implementadas, os exemplos utilizados e o tempo de duração variam de uma realidade para a outra, mas não alteram seus elementos necessários. Os quatro parâmetros são: reformar as instituições do Estado que cometeram seus abusos e expulsar seus agentes que cometeram tais violações; realizar processos penais contra os perpetradores de tal violência; criar mecanismos de busca pela verdade e justiça acerca dos crimes daquele período; e conceder reparações (seja compensatória, simbólica, material ou outra) às vítimas e atingidos<sup>9</sup>.

Perpassando os quatro elementos balizadores de tal política, como indicado pelos pesquisadores do International Center for Transitional Justice (ICTJ), Mark Freeman e Dorothée Marotine, é importante perceber que

Os objetivos e ferramentas da justiça transicional vão muito além do estabelecimento da responsabilidade oficial pelas violações dos direitos humanos através de julgamentos. [...] A justiça de transição não defende uma justiça retroativa a qualquer preço, nem uma

---

<sup>7</sup> Op. cit.

<sup>8</sup> Op. cit., p. 166-167.

<sup>9</sup> FREEMAN, Mark; MAROTINE, Dorothée. **La justice transitionnelle: un aperçu du domaine**. Bruxelas: ICTJ, 2007.; VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, V.1, p. 32-55, jan-jul/2009.

manutenção da paz à custa do direito das vítimas à justiça, mas insiste mais especificamente numa ponderação dos diferentes objetivos contraditórios de acordo com o direito internacional, as vantagens e limitações locais e a tomada de decisões razoáveis e justas<sup>10</sup>

A reforma estrutural das instituições deve ser entendida como uma parte importante para o regime democrático que se inicia, visto que grande parte da justificativa autoritária do sistema anterior pode ser encontrada em suas organizações estatais e no aparato jurídico existente. Assim, levar a cabo a reestruturação destes organismos é uma forma de se livrar dos aparelhos responsáveis pela repressão e por um viés autoritário. Tal mudança pode incluir a criação de novas instituições estatais, treinamento sobre direitos humanos para funcionários públicos da área de segurança (principalmente), adoção de emendas legais ou constitucionais para fortalecimento dos direitos humanos, dentre outros<sup>11</sup>. Renovar também os quadros de funcionários nestes antigos aparelhos é imperativo para que perpetradores das violações não continuem ocupando cargos importantes dentro de um novo governo democrático. Ao serem afastados de cargos que inspiram confiança e responsabilidade, a integridade das instituições públicas pode ser retomada ou recriada<sup>12</sup>.

Mais do que só afastar indivíduos que cometeram crimes, principalmente contra os direitos humanos, é importante que estes agentes sejam investigados e punidos. Em locais onde tais violações foram cometidas em massa, generalizada e sistematicamente, a justiça penal pode não dar conta. Contudo, não é por isto que tais mecanismos devem ser ignorados ou deslegitimados. Os processos penais são não só uma outra forma de resgatar uma maior confiança e integridade da sociedade para com órgãos estatais, mas funcionam como um meio de fortalecer as reformas institucionais, demonstrar apoio do Estado a valores democráticos, servir como uma forma de justiça para os que foram atingidos, dissuadir que crimes similares voltem a

---

<sup>10</sup> "Les objectifs et les outils de justice transitionnelle vont bien au-delà de l'établissement de la responsabilité officielle pour les violations des droits de l'homme au travers des procès. [...] La justice transitionnelle ne plaide pas en faveur d'une justice rétroactive à n'importe quel prix, ni d'un maintien de la paix au détriment du droit à la justice des victimes, mais insiste plus précisément sur une mise en balance des différents objectifs contradictoires conformément au droit international, aux avantages et contraintes locales et à la prise de décisions sensées et justes.". FREEMAN, Mark; MAROTINE, Dorothée. **La justice transitionnelle: un aperçu du domaine**. Bruxelles: ICTJ, 2007. P. 3. Tradução livre.

<sup>11</sup> Op. cit.

<sup>12</sup> VAN ZYL. Ibidem.



ocorrer, condenar publicamente atos criminosos e criar novas legislações<sup>13</sup>. Importante tanto para o Estado quanto para vítimas e atingidos, “[...] os julgamentos não devem ser vistos somente como expressões de um anseio social de retribuição, dado que também desempenham uma função vital quando reafirmam publicamente normas e valores essenciais cuja violação implica em sanções.”<sup>14</sup>, como afirmou o jurista Paul Van Zyl.

A luta por verdade e justiça empreendida por aqueles que foram vítimas diretas ou atingidos de alguma forma pelas ações de um regime autoritário pode ser longa, e ocorrer em diversos espaços de disputa. Ao deixar tal passado para trás e caminhar em direção à uma realidade democrática, é preciso que o Estado enquanto órgão máximo e defensor de direitos se engaje nesta luta. Para tal, a forma mais significativa é a instalação de comissões da verdade, para investigar, colher dados, revelar acontecimentos e elucidar melhor a real história de violações ocorridas. Existem dezenas de modelos e experiências de comissões da verdade ao redor do mundo produzidos nos últimos quase quarenta anos. Para que uma comissão da verdade seja reconhecida como tal, deve perceber que

1. É um corpo investigativo.
2. É oficialmente aprovada pelo Estado.
3. Goza de certa autonomia em relação ao Estado.
4. É permitida por um período determinado, geralmente entre um ano e meio e dois anos e meio.
5. Concentra-se nos eventos do passado.
6. Investiga as violações mais graves dos direitos humanos, bem como as violações mais graves do direito internacional humanitário, se houver.
7. Investiga padrões de abuso ou irregularidades particulares que foram cometidos durante um período, não apenas um evento em particular.
8. Estabelece-se para operar especialmente no território do Estado que o aprovou.
9. Prioriza as necessidades das vítimas e os erros que elas sofreram.
10. Ela geralmente termina seu trabalho enviando um relatório final que contém conclusões e recomendações.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Op. cit.; FREEMAN, MAROTINE. *Ibidem*.

<sup>14</sup> VAN ZYL. *Ibidem*, p. 35.

<sup>15</sup> “1. C’est un organe d’enquête.; 2. Il est approuvé de manière officielle par l’Etat.; 3. Il jouit d’une certaine autonomie par rapport à l’Etat.; 4. Il est autorisé pour une période déterminée, généralement entre un an et demi et deux ans et demi.; 5. Il se concentre sur les événements du passé. ; 6. Il enquête sur les atteintes les plus graves aux droits de l’homme ainsi que les plus graves violations du droit international humanitaire, le cas échéant.; 7. Il enquête sur des modèles d’abus ou sur des exactions particulières qui ont été commis au cours d’une certaine période et pas uniquement sur un événement particulier. ; 8. Il est établi pour opérer surtout sur le territoire de

As comissões da verdade podem realizar o papel de fortalecimento das instituições democráticas, reafirmar a confiança entre sociedade e Estado, contestar a história oficial contada, produzir conhecimento tal que possa provocar empatia e sensibilidade por parte da população e servir como um local de superação para os que sofreram, que podem ajudar a lidar com sentimentos como raiva e frustração. Contudo, é possível realizar políticas de memória e verdade que não passem necessariamente por uma comissão da verdade. Organizações não governamentais, organismos multilaterais permanentes, observações *ad hoc*, comissões de julgamento nacionais ou internacionais *ad hoc* ligadas aos direitos humanos são alguns mecanismos também passíveis e importantes na luta por memória e verdade, especialmente na ausência de comissões da verdade<sup>16</sup>.

O âmbito da reparação é o parâmetro que mais foge de uma regra clara ou uma aplicação mais direta. Primeiro, isso se deve ao fato de que a reparação pode ser implementada de várias maneiras, tais como um viés compensatório (pensões, bolsas, pagamentos financeiros etc.), simbólico (memoriais, museus, comemorações nacionais), psicológico (aconselhamento, grupos de apoio, acesso a tratamentos etc.), moral (perdão oficial, devolução de itens apreendidos, concessão de atestados de óbito etc.) dentre outros. Após, é necessário decidir quem é apto ou não para ser incluído nas políticas de reparação empreendidas, quais reparações serão destinadas a quem, quais são os critérios de acesso, se haverá uma hierarquização de violações, se levarão em conta fatores econômicos e sociais, e principalmente, definir o estatuto de vítima, ponto crucial para as reparações. Os gestores do Estado devem sempre ponderar inúmeros fatores e se manter extremamente atentos a ocorrência de que seus critérios afetam o modo como as políticas serão implementadas, uma vez que, para Van Zyl, “[...] uma política de reparações justa e sustentável não deve gerar nem perpetuar divisões entre as várias categorias de vítimas. Ao mesmo tempo, deve ser factível e realista desde a perspectiva econômica.”<sup>17</sup>.

Muito ligada às políticas de uma justiça transicional, mas com demandas distintas, a paz pós conflito é uma etapa que pode acontecer ao mesmo tempo ou

---

l'Etat qui l'a approuvé.; 9. Il donne la priorité aux besoins des victimes et aux torts qu'elles ont souffert.; 10. Il finit généralement son travail par la remise d'un rapport final qui contient des conclusions et des recommandations.”. FREEMAN, MAROTINE. Ibidem, p. 12. Tradução livre.

<sup>16</sup> Op. cit., p. 14.

<sup>17</sup> VAN ZYL. Ibidem, p. 27.

antes da justiça de transição. Em muitos casos, as sociedades pós experiências traumáticas convivem com hostilidades, suspeitas e ressentimentos, em que é necessário que se investiguem tais desconfianças, com o intuito de assim resolvê-las e superá-las<sup>18</sup>. A fim de diagnosticar quais são os problemas, os dados levantados e os relatórios finais das comissões da verdade são de grande valia e podem servir como base para se identificar melhor o que e por onde começar, destacar tanto casos individuais quanto casos gerais e como tratá-los.

Alguns dos elementos de em uma política de paz pós-conflito são similares aos parâmetros da justiça transicional, como a reforma institucional do Estado, o afastamento de pessoas que cometeram crimes contra os direitos humanos de cargos públicos e políticos, restauração da confiança nos aparelhos estatais, além da implementação de formas de reparação às vítimas. Porém, possui exigências próprias, como a construção de medidas legais, sociais e políticas para prevenir a monopolização do poder de um grupo sobre outro, a restauração do Estado de direito e o combate à cultura da impunidade. No campo da segurança, geralmente um fator que representa uma das áreas de maior desconfiança da sociedade para com o Estado, a paz pós-conflito prega a reforma do setor de segurança, muitas vezes protagonista nas violações e atrocidades cometidas, e a criação de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), visando a um equilíbrio entre delitos menores e o de grandes responsabilidades<sup>19</sup>.

Plurais e diversas como as experiências históricas vividas pelas sociedades que passam por momentos difíceis de lidar, a transição política, a justiça de transição e a paz pós-conflito variam de acordo com o lugar de ocorrência e pela forma como são desenvolvidas. Irmãs que deveriam caminhar lado a lado, podem ter uma trajetória e um momento de implementação próprios, ou serem feitas de forma parcial. A democracia de um país e a forma como lida ou não com seu passado se refletem na forma como tratam tais políticas, em que o fortalecimento de uma está totalmente ligado à figura maior.

### **A anistia indesejada e a Constituição cidadã: as tensões entre as forças repressivas e o desejo democrático**

---

<sup>18</sup> Op. cit.

<sup>19</sup> Op. cit.

O debate por uma anistia veio muito antes de sua promulgação, em 1979. Segundo Daniel Aarão, “[...] enunciada desde antes do AI-5, para os perseguidos depois do golpe de 1964, a proposta de anistia desapareceu de cena durante longos anos para retornar à consideração da sociedade [...]”<sup>20</sup>. De fato, a luta por um perdão aos perseguidos políticos se iniciou bem antes da assinatura da lei, ganhou força principalmente durante a segunda metade dos anos 1970 e após o anúncio da abertura “lenta, segura e gradual”<sup>21</sup>.

O ano de 1975 culminou com a articulação e mobilização em torno da anistia no Brasil e na comunidade de exilados políticos no exterior, na qual as mulheres tiveram importância significativa. Neste mesmo ano, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que representou o principal foco de mobilização e aglutinador de pessoas ligadas ou não à política partidária, familiares de presos e desaparecidos, mas também pessoas que desejavam a abertura do regime reunidas sob um mesmo mote, presente em diferentes cidades do país. Um dos pioneiros da luta, foi exatamente a influência deste grupo que impulsionou a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e espalhou a pauta pelo país. As ruas ganharam novamente a cara da luta política e da reivindicação, voltando a lotar em passeatas, manifestações e comícios, característica que havia diminuído significativamente após 1968 e o AI-5. Esta rua lutava por um projeto de anistia ampla, geral e irrestrita, que beneficiasse todos aqueles que sofreram a repressão do Estado, com pautas ligadas à promoção dos direitos humanos e a revogação de aparatos judiciais autoritários.

Contudo, quando a Lei 6.683 foi finalmente promulgada em agosto de 1979, as ruas que tanto disputaram seu significado não se viram representadas ou escutadas como desejavam, mesmo que comemorada como uma vitória parcial pela

---

<sup>20</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. 1ª ed. Bauru: Edusc, 2004. P. 46.

<sup>21</sup> O termo “abertura lenta, segura e gradual” foi cunhado pelo governo de Ernesto Geisel, ao anunciar a mudança de postura pela qual o regime passaria. Durante os anos 1974 e 1979, houve um debate acerca de quais elementos tal abertura abrangeria, tais como a anistia, que tinha duas configurações distintas em disputa. A primeira, defendida por setores da sociedade brasileira, era a de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, tendo em seu contraponto a versão defendida pelos setores conservadores, a vitoriosa “anistia parcial e recíproca”. “Enquanto Geisel anunciava, em 1977, uma *distensão lenta, gradual e segura*, a demanda por *anistia*, em 1978, vinha fortemente determinada também, e a sociedade civil clamava por uma anistia *ampla, geral e irrestrita*, deixando claro, num *exercício de antecipação*” (PÊCHEUX 1969 [1990, p. 77] apud INDURSKI, 2014, p. 218).

oposição<sup>22</sup>. O modelo vitorioso foi o da anistia parcial e recíproca, que perdoava os agentes da repressão e que não englobava diversas categorias de militantes, como os acusados de *crime de sangue*<sup>23</sup>, terrorismo, e atentado pessoal. Além disso, figuras já marginalizadas e fora do ideário comum de luta oposicionista urbana, como indígenas, camponeses e crianças não foram incluídos na lei.

Com a aprovação de um projeto diferente daquele reivindicado nos anos anteriores por grande parte da população, é plausível considerar que tal movimento possa ser considerado como mais um fator de desqualificação do militante e do opositor ao regime. Considerando que, principalmente durante os chamados “anos de chumbo”, diversos grupos de oposição se lançaram à luta armada, e que muitos deles foram parar nos porões da ditadura, o número de pessoas excluídas é significativo. Não só a possibilidade da anistia em si é negada ao militante, mas também o reconhecimento de que suas ações foram formas de resistência e antagonismo ao regime num período de grande ausência de direitos ou expectativas. Como apontou Freda Indursky,

Aqueles que foram condenados por *terrorismo* e *sequestro* estavam excluídos do horizonte desenhado pelo Projeto de Lei concebido por Figueiredo. Enquanto, para os que lutaram contra a ditadura, tais ações significavam um movimento político de *resistência à ditadura*, para a ditadura, *armar-se* ou *sequestrar* não eram da *ordem da resistência*. Ao negar-lhes essa propriedade, retiravam-lhe o caráter ideológico e político e, em consequência, os *atos de resistência* eram interpretados como *atos criminosos ordinários*.<sup>24</sup>

Indursky segue, evidenciando o fato de que, no projeto enviado para a votação no plenário federal pelo general João Figueiredo, não é indicado em qualquer parte do texto “[...] o Movimento da sociedade pela Anistia. Assim procedendo, as demandas do corpo social são silenciadas/recalcadas e o Projeto de Anistia aparece como uma benesse de Figueiredo. Ou seja, o discurso do *outro* é apropriado enquanto o *outro* é apagado.”<sup>25</sup>. O “verão da anistia” valia apenas para aqueles que estavam vivos e se encaixavam nas descrições previstas na lei; para

<sup>22</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. **Stvdia historica. Historia contemporânea**. Salamanca: V. 33, p. 67-85, 2015.

<sup>23</sup> Os chamados crimes de sangue são terrorismo, sequestro, assalto, assassinato e atentado pessoal.

<sup>24</sup> INDURSKY, Freda. Uma análise da lei de anistia e seus efeitos de sentido. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação humana, 2014. P. 222.

<sup>25</sup> Op. cit., p. 220.

quem não se enquadrava ou para quem havia perdido algum parente, a luta continuava como sempre. Para parte destes indivíduos, a luta permanece até os dias de hoje.

Após a sociedade brasileira encarar sucessivas derrotas ao longo do período de transição política - tais como a Lei de Anistia parcial e recíproca, a derrota da emenda Dante de Oliveira<sup>26</sup>, uma transição negociada pelos militares e a morte de quem seria o primeiro presidente civil pós-ditadura, Tancredo Neves, sua frustração e resiliência<sup>27</sup> foi redirecionada para uma nova luta, a de uma Constituição democrática. Para as ruas, novamente organizadas, a Assembleia Nacional Constituinte deveria ser composta por representantes escolhidos especificamente para esta função, que fossem capazes de levar os desejos e anseios da população para as discussões parlamentares. Mesmo o projeto popular pautado saindo perdedor mais uma vez, com uma constituinte formada por uma assembleia congressual, tal fato não impediu que a sociedade brasileira participasse ativamente das pautas e projetos discutidos. Além de movimentos sociais, sindicatos, estudantes, cidadãos comuns, uniram-se também ao coro popular aqueles que não se sentiram contemplados na Lei de anistia de 1979, como os familiares de mortos e desaparecidos políticos e os acusados de *crimes de sangue*.

Em seu discurso na entrega da nova Constituição, o deputado e presidente da assembleia constituinte Ulysses Guimarães disse que

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. [...] Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. [...]. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de

---

<sup>26</sup> A chamada Emenda Dante de Oliveira foi proposta uma proposta de lei criada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) em 1983, e pretendia reestabelecer a eleição direta para presidente em território nacional. A proposta foi recusada por uma margem de apenas 22 votos na Câmara dos Deputados, em 1984. Cf. <https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-direitas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais/>.

<sup>27</sup> Tais conceitos são trabalhados sob a seguinte ótica: "Resiliência é um conceito usado pelos profissionais da área de psicologia que significa a capacidade de um indivíduo suportar um golpe, enfrentar uma frustração e retomar seu rumo; é a capacidade de enfrentar a dor e se renovar nesse enfrentamento criando novas opções de vida e de ação". ARAUJO. Ibidem, p. 74.

posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar.<sup>28</sup>

Por mais poderosas e carregadas de significados que sejam tais palavras, há espaço para questionar se elas realmente representam a realidade encontrada no final dos anos 1980, construída após o fim de um período altamente traumático e autoritário da história nacional. Por mais “sopro de gente, de rua, de praça” que houvesse, diversas mobilizações sociais foram aceitas de forma parcial ou até mesmo ignoradas; os “de favela”, ainda continuavam marcados como alvo da polícia e da truculência do Estado; os grupos “de índios”, contando com apenas uma pessoa reconhecida dentro da Lei de Anistia; organizações “de estudantes”, como a UNE, que seguiu sem sua sede, queimada no deflagrar do Golpe de 1964; ou o conjunto “de servidores civis e militares”, que mantiveram todas as prerrogativas de influência dos anos ditatoriais, conservando suas instituições intactas e preservando a garantia de não serem investigados. Alguns grupos, como familiares de mortos e desaparecidos, crianças atingidas e outros nem sequer foram mencionados ou incluídos. Ao final dessa conta, nem todos os grupos citados pelo deputado Guimarães em seu discurso foram realmente beneficiados e representados de forma adequada pela nova carta constitucional.

A chamada “Constituição Cidadã”, apresentada com um marco e um avanço das instituições democráticas e da promoção de políticas básicas para todos, deixou de fora muitas pessoas, propostas e realidades que poderiam aprofundar sua existência como um fator de consolidação democrática. Sua inovação, apesar de extremamente importante em diversos aspectos, se manteve conservadora e “fechou seus olhos” para inúmeras outras.

No tocante à Anistia, não há como dizer que mudanças e alargamentos da lei não foram feitas. Através da Lei 10.559, de novembro de 2002, uma regulamentação nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) alterou aspectos da Lei de Anistia. Para tanto, como indicado pelo jurista Emilio Meyer, é possível perceber que seu texto

---

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382.** P. 2-3.

No art. 8º do seu ADCT, permitiu um novo sentido para anistia, direcionando-a textualmente apenas para aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. A luta por uma anistia que não contemple graves violações de direitos humanos segue em curso.<sup>29</sup>

Graças a esta mudança, foi possível que pessoas antes não abarcadas pela lei de 1979 pudessem agora recorrer a ela e ganhar oficialmente o estatuto de “anistiado”, além de, futuramente, permitir a criação de uma Comissão de Anistia. Entretanto, é possível questionar se este era o limite possível aos membros constituintes, se as mudanças poderiam ter sido maiores, se mais indivíduos poderiam ser abarcados pelo texto da lei, ou até mesmo se a assembleia constituinte não poderia rever a legalidade e vigência da Lei de Anistia.

Se pensarmos desta forma, é sim possível perceber que a Constituição não foi tão cidadã como poderia e deveria ter sido, que não resolveu enfrentar grande parte do entulho autoritário ainda presente no país, e não lidou com seu passado traumático e violador em prol de uma “unificação e pacificação”. Ao não modificar fortemente os termos da Lei de Anistia ou de revogá-la, como fizeram outros países que passaram por experiência similar, a carta constitucional reafirmou seu valor e a existência da lei, dando legitimidade democrática a uma lei escrita e pensada por militares da situação, e concedendo um perdão oficial àqueles que cometeram crimes contra a humanidade em nome de uma pretensa “ordem nacional”.

Muitos anistiados políticos, com direito ou não à reparação pecuniária, ganharam tal status anos depois da promulgação da lei de 1979. Em alguns casos, só o fato do reconhecimento da anistia política já representa um embate sobre fatos que a ditadura gostaria de apagar ou silenciar. O reconhecimento pelo Estado do estatuto de anistiado para 14 indígenas e 85 camponeses, concedidos entre 2009 e 2015, remonta parte da história e da violência exacerbada ocorrida em uma zona rural do Pará, onde se localizava a Guerrilha do Araguaia<sup>30</sup>. Por mais tentativas que o Estado brasileiro tenha feito para erradicar a existência da guerrilha ligada ao Partido Comunista do Brasil (PcdoB), este mesmo Estado posteriormente reconheceu as violações cometidas naquela região, seja com a população local ou com os militantes que lá estavam.

---

<sup>29</sup> MEYER, Emilio Peluso Neder (org.). **Justiça de transição em perspectiva transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Inítia Via, 2017. P. 221.

<sup>30</sup> Op. cit.



Contudo, esses pequenos avanços mostraram-se insuficientes. Ao perceberem que a justiça brasileira ainda estava muito ligada ao aparato do período autoritário, diversos familiares foram buscar em cortes internacionais ações que a Constituição e a Justiça brasileira preferiram não reconhecer. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) recebeu diversos processos em que o Estado brasileiro era o réu e acusado de inúmeros crimes. Dois casos importantíssimos são Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”), e Vladimir Herzog, ambos contra o Brasil. No primeiro, diversos parentes de guerrilheiros da região do Araguaia protocolaram processos, apontando crimes cometidos contra os militantes entre 1969 e 1974, que por serem similares, foram reunidos em um, com ganho de causa favorável anunciada em 2010<sup>31</sup>. O segundo, foi feito pela viúva do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto em outubro de 1975, e teve ganho de causa favorável em 2018<sup>32</sup>. Em ambos os casos, o Estado brasileiro foi considerado culpado por crimes como perseguição, prisão, tortura, morte e desaparecimentos das vítimas, e como tais violações são considerados crimes contra a humanidade, sua validade não prescreve e podem ser julgados a qualquer momento. Como tal, não podem ser perdoados por uma lei de anistia, sendo necessário que aqueles que cometeram tais crimes sejam investigados, processados e condenados pelo Estado, além de esclarecimento sobre as circunstâncias dos crimes, localização dos corpos e abertura dos documentos relacionados. A recusa do Brasil de acatar as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, seja a de não julgar os perpetradores de tais crimes como de não rever e revogar a Lei de Anistia, cria um problema jurídico de ordem constitucional e internacional para o país<sup>33</sup>.

Além de não cumprir as decisões de uma Corte Internacional à qual está submetido, repetidas vezes o Judiciário brasileiro recebeu processos internos contra a legitimidade da Lei de Anistia e sua validação pela Constituição, além de processos contra os crimes cometidos durante a ditadura. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu a proposição de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF; de número 153), impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nela, a OAB questionava a constitucionalidade da lei, pleiteando sua

---

<sup>31</sup> Sentença disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf).

<sup>32</sup> Sentença disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_353\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf).

<sup>33</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/22/internacional/1400766899\\_687225.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/22/internacional/1400766899_687225.html).

revisão. Entretanto, em 2010, meses antes da sentença da CIDH/OEA, a ADPF 153 foi julgada improcedente pelo STF<sup>34</sup>, que alegava não ser de sua alçada a revisão e que a lei era constitucional. Em 2016, uma nova proposta de ADPF (número 320) foi impetrada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>35</sup>, questionando novamente a Lei de Anistia, agora já tendo a decisão da CIDH/OEA a seu favor, e o perdão para violações continuadas, como o desaparecimento forçado.

Extremamente complexo e dicotômico, o Direito Constitucional brasileiro, representado principalmente pela figura do STF, é um quadro que demonstra muito bem os avanços e retrocessos nas políticas de justiça e memória. Um caso bastante emblemático e que mostra claramente tais complexidades é o caso Rubens Paiva. Ex-deputado federal, foi perseguido e exilado nos primeiros anos da ditadura, até ser preso, torturado e executado dentro das dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do então estado da Guanabara em 1971<sup>36</sup>, como explicitado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). O processo sobre este caso foi reaberto diversas vezes, sofreu inúmeras interferências e ainda é um ressoante ponto de discussão. Os militares responsáveis pelas violações sofridas por Paiva nunca foram investigados ou culpabilizados, e durante algum tempo sequer se sabia quem eram essas pessoas. Após depoimentos para a CNV, o coronel Paulo Malhões trouxe luz ao que aconteceu com o deputado, e pouco tempo depois, o processo para investigação e punição foi reaberto pelo próprio STF<sup>37</sup>. Contudo, o mesmo ministro que reabriu o processo foi aquele que o arquivou durante o seu andamento, já na fase de recursos, e os réus liberados. Em 2018, a então procuradora geral da República, Raquel Dodge, enviou um novo pedido ao STF, pedindo a reabertura do caso e que os limites da Lei de Anistia fossem reavaliados<sup>38</sup>.

Se em casos internos, a postura adotada é de não investigação e não reconhecimento que tais ocorrências possam ser julgadas, sempre utilizando a Lei de Anistia como baliza, para os processos que envolvem outros países o entendimento é

---

<sup>34</sup> Sentença disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>.

<sup>35</sup> Ver <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=267078>.

<sup>36</sup> BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)**. Brasília: CNV, 2014b. P. 519-528.

<sup>37</sup> Ver <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/mpf-denuncia-5-militares-reformados-pela-morte-de-rubens-paiva.html>.

<sup>38</sup> Ver <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-02/raquel-dodge-pede-reabertura-de-processo-sobre-morte-de-rubens-paiva-e-revisao>.

diferente. Em 2011, quando demandada a extradição de um militar argentino acusado de inúmeras violações cometidas durante a última ditadura militar argentina, de 1976, a decisão foi de aceitar o pedido do governo argentino e extraditá-lo, visto que crimes como o de desaparecimento forçado não prescrevem, uma vez que são considerados crimes de lesa-humanidade e tem sua prática continuada<sup>39</sup>. Mesmo que neste caso, o réu não tenha sido julgado por todas as violações a ele imputadas pela diferença de legislação entre os países, o entendimento geral foi o de que, em virtude da ausência de um corpo, o crime é continuado, então ainda poderia ser julgado, além de não prescrever. Outro exemplo é a abertura de documentos da ditadura, requisitados por outros países do Cone Sul, mas que internamente não ocorre<sup>40</sup>.

Como é possível que a Suprema Corte nacional decida sobre casos tão similares e dê vereditos tão diferentes? Se para o STF, a ausência de um corpo por causa de desaparecimento forçado, praticado pelo Estado, é visto como crime continuado, não cabível de prescrição, como pode o caso do deputado Rubens Paiva ter tantas idas e vindas, inclusive ser arquivado por um membro desta mesma Corte? Por que este entendimento vale quando é para outros países, mas não vale para o próprio Brasil?<sup>41</sup> As contradições em decisões do STF ao tratar esse tipo de caso demonstram que, mesmo o Judiciário não sendo o poder que mais avança nas políticas públicas de memória, verdade e justiça, suas ações (ou silêncio perante tais questões) podem ser entendidas como uma forma particular de participação no andamento deste tipo de políticas públicas. O Supremo decide quais processos são passíveis de julgamento, e decidem por si só quais pautas consideram mais relevantes ou importantes para a sociedade brasileira, o que vale a pena ser julgado ou não, mostrando que seu posicionamento, principalmente no tocante da busca incessante por memória, verdade e justiça, é ditado por um posicionamento muitas

---

<sup>39</sup> Ver <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=180020>.

<sup>40</sup> Em 2008, foi criado o Grupo de Trabalho "Verdade, memória e justiça" para os membros do Mercosul, durante a presidência *pro tempore* da Argentina. O GT serve como um espaço de colaboração dos estados-membros pela elucidação das violações cometidas e "significou a criação de um foro de gestação de iniciativas conjuntas". Cf. BENEDETTI, Juliana; NAHOUM, André. Justiça de transição e integração regional: o direito à memória e à verdade no Mercosul. IN: BRASIL. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, V.1, p. 296-318, jan-jul/2009.

<sup>41</sup> Ver <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ativistas-usam-extradicao-de-argentino-para-cobrar-stf,785248>.

vezes puramente político, que por vezes afasta-se até de argumentos de ordem jurídica. Para tanto, Leonardo Sarmiento aponta que

[...] a total liberalidade com que controlam a pauta de julgamentos tem levado ao permanente adiamento de decisões que o país não mereceria mais esperar. O STF parece ostentar de fato a condição de um superpoder, por vezes [...] veste a carapuça da omissão.<sup>42</sup>

O governo brasileiro e o seu Judiciário se valem de ordenamentos jurídicos advindos da Ditadura, não aprofundam leis em seus mecanismos democráticos, se fazem omissos ou até mesmo titubeantes quando confrontados, além de não respeitarem tratados e determinações internacionais aos quais estão submetidos. Com isso, é plausível conjecturar que os avanços conquistados ao longo dos anos só foram conseguidos através de muita luta popular e de pessoas comuns, e não como uma política que o governo realmente tomou como sua. Ao não fortalecer suas instituições e posicionamentos em busca de uma verdadeira superação do passado através do conhecimento e da verdade, o país prefere colocar uma superação através do esquecimento, abrindo assim margem para questionamentos quanto à sua estrutura e consolidação democrática.

### **Justiça e transição?: a formação do modelo transicional brasileiro até os dias de hoje**

Após 1979, através da promulgação da Lei de Anistia, e com a abertura “lenta, segura e gradual” implementada pelos militares, o processo de transição de um regime autoritário para uma democracia foi oficialmente iniciado. Com o retorno de um civil à presidência, e a escritura de uma nova Constituição, de acordo com os anseios por democracia existentes no país, tal processo foi aprofundado. Mesmo iniciado nos anos 1980, ainda hoje há tópicos distintivos de uma justiça de transição em andamento ou em processo de implementação no país.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> SARMENTO, Leonardo. **Não dá mais para omitir-se: STF terá que enfrentar a questão da anistia em 2015**. Jusbrasil. [S.l]. [2015?].

<sup>43</sup> Há discordância entre autores sobre o tempo que caracterizaria o período transicional. Alguns entendem que este se remete ao período em que há de fato a mudança de um regime autoritário para o modelo democrático. Uma segunda vertente pauta que tal política dura o tempo em que medidas de justiça de transição são implementadas em determinada sociedade, funcionando como um mecanismo de consolidação democrática. Aqui, entenderemos o conceito em acordo com a segunda vertente.

Como já dito, transição política e justiça de transição não significam a mesma coisa. No caso brasileiro, a transição política se inicia nos anos 1970 e termina em 1988, e pode ser dividida em três fases. A primeira, vai de 1974 a 1979, quando o general Ernesto Geisel anuncia a chamada “abertura lenta, segura e gradual”, sinalizando o desmonte do aparato ditatorial e de um processo para a retomada da democracia; a segunda parte vai de 1979 a 1985, marcada pela anistia, pelo fim dos anos de chumbo e pela volta de presos e exilados políticos para a vida pública do país; e a última fase se dá de 1985 até 1988, com a retomada de um modelo democrático e a escritura de uma nova carta constitucional para balizar o novo ordenamento político e jurídico<sup>44</sup>. Já o processo de justiça transicional se inicia justamente quando a última fase da transição política termina, e é ela que marca de que forma este novo governo de ordem democrática lidará ou não com o seu passado autoritário e com as continuidades institucionais deste período, funcionando como um elemento de consolidação do novo regime.

Como dito, a Constituição de 1988 não alterou o entendimento ou a validação da Lei de Anistia de 1979, vigente até hoje. Todas as políticas de reparação, seja de cunho moral, político, financeiro, patrimonial ou outro, foram implementadas durante os mandatos presidenciais de ex-militantes e perseguidos políticos durante a Ditadura Militar, sendo o mais sintomático o de Dilma Rousseff (2011-2016), ex-presa e torturada. Contudo, por mais avanços que tenham ocorrido, nenhum destes governos caminhou no sentido de mudar o entendimento da Lei de Anistia ou de revê-la, sendo sempre este o limite de atuação de cada um deles.

Ao longo dos anos, o Brasil se comprometeu no combate a práticas autoritárias e repressivas, e assinou diversos documentos e acordos internacionais contra o uso da tortura, o desaparecimento forçado e outras práticas que violam os direitos humanos e que foram cometidas durante a Ditadura. Contudo, segundo a historiadora Janaína Teles, “O Brasil, embora tenha assinado este e diversos outros tratados internacionais em defesa dos direitos humanos, insiste em não enfrentar o assunto dentro de suas próprias fronteiras.”<sup>45</sup>. Este problema fica perceptível ao pensar que a reforma das instituições após a transição para a democracia, um

---

<sup>44</sup> ARAUJO. *Ibidem*.

<sup>45</sup> TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. *In*: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 297.

elemento fundamental para uma justiça de transição eficaz, não foi realizada, que diversos instrumentos e funcionários apenas mudaram de nome ou função e que atitudes violentas e autoritárias vindas do braço armado do Estado e de outras instituições são frequentes e acontecem até hoje.

A primeira ação ocorrida em um caminho por uma “justiça de transição” foi a publicação do relatório “Brasil Nunca Mais”<sup>46</sup>, lançado em 1985 pela Arquidiocese da cidade de São Paulo, sob os nomes de Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, mas ainda sem participação do Estado. Após essa data, somente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve os primeiros esforços de uma política pública de reparação no Brasil com a participação da federação, através de ampla reivindicação de anistiados políticos, familiares de mortos e perseguidos, e de grupos de combate aos anos ditatoriais, tais como o “Tortura Nunca Mais”. Através da Lei 9140/95, conhecida como a Lei dos desaparecidos políticos, seu texto reconhecia a participação do Estado brasileiro na morte ou desaparecimento forçado de 136 militantes políticos, além de criar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)<sup>47</sup>. A promulgação da lei teve forte e decisiva participação de familiares de mortos e desaparecidos durante todo o processo, e a listagem dos 136 nomes reconhecidos vem do exatamente do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) e publicado naquele mesmo ano. Houve também o julgamento de centenas de novos pedidos de reconhecimento e indenização por parte do Estado. Outro passo importante foi a criação da Comissão de Anistia<sup>48</sup> em 2001 (MPV 2151, depois reafirmada na Lei 10559/02). Com ela, veio a possibilidade de expansão do número de anistiados políticos e o reconhecimento da atuação do Estado na situação de repressão pela qual essas pessoas passaram durante os anos ditatoriais. Apesar de significativo, o governo FHC se restringiu basicamente à reparação financeira, deixando de lado pontos como a expulsão de nomes do

---

<sup>46</sup> Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>47</sup> BRITO, Alexandra Baharona de. “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. *In*: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 235-260.

<sup>48</sup> Quando a Comissão foi transferida para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, no início de 2019, seu portal foi fechado e transferido, tendo seu acesso a dados, processos, informações e abertura de novos pedidos foi inviabilizado, além de uma reformulação interna. Com o início do novo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a comissão hoje se encontra sob o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com a reabertura de casos negados durante o governo Bolsonaro, maior participação da sociedade civil, e transmissão virtual de suas reuniões.

aparato repressivo das instituições públicas ou a abertura dos arquivos da ditadura. Um debate existente acerca da reparação financeira no Brasil vem dos familiares de presos e desaparecidos, que discutem sobre o pagamento da indenização como uma forma de silenciamento por parte do governo, visto que os elementos que realmente pleiteavam, como a abertura dos arquivos e a localização dos corpos de seus parentes, não foram garantidos ou concedidos.

O governo seguinte, da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), avança ainda mais nas políticas de reparação que caracterizam a justiça de transição. A Lei 10559, apesar de ter sido aprovada em 2002, ainda por FHC, foi desenvolvida durante o governo do petista. Graças ao seu texto, o tempo abarcado pela lei de Anistia se expande, compreendendo o período entre as duas últimas constituições democráticas, afirma o direito à reparação econômica, e transfere a Comissão de Anistia para o Ministério da Justiça, o que na prática, expande o número de pessoas incluídas no seu escopo e os formatos de compensação para os atingidos. Pela primeira vez, crianças, antes esquecidas, agora são entendidas como vítimas da política de Estado implementada durante àqueles 21 anos, e puderam ser reconhecidos e abarcados pelas legislações de reconhecimento e reparação. Além disso, se institui uma série de programas de reparação simbólica e moral, como as Caravanas da Anistia, que rodaram o país com sessões de julgamento e perdão oficial concedido; o projeto Direito à Memória e Verdade, com a divulgação da lista de mortos e desaparecidos sob influência e participação do Estado e grupos afetados; o Memórias Reveladas<sup>49</sup> (de nome Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985), portal feito em parceria com o Arquivo Nacional que coleta e reúne documentos acerca dos anos ditatoriais para acesso público; e o projeto do Memorial da Anistia<sup>50</sup>, um local de resistência durante a ditadura (o Coleginho, antigo prédio da Fafich/UFMG) a ser transformado em museu e com o acervo produzido pelas Caravanas da Anistia. Ademais, é criado em 2008 o primeiro e único museu sobre a memória da ditadura existente no país, o Memorial da Resistência, na cidade de São Paulo. Um de seus últimos atos de governo acerca da justiça de transição foi o anúncio da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2010.

---

<sup>49</sup> Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>.

<sup>50</sup> Disponível em <http://memorialanistia.org.br/>.

Ao mesmo tempo em que propunha medidas no sentido de um aprofundamento da justiça de transição, o governo federal também protagonizou medidas e atitudes que dificultavam o acesso e um maior conhecimento geral. O Itamaraty se colocou contra a abertura dos arquivos, os documentos mais sensíveis tiveram seu segredo assinado por mais 70 anos, o STF julgou improcedente a revisão da Lei de Anistia (ADPF 153), diversos setores e o próprio Ministro da Defesa se colocaram contra a instalação de uma comissão da verdade, e o Estado brasileiro recorreu em diversos processos movidos contra ele por familiares e ex-presos políticos. Condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) e por tribunais nacionais, o governo federal alegou que os documentos e a localização dos corpos haviam sido destruídos pelos militares<sup>51</sup>. Outro caso de grande repercussão<sup>52</sup> foi o da Família Teles X Carlos Alberto Brilhante Ustra, em que cinco membros de uma mesma família (à época dos crimes, três adultos e duas crianças) acusavam o ex-chefe do DOI-CODI paulistano de sequestro, prisão e tortura. A sentença deu posição favorável à família, condenando Ustra pelos crimes alegados e o reconhecendo como torturador, fato inédito na justiça brasileira. A decisão seria reafirmada após o processo Merlino X Ustra, em que o acusado foi novamente considerado torturador pela corte judicial. Cabe citar que os processos contra Brilhante Ustra correram na esfera da justiça civil, uma vez que no âmbito da justiça criminal, o caso foi barrado pela interpretação da Lei de Anistia.

O último governo que avançou significativamente no aprofundamento de políticas transicionais foi o de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Recebendo do governo anterior a proposta de abertura de uma Comissão Nacional da Verdade, a lei que a criou foi sancionada logo no começo de seu mandato (Lei 12528/11), e o fato de ter sido ela a aprovar tal lei é significativa. Rousseff é ex-militante, presa política e torturada do regime militar, e quando ocupou o cargo de Ministra da Casa Civil, participou de sessões e julgamentos sobre a temática da ditadura. Tal aspecto de seu passado foi inclusive uma das pautas utilizadas em sua campanha à presidência da república em 2014. O decreto da Lei de Acesso à Informação (Lei 12527/11), feito

---

<sup>51</sup> Op. cit.

<sup>52</sup> Ver [https://www.conjur.com.br/2008-out-09/coronel\\_brilhante\\_ustra\\_responsabilizado\\_torturas](https://www.conjur.com.br/2008-out-09/coronel_brilhante_ustra_responsabilizado_torturas) e <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/sentenca-ustra-luiz-eduardo-da-rocha-merlino>.



junto com a 12528/12, foi importantíssimo para os trabalhos da CNV, tornando público o acesso à diversos documentos sigilosos utilizados durante os trabalhos. Dentre outros assuntos, a lei proíbe a classificação de documentos relacionados às violações de direitos humanos como “ultrassecreta”, proíbe a prorrogação de sigilo (exceto para ultrassecreto) e diminui o tempo de sigilo<sup>53</sup>.

Neste mesmo período um novo tipo de reparação é adicionado à lista, a reparação psíquica. Entre os anos de 2013 e 2015, a Comissão de Anistia instituiu as Clínicas do Testemunho, e segundo o jurista e então presidente da Comissão de Anistia Paulo Abrão,

Constituem o primeiro esforço do Estado brasileiro para reparar e reintegrar à nossa história – tanto às histórias individuais, das vítimas, quanto à memória coletiva, da sociedade – as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar (1964-1985).<sup>54</sup>

Entre os anos de 2012 e 2014 aconteceram os trabalhos da CNV e das Comissões estaduais, municipais e institucionais, tendo seus relatórios finais sido apresentados majoritariamente no final de 2014<sup>55</sup>. Sua função era, segundo definição da própria comissão “[...] examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”<sup>56</sup>.

A partir de 2012, com os debates sobre a CNV, uma série de comissões menores passaram a surgir e pautadas pelo mesmo objetivo: investigar as graves violações cometidas no recorte temporal definido. Nesse sentido, os sociólogos Cristina Buarque de Hollanda e Vinícius Pinheiro Israel, apontam que

[...] o Brasil diverge de situações arquetípicas de comissões da verdade no mundo pela condição radicalmente plural da experiência do comissionismo. Diferentemente da organização sempre e apenas nacional das comissões da verdade no mundo, com eventuais sedes regionais vinculadas a escritórios centrais, o Brasil conheceu um

---

<sup>53</sup> Op. cit.

<sup>54</sup> ABRÃO, Paulo. Prefácio. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação humana, 2014. P. 15.

<sup>55</sup> Algumas Comissões da Verdade entregaram seus trabalhos em outros anos, enquanto algumas ainda seguiram em andamento, como é o caso da Comissão Estadual do Pará, lançada em 2014.

<sup>56</sup> BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)**. Brasília: CNV, 2014a. P. 15.

fenômeno sui generis de proliferação de comissões da verdade em municípios, estados e instâncias extra-estatais.<sup>57</sup>

Definida sob o conceito de comissionismo, Buarque de Hollanda e Israel, após de um estudo sobre as comissões existentes, explicam que o fenômeno do comissionismo “[...] como um emaranhado amplo e frágil de redes institucionais. Entre as comissões subnacionais, mesmo as menores e com menos recursos, mostraram forte tendência a agir de modo independente, associando-se livre e diretamente a comissões parceiras.”<sup>58</sup>. Apesar de resguardarem características similares com a CNV ou com o rol de comissões da verdade internacionais, o modelo brasileiro tem uma dinâmica própria e atributos particulares. Encabeçadas pela comissão do Estado de São Paulo, o Brasil se tornou o primeiro país em que, além de uma comissão nacional, levada a cabo pelo Governo Federal, outros âmbitos do estado, setores da sociedade civil e organizações também instalaram comissões próprias. Diversas comissões pelo país fizeram um levantamento de seus mortos e desaparecidos, pontos de repressão, realização de audiências públicas, diligências, atos, investigações, levantamento de informações e documentos dentre outros, e em seus relatórios finais, eixos temáticos sobre repressões a grupos específicos ou um recorde diferenciado, como gênero, camponeses, indígenas e população lgbt<sup>59</sup>.

A comissão se tornou um importante marco nas lutas por memória, verdade e justiça e nas políticas de justiça de transição implementadas no país. Tendo um relatório final com aproximadamente 3.400 páginas divididas em três volumes, além da ampla quantidade de documentos, entrevistas, vídeos e materiais coletados durante seus trabalhos, e “Ao contar uma nova história sobre o passado recente brasileiro, a intenção era deixar um legado para a sociedade brasileira com uma maior participação das pessoas comuns, preocupada com a memória, a verdade e a reparação sobre o que aconteceu.”<sup>60</sup>

Em suas recomendações finais, a CNV retomou a discussão sobre um aprofundamento da justiça de transição, a revisão da Lei de Anistia e um processo de

---

<sup>57</sup> HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre os novos sentidos de legitimidade e representação política. IN: **Revista de Sociologia e Política**. V. 27, n. 70, 2019. P. 4.

<sup>58</sup> HOLLANDA, ISRAEL. *Ibid.*, p. 7.

<sup>59</sup> A sigla usada à época e que aparece nos documentos e relatório finais produzidos pelas comissões é lgbt, e por isso, decidiu-se por manter o termo utilizado por estes mecanismos.

<sup>60</sup> COSTA, Caroline Rios. **“Dói gostar dos outros”: a memória traumática e a subjetividade de crianças atingidas pela Ditadura Militar Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023. P. 57.

juízo do aparato repressivo, contudo, esse foi o máximo que foi permitido à Comissão. Para sua realização, a CNV foi impedida de possuir poderes punitivos, de aprofundar suas implementações de políticas e declarar se isentar de mexer em “temas sensíveis” que poderiam denotar um movimento de “vingança”.

Para ilustrar como a temática deste passado autoritário ainda é muito sensível, e mesmo que nem sempre tenha o apoio do Estado brasileiro, a luta por memória, justiça e verdade não pode ser silenciada ou negligenciada para sempre, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos novamente considerou o Brasil culpado sobre crimes da ditadura. Desta vez, o caso era sobre a tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida em 1975.

Extremamente complexa, e com inúmeras lacunas temporais entre as medidas tomadas, e lacunas dentro das próprias medidas já implementadas, a política transicional está longe de ser completada e continua tendo um processo bem diferente do ocorrido no Cone Sul. Para a historiadora Maria Paula Nascimento Araujo

A transição política que o país viveu não contemplou os aspectos que uma Comissão de Verdade suscita: não revelou, não nomeou, não respondeu às inúmeras demandas das vítimas, não esclareceu amplamente sobre mortos e desaparecidos, não assumiu as violações, não reconheceu a tortura, não responsabilizou ninguém. A transição política para a democracia foi se desenvolvendo através de pactos e alianças que criaram, sem dúvida, um espaço político novo, mas que passou por cima dos abusos e violências perpetrados durante a ditadura. A Comissão de Verdade instalada após esse processo teve que lidar com um terreno consolidado no qual as graves violações tinham sido «ocultadas», «esquecidas».<sup>61</sup>

A forma tão particular de justiça transicional ocorrida no Brasil, como as políticas existentes foram implementadas, quem foram os atores políticos que promoveram tais mudanças, quais projetos saíram ou não do papel e o alcance que tiveram podem gerar inúmeras questões sobre como tal política em si foi implementada, e de que maneira afeta a instituição democrática existente. Ao mesmo tempo em que o Estado foi o causador de certo silenciamento e invisibilização acerca das violações cometidas, seja através da Lei de Anistia ou de grupos só terem sido reconhecidos décadas depois, é este mesmo Estado o agente

---

<sup>61</sup> ARAUJO. *Ibidem*, p. 81.

que resgata e trava os embates de memórias existentes até aqui. O mesmo Estado brasileiro que não avança no tema de revisar a Lei de Anistia é o que cria Comissões da Verdade e reconhece que as vítimas podem ser bem mais numerosas do que se tem nas contas oficiais. Tais *contradições* entre avanços e retrocessos na busca por um aprofundamento de justiça de transição e busca por memória, verdade e justiça podem ser consideradas umas das principais características do modelo brasileiro.

O fato de a reparação ter se dado principalmente por compensações financeiras antes de reparações simbólicas, morais, patrimoniais e outras, mostra a forma como o governo gostaria de lidar com seu passado autoritário recente: não lidando, e encarar o caso como algo "já superado". É questionável ponderar se as reparações que temos para além da pecuniária teriam se dado por deliberada vontade do governo, ou se apenas ocorreram por existirem grupos, que mesmo isolados, ainda batem nesta tecla e demandam ações do governo federal e dos estados, simplesmente se recusando a encarar o rastro da ditadura como algo que deveria permanecer no passado. A atuação da CFMDP, do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), dos grupos presentes na Comissão de Anistia, da OAB, da UNE e outros foi fundamental na judicialização existente dentro e fora do país, na busca incansável por políticas de memória, verdade e justiça, e na pressão exercida sobre a União para que esta admitisse sua participação nos fatos ocorridos. Diversos ex-militantes fazem ou já fizeram parte dos projetos institucionais citados mais acima, ou seguem atuando na luta por reconhecimento e justiça.

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) representou um momento de largo retrocesso nas políticas públicas de memória, verdade e justiça, e também em políticas de justiça de transição. Concomitante a um crescente movimento de revisionismo e negacionismo (que já podia ser percebido em 2014), tal movimento era de certo modo incentivado ou validado pelo próprio governo, uma vez que durante toda sua trajetória política, Bolsonaro era um ferrenho negacionista da ditadura, e tal traço foi acentuado durante sua presidência. Institucionalmente, uma série de mecanismos foram diminuídos, esvaziados, revogados e até extintos. Dois exemplos são a extinção da CEMDP em 2022, e troca dos membros da Comissão de

Anistia para nomes ligados ao governo e um percentual de 95% dos pedidos de anistia e indexações negados<sup>62</sup>.

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país indica uma retomada do processo transicional brasileiro, além da revogação de uma série de ações negacionistas tomadas pelo governo anterior. A retomada dos trabalhos da Comissão de Anistia, a criação de instrumentos de acompanhamento das resoluções finais indicadas pela CNV<sup>63</sup> e a não exaltação da "revolução" de 31 de março de 1964. O futuro do Brasil, especialmente com a aproximação da efeméride de 60 anos do golpe militar e 10 anos dos trabalhos da CNV em 2014 se anunciam mais prósperos do que os anos anteriores.

### **Considerações finais**

Em consonância com os países vizinhos, o Brasil passou por uma experiência autoritária e ditatorial que durou mais de vinte anos, tendo sido finalizada em 1985, uma série de elementos desse período permaneceram. Exatamente para lidar com o entulho autoritário deste passado recente, a literatura e as experiências de justiça transicional pelo mundo foi utilizada para auxiliar este novo momento democrático.

Após a transição em 1985, o processo transicional nacional se iniciou em 1988, com a proclamação de uma nova carta constitucional, feita sob um regime democrático. Neste cenário e naquele das décadas seguintes, os embates entre os grupos da situação (que pregavam a superação do passado em função da reconciliação nacional) e os grupos de movimentos sociais e ex-atingidos, além da própria postura dos diferentes governos frente às questões da ditadura, fizeram com que o modelo brasileiro de justiça de transição tivesse um caminhar mais lento e concentrado em pontos específicos.

Os maiores avanços neste aspecto ocorreram sob três governos: o de Fernando Henrique Cardoso, o de Luís Inácio Lula da Silva e o de Dilma Vana Rousseff, coincidentemente, todos eles ex-atingidos pela ditadura. Por mais que estes avanços tenham acontecido e sejam importantes, tais políticas se concentraram no campo das reparações, deixando de lado outras questões fundamentais de uma

---

<sup>62</sup> Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/30/com-nova-composicao-comissao-de-anistia-retoma-julgamentos-as-vesperas-dos-59-anos-da-ditadura.ghtml>.

<sup>63</sup> Cf. <https://www.camara.leg.br/noticias/956228-ministro-dos-direitos-humanos-anuncia-orgao-para-acompanhar-recomendacoes-da-comissao-nacional-da-verdade/>.

justiça de transição. Além disso, as reparações e direitos concedidos continuam possuindo um caráter de políticas de governo, e não de políticas de Estado.

Assim, as tensões permanecem entre grupos que desejam deixar este passado no passado, incluindo discursos revisionistas e negacionistas, e grupos que desejam um alargamento da elaboração sobre a ditadura, com ampliação de direitos e políticas, e a pavimentação de um caminho de memória, justiça, verdade e reparação. Apesar da passagem de quase sessenta anos desde o golpe de 1964, e quase quarenta da retomada da democracia ao nosso país em 1985, seu processo transicional ainda permanece em curso, tal passado continua recente e suas narrativas fortemente disputadas.

## Bibliografia

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. 1ª ed. Bauru: Edusc, 2004. P. 29-52.

ABRÃO, Paulo. Prefácio. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação humana, 2014. P. 15-21.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. **Stvdia historica. Historia contemporânea**. Salamanca: V. 33, p. 67-85, 2015.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. V. 17, p. 11-31, 2001.

BRITO, Alexandra Baharona de. “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. *In*: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 235-260.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)**. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)**. Brasília: CNV, 2014b.

COSTA, Caroline Rios. **“Dói gostar dos outros”: a memória traumática e a subjetividade de crianças atingidas pela Ditadura Militar Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

FREEMAN, Mark; MAROTINE, Dorothée. **La justice transitionnelle: un aperçu du domaine**. Bruxelas: ICTJ, 2007.

GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acessado em 20 de fevereiro de 2019.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre os novos sentidos de legitimidade e representação política. IN: **Revista de Sociologia e Política**. V. 27, n. 70, p. 1-21, 2019.

INDURSKY, Freda. Uma análise da lei de anistia e seus efeitos de sentido. *In*: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação humana, 2014. P. 213-236.

MEYER, Emilio Peluso Neder (org.). **Justiça de transição em perspectiva transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Initia Via, 2017.

SARMENTO, Leonardo. **Não dá mais para omitir-se: STF terá que enfrentar a questão da anistia em 2015**. Jusbrasil. [S.l.]. [2015?]. Disponível em: [https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/160166255/nao-da-mais-para-omitir-se-stf-tera-que-enfrentar-a-questao-da-anistia-em-2015?ref=topic\\_feed](https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/160166255/nao-da-mais-para-omitir-se-stf-tera-que-enfrentar-a-questao-da-anistia-em-2015?ref=topic_feed). Acessado em 6 de março de 2019.

TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. *In*: REATÉGUI, Felix (org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. P. 135-170.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil. *In*: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 253-298.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, V.1, p. 32-55, jan-jul/2009.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023

# CAPAS DA MILITIA: REPRESENTAÇÕES DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

*MILITIA COVERS: REPRESENTATIONS OF THE PUBLIC FORCE OF SÃO PAULO*

**Silvane Ribeiro Gonçalves<sup>1</sup>**

**Rosemeri Moreira<sup>2</sup>**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Resumo:** A presente pesquisa visou analisar a composição iconográfica das capas da Revista Militia, dentro do recorte cronológico que compreende o período de 1947 a 1964. A revista em questão era o meio oficial de comunicação da Fôrça Pública de São Paulo e estava sob responsabilidade do Clube de Oficiais. A partir da análise das capas e do editorial da revista, buscamos estabelecer séries com os temas recorrentes nas capas, dentre eles: a reminiscência de heróis do passado, a exaltação de São Paulo e da instituição, o uso de imagens femininas, dentre outros. Trata-se de um trabalho relevante no campo da historiografia por integrar os debates sobre imprensa policial e militar, além de estabelecermos um panorama de como o Gênero e Representações de masculinidades perpassam o debate político.

**Palavras-chave:** Gênero, Revista Militia, Revista Policial.

**Abstract:** This research aimed to analyze the iconographic composition of the covers of Revista Militia, within the chronological cut that comprises the period from 1947 to 1964. The magazine in question was the official means of communication of the Public Force of São Paulo and was under the responsibility of the Officers. From the analysis of the magazine's covers and editorial, we sought to establish series with recurring themes on the covers, among them: the reminiscence of past heroes, the exaltation of São Paulo and the institution, the use of female images, among others. This is a relevant work in the field of historiography because it integrates debates on the police and military press, in addition to establishing an overview of how Gender and Representations of masculinities pervade the political debate.

**Keywords:** Genre, Militia Magazine, Police Magazine.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História – Licenciatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é professora do curso de graduação em História da UNICENTRO e do Programa de Pós Graduação em História e Regiões.



## Introdução e Metodologia

Nos últimos meses do ano de 1947, a primeira edição da Revista *Militia*, periódico da Fôrça Pública de São Paulo, chegava aos milicianos daquela corporação e à população civil que tivesse interesse. A circulação da revista teve início no final da década de 1940 e se estendeu até 1973, todavia, nossa análise abrangerá as edições da revista ao longo de dezessete anos, por serem edições encontradas de forma online disponibilizadas no Acervo Online da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).<sup>3</sup>

O objeto de análise dessa pesquisa, constitui-se em debater as representações e a estética visual das capas da Revista *Militia* (1947-1964), com o objetivo de historicizarmos a construção da autoimagem da Fôrça Pública, ao longo desse período, baseando-se nas representações das ideias de soldado/miliciano/policial presentes nas capas, bem como a análise de como o gênero é percebido. Como objetivos específicos delineamos: a) apresentar e debater a configuração política da Fôrça Pública do Estado de São Paulo; b) historicizar a Revista *Militia* e sua estrutura; c) problematizar e debater suas capas.

Percebe-se, por meio das revistas que foram analisadas que ela abordava diversos assuntos e se configurava como porta-voz e construtora da autoimagem da Fôrça Pública paulista e, conseqüentemente, de seus agentes.

As capas dos periódicos constituem a sua principal propaganda, seu cartão de visita, sua tentativa primordial de chamar a atenção de um leitor(a)/consumidor(a). É por meio da capa que um(a) possível leitor(a) tem, ou não, sua atenção apreendida. Diante disso, refletimos que a importância de tal pesquisa está relacionada com o quanto a estética visual contida nas capas da Revista *Militia* podem traduzir o contexto político da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, e as (re)construções da identidade policial. Com base nisso, apontamos a importância do periódico dentro dos debates sobre imprensa policial e militar, além das indicações de como o Gênero e as representações de masculinidades/feminilidades, perpassam o debate político e a ideia que a instituição constrói sobre si.

---

<sup>3</sup> São 103 edições ao todo, dentro desse período, no entanto, foram analisadas 102 edições, pois a edição n. 62 (mar./abr. 1956) não está disponível on-line. *MILITIA*, Revista. Nov/Dez. 1947 – Jul/Ago. 1964. Acervo PMESP. Disponível em: <http://revistamilitia.policiamilitar.sp.gov.br/Pag06.html>.

Em termos teóricos e de acordo com Joan Scott (1995)<sup>4</sup>, compreendemos que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Em outras palavras, para a autora, gênero não diz somente respeito a construção das divisões binárias – de masculino e feminino, mas se refere, principalmente, às relações de poder decorrentes desta categorização a partir das percepções sobre o sexo biológico. Partindo desse viés, as masculinidades são uma construção social. Para Raewin Connell, masculinidade é “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”<sup>5</sup> (CONNELL, 1995, p. 188)<sup>6</sup>.

Por serem poucas as pesquisas que abordam a Revista *Militia*, primamos a pesquisa de André Rosemberg: “As polícias militares nas páginas de Militia (1947-1964)” (2016)<sup>7</sup>. O historiador analisa as reivindicações dos policiais, suas condições de trabalho e a busca pela construção de uma identidade, e a relação da Fôrça Pública com a política estadual. Segundo Rosemberg, a “*Militia* espelhou demandas e interesses de uma parte expressiva do corpo de policiais da Fôrça Pública de São Paulo e, por extensão, de policiais militares do resto do país.” (ROSEMBERG, 2016, p. 250). Para esse historiador, a revista tinha um tom lamurioso, uma vez que não havia consenso sobre um tema central, entre os policiais, e pela falta de definição de uma identidade própria (*Idem*, p. 251).

Os textos da historiadora Thaís Battibugli, “Reforma da Polícia Paulista: 1946-1964 (2012)<sup>8</sup> e “Democracia e segurança pública em São Paulo: 1946-1964” (2006)<sup>9</sup>, abordam as transformações pelas quais as polícias de São Paulo passaram nesse período. A autora destaca as relações estabelecidas entre as forças policiais e a democracia, discutindo como a organização política, a partir de 1946, influenciou as

4 SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 20(2):71-99. jul./dez. 1995. *Educação&Realidade*. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em 11 mai. 2021.

5 CONNELL, Raewin. **Políticas da Masculinidade**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.

6 Sobre masculinidades no mundo ocidental ver: KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. *Horizontes Antropológicos* – Corpo, Doença e Saúde. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117. 1998.

7 ROSEMBERG, André. As polícias militares nas páginas de Militia (1947-1964). *In*: GALEANO, Diego Antonio; BRETAS, Marcos Luiz. (orgs.) **Polícias Escritores, delitos impresos**: revistas policiaes em América del Sur. 1a. ed. La Plata, 2016. pp. 225-252.

8 BATTIBUGLI, Thaís. **Reforma na polícia paulista** (1946-1964). *Revista Eletrônica FACP*. Ano I, n. 01, Janeiro. 2012. Disponível em: <http://revista.facp.com.br/index.php/reFACP/article/viewFile/1/1> Acesso em: 28 set. 2021.

9 BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo** (1946-1964). Tese. São Paulo: USP, 2006.

principais corporações policiais da época<sup>10</sup>. Para tanto, Battibugli recorreu a um ou outro exemplar da revista.

Ademais, para entendermos a importância do periódico para os policiais, nos atemos a interpretação do Ten. Cel. PM Luis Kiyoshi Munakata<sup>11</sup>, para o qual a importância da revista se vincula, primeiro, a viabilização da emergência do “policial escritor”; segundo, diz respeito à significativa contribuição do periódico para formar as bases que possibilitaram a construção de uma nova identidade para as instituições militares e civil paulistas, que buscavam se adequar ao novo cenário, pós Estado Novo e pós 1946; e a terceira, trata-se de uma narrativa que mescla a história das Polícias de São Paulo com a História da população paulistana.<sup>12</sup>

Para a metodologia referente ao uso de periódicos como fontes para a História, nos fundamentamos em José Miguel Arias Neto (2013)<sup>13</sup> e Tania Regina De Luca (2008)<sup>14</sup>. Tania De Luca (2008) considera que a História da Imprensa e a História do Brasil se confundem, haja vista que são partes intrínsecas da formação do país, contudo, isso não impediu o retardamento em se valer desses materiais como fontes historiográficas<sup>15</sup>.

Baseado nesse olhar metodológico, em primeiro lugar realizamos leituras e discussões sobre a temática; sobre análise de periódicos e conceito de Gênero. A partir dessa fundamentação teórica e metodológica, realizamos levantamento de dados quantitativos da fonte e criamos tabelas e gráficos, seguido de cruzamento

10 Segundo Affonso Henriques (1964) e Marieta Ferreira (2006), o período de 1946 e 1964 é conhecido por uma experimentação da democracia, haja vista que até os governos eram oligárquicos e, entre 1930 e 1945, se configura como a Era Vargas, referenciada por alguns pesquisadores como ditadura varguista, embora sendo mais marcante no chamado Estado Novo (1937 – 1945). A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, para lutar contra os governos nazista e fascista, acabou desgastando o governo de Vargas e, embora tendo o apoio de uma parte da população, traduzido no movimento Queremismo, em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo chegou ao fim com a deposição de Vargas (Ver: HENRIQUES, Affonso, **Vargas e o Estado Novo**. São Paulo, 1964.; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC. 2006.).

11 O qual se declara como uma pessoa com mais de 25 anos de experiência nos ramos de Inteligência, Gestão, Ensino e Legislação, serviu na assessoria do Comando-Geral da Polícia Militar, em especial no Estado-Maior e na Coordenadoria de Assuntos Jurídicos da Polícia Militar, ligado à Consultoria Jurídica da PM (Órgão da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo). Estando, dessa forma, legitimado como responsável pela elaboração do texto introdutório da página digital da Revista *Militia*, criada em 2019 e disponibilizada para consulta a partir de 2020, no site do Arquivo Público de São Paulo. Informações obtidas no LinkedIn do Ten. Cel. PM Munakata. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/luis-kiyoshi-munakata-1b517917b>. Acesso em: 15 fev. 2022.

12 MUNAKATA, L. K. *História da Militia*: Sursum Corda!. Disponível em: <http://revistamilitia.policiamilitar.sp.gov.br/index.html>. Acervo BMP/PMESP. 2019.

13 ARIAS NETO, José Miguel. **Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar**. *Revista Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil, v. 9, n 18, 2013, p. 55-64.

14 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2.ed., I a reimpressão.— São Paulo: Contexto. 2008.

15 A imprensa chegou ainda no período colonial, no entanto, seu uso como fonte para a escrita da História só ocorreu na segunda metade do século XX, sendo que, na década de 1970, ainda eram poucos os trabalhos nesse sentido (LUCA, 2008, p. 111).

dos dados levantados. Após esse processo, voltamos o olhar sobre as capas, observando as repetições relativas às capas das 102 edições analisadas, buscando em sua organização estética, as funções desempenhadas por elas. Tendo em vista nossa problemática, foram enfocados os seguintes aspectos: a cultura histórica da memória e as representações de gênero, percebendo os aspectos imagéticos que marcam concepções de policial, polícia e masculinidade(s).

### **A força pública de São Paulo**

Segundo Battibugli, a força policial é a instituição especializada no controle social, constituindo o aparelho repressivo legítimo do Estado, cuja função é:

[...] resolver, de modo rápido, situações desagradáveis e, muitas vezes, inesperadas. Previne crimes com rondas ostensivas, reprime a execução de delitos e conduz os infratores para o devido julgamento. Protege a vida e a propriedade e é um mecanismo oficial de gerenciamento de relações entre os indivíduos. Além do controle social, ainda presta serviços à comunidade.<sup>16</sup>

No período aqui analisado, as polícias paulistas estavam divididas em três corporações principais: Polícia Civil (PC), Fôrça Pública (FP) e a Guarda Civil (GC) (BATTIBUGLI, 2012, p. 03)<sup>17</sup>. Destacando-se a Polícia Civil como a instituição detentora de maiores competências em detrimento das outras corporações. O que concedia ao delegado o poder de comandar diligências feitas em conjunto com as demais instituições. Embora essas instituições tivessem uma administração, um comando e um sistema de operação próprios, estavam subordinadas à Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Tanto a Fôrça Pública quanto a Guarda Civil estavam legalmente enquadradas como "agentes de execução" (BATTIBUGLI, 2012, p. 05). Dentro desse contexto, havia uma rivalidade entre seus agentes. Um dos motivos para a existência desse conflito era que os policiais<sup>18</sup> da Fôrça Pública acatavam apenas às ordens de seus superiores hierárquicos, não reconheciam as ordens de agentes da Polícia Civil. Apesar de ter, legalmente, menos poderes do que Polícia Civil (polícia judiciária), a Fôrça Pública era a maior corporação policial paulista, pois contava com um efetivo cerca de três vezes

---

16 BATTIBUGLI, 2006, p. 07.

17 Outras instituições da época eram a Polícia feminina, a Polícia Marítima e Aérea, a Polícia Rodoviária.

18 Também chamados de milicianos e de soldados da Fôrça Pública.

maior que a primeira, e com o dobro de agentes da Guarda Civil (BATTIBUGLI, 2012, p. 04-05).

A Fôrça Pública, desde sua gênese, era uma corporação militar com treinamento realizado pelo Exército, e considerada uma força reserva e submissa a este, tanto que não tinha dentre seus quadros a patente de General (BATTIBUGLI, 2006, p. 211).<sup>19</sup> Com isso, a instituição poderia atuar em conflitos internos e externos, entretanto, grande parte de sua atuação se restringia ao patrulhamento e atividades nas quais não era exigido o treinamento militar que recebiam, além da conflituosa subordinação ao delegado da Polícia Civil. No entanto, devido seu caráter militar, respeitavam como instância superior o Exército Brasileiro, seguindo a hierarquia de comando. Os milicianos<sup>20</sup> da Fôrça Pública valorizavam a disciplina, a hierarquia e a doutrina militar (BATTIBUGLI, 2012, p. 06).

O acirramento das tensões entre as instituições policiais do estado de São Paulo, no período de 1945 e 1964, estão relacionadas a uma proposta de reforma das corporações. Pois o desejo da Fôrça Pública era ser hierarquicamente superior à Polícia Civil, privilegiando as características puramente militares.

### **A revista *Militia***

“MILITIA” destina-se precipuamente a tratar de assuntos da Fôrça Pública de São Paulo e de seu Clube de Oficiais, difundindo notícias e conhecimentos técnicos policiais-militares, assuntos culturais de Ciência, Filosofia e Artes, e bem assim debates sobre problemas de interesse geral.

A colaboração é franca a todos, porém, não será possível a publicação de trabalhos políticos-partidários ou religiosos-sectários, os quais não se enquadram no programa desta Revista. Os originais não serão devolvidos. Outrossim, a Revista não assume responsabilidade de conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.<sup>21</sup>

Abordamos aqui as características do periódico publicado pela Fôrça Pública, a Revista *Militia*, a qual “se estendeu com pequenas variações de estilo, periodicidade e tamanho até julho/agosto de 1964, 103 edições depois, sempre encerrada no

---

19 Como especificado no artigo 183 da Constituição Federal de 1946: “Art.183 – As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.” (BRASIL. **Constituição (1946)** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946).

20 Nesse momento o conceito era utilizado para se referir a uma força paralela ao Exército, o que define bem os agentes que atuavam na Fôrça Pública.

21 *MILITIA*, ed. 1, 1947, Expediente.

formato de 22 cm X 15 cm, fornida com mais de 80 páginas” (ROSEMBERG, 2016, p. 225).<sup>22</sup> No expediente da primeira edição (1947) encontramos a nota reproduzida acima provavelmente elaborada pela redação, pois se encontra sem assinatura. A nota que contém três parágrafos, traça, em poucas linhas, o propósito da revista, seu público-alvo e as principais diretrizes da revista sobre assuntos a serem publicados.

Nos últimos meses de 1947, a primeira edição da revista chegava aos milicianos da Fôrça Pública de São Paulo e, conjuntamente, à população civil que tivesse interesse. A revista não surgiu de um breve projeto, tampouco se iniciou do interesse de poucos, tratava-se da continuação de um antigo empreendimento, a “Revista Militar Paulista”, editada nos idos de 1930, de acordo com os arquivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e com a nota introdutória ao acervo virtual do periódico Revista *Militia*, elaborada pelo Ten. Cel. PM Munakata (2019).

O período de publicação da revista, como cita Rosemberg (2016), está inserido nos anos da chamada “experiência democrática”, período que compreende os governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964)<sup>23</sup>. Esse período foi marcado por alvoroços, com as políticas que ficaram conhecidas como populistas, dado o pano de fundo de serem políticas voltadas a população<sup>24</sup>. Antes disso, dentro da corporação, no final da década de 1950 e início da década de 1960, alguns conflitos de ordem profissional e política estavam ocorrendo nos quartéis, tais como as chamadas insubordinações de janeiro de 1961, cujo gatilho foi a contestação por melhores condições de trabalho e reconhecimento por parte dos oficiais e superiores em relação ao trabalho dos soldados de baixa patente, cujo ápice da ação foi uma greve na Fôrça Pública, em janeiro de 1961 (BATTIBUGLI, 2010; ROSEMBERG, 2016.).

Produzido na sede da corporação — a qual contava com uma tipografia própria instalada em sua sede, no bairro Bom Retiro, próximo à Estação da Luz (São

---

22 O historiador usou como fonte os exemplares impressos da Revista *Militia*. Contudo, Rosemberg não diz o motivo de sua escolha temporal ao não trabalhar todas as edições do periódico.

23 A Constituição de 1946 marca a primeira experiência democrática do país, conhecida como Quarta República ou República Populista. Ela garantia princípios democráticos, embora com ressalvas para o conservadorismo, como a proibição do voto dos alfabetos, também defendia valores liberais. Essa Constituição vigorou até 1967, quando foi substituída pela Constituição outorgada pelo governo militar de Castelo Branco. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 432., p. 396; FERREIRA, 2013, p. 13-46.

24 Como exemplo, Rosemberg cita a reforma agrária, proposta por João Goulart e que serviu de pretexto para o Golpe Civil-militar de 64 (2016, p. 227).

Paulo) —, o intuito declarado do periódico era “[...] difundir notícias e conhecimentos técnicos policiais militares, assuntos culturais de Ciência, Filosofia e Artes, e bem assim debates sobre problemas de interesse geral” (*MILITIA*, ed. 1, 1947, Expediente). Ademais, a revista buscava dar visibilidade a “aspectos culturais gerais” e tratar de assuntos pertinentes aos policiais militares, tendo um campo multifacetado de abrangência. A revista ainda publicou, ao longo de duas edições (janeiro/fevereiro e março/abril de 1948), o chamado “Regulamento *Militia*”, onde estão contidos os deveres da equipe editorial, as competências dos envolvidos — diretor, redator-chefe, redatores, gerente, secretário — bem como os procedimentos a serem seguidos como linha editorial. Segundo o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP, 2019)<sup>25</sup>, ao longo das primeiras edições, a circulação da revista era somente interna, porém, com o passar do tempo o seu comércio foi expandido ao público civil.

Destacamos que *Militia* teve seu nome divulgado em outros impressos da época, nos quais haviam reproduções de trechos da Revista, dentre eles estão periódicos como “Correio Paulistano” (1950 a 1959), “Revista A Cigarra” (1917 a 1975), “Diário da Noite” (1927 a 1980), “A Gazeta Esportiva” (1955 a 1958) e “Jornal de Notícias” (1946 a 1951)<sup>26</sup>, sendo possível observarmos algumas referências à Revista *Militia* e que são relativas a divulgações oficiais do Clube Militar.

## Assinaturas

Ao longo de sua existência, o periódico foi vendido por assinaturas (anual e semestral) e com as possibilidades de compra dos números de forma avulsa. Observando a variação de preços das edições vendidas anualmente, constatamos que o valor das assinaturas anuais não ultrapassou, em média, 2,38% do salário-mínimo nominal, no período de 1947 até 1964<sup>27</sup>. Ou seja, financeiramente era

---

25 SÃO PAULO, Arquivo Público do Estado de. **Arquivo Público e Polícia Militar firmam parceria para digitalização de revista.** APESP/Comunicação. 28, nov, 2019. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/noticias/ultimas/ver/arquivo-publico-e-policia-militar-firmam-parceria-para-digitalizacao-de-revista> Acesso em 25 nov. 2021.

26 Os periódicos estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

27 O salário nominal é aquele que não considera os valores inflacionários, trata-se do total bruto do valor, sem considerar o salário real, que diz respeito ao poder de compra. Sobre o salário mínimo nominal, consultamos Battibugli (2006, p. 263) e o site do Governo Federal do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), disponível em: <http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M#:~:text=Ipeadata&text=Coment%C3%A1rio%3A%20O%20Sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20nominal,de%20diferentes%20C3%ADndices%20de%20pre%C3%A7o.> Acesso em: 24 jul. 2022.

acessível à tropa e a civis, caso estes tivessem interesse em seu perfil editorial. A saber, o menor posto da Fôrça Pública, no ano de 1947, tinha como soldo o valor de Cr.\$ 786,29; e, no ano de 1964, último ano da revista disponibilizado no site, o soldo recebido era de Cr.\$ 844,28, contando com algumas variações no intervalo desse tempo (BATTIBUGLI, 2006, p. 261). Ao analisarmos os dados levantados por Battibugli (2006, p. 261) sobre o soldo dos milicianos, juntamente, com o preço das assinaturas anuais, encontrados na própria revista e comparando com o preço do pão francês, foi possível assegurarmos que a assinatura anual do periódico era financeiramente viável, tanto aos praças da Fôrça Pública quanto aos demais cidadãos que tivessem interesse em adquirir o periódico.<sup>28</sup>

Além das assinaturas, a revista era financiada por anúncios de diferentes produtos, tais como a cerveja Malzbier da Brahma (*MILITIA*, ed.3, 1948, p. 10); anúncio de sabão; de fábricas de roupas, calçados; produtos alimentícios e de uso pessoal e doméstico. Todas as propagandas ficavam dispersas ao longo das matérias e notícias. Não havia uma padronização dos produtos divulgados na revista, que constavam no final ou em meio as matérias.

### **Editoriais, expedientes e periodicidade**

A primeira edição começa com uma "Saudação do Comando", feita pelo Cel. Cmt. Geral Eleuthério Brun Ferlich, na qual, iniciando com "Meus Camaradas", dava as boas-vindas à revista que acabava de surgir, apontando-a como "filha do ideal e da cultura", baseada no "trabalho" e na "tradição" (*MILITIA*, ed. 1, 1947, p. 1). Nesse mesmo exemplar, temos um texto introdutório, intitulado "*Sursum Corda!*"<sup>29</sup>: expressão evangélica em latim que significa "elevem seus corações" ou "corações ao alto!", dependendo da tradução.

De acordo com a análise dos expedientes, editoriais e sumários, ao longo da publicação do periódico, analisamos que a redação da *Militia*, estava sob total responsabilidade de policiais da corporação, em particular do quadro de oficiais. São

---

28 Os dados referentes ao valor do preço do quilo de pão francês utilizado para a comparação com o preço das assinaturas, foi retirado do periódico diário e vespertino "A Noite (RJ)" -1960-1964-. É possível encontrarmos os dados nas seções "A dança dos preços II" (ed. 15757 (1), p. 5. 17/6/1961.) e "A dança dos preços III", (ed. 15758 (1), p. 3. 19/6/1961), tal periódico possuía sede no Rio de Janeiro e era também difundido para todo o Brasil. "A Noite" está disponível na Biblioteca Nacional Digital Brasil (<https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>).

29 De autoria do Cap. Arrisson de Souza Ferraz, um dos principais fomentadores da revista no período, apresentava a revista como sendo "carinhosamente aguardada" e uma continuação da "Revista Militar Paulista".



poucas as edições com escritos de praças. Sua produção era feita na sede da Fôrça Pública de São Paulo (*MILITIA*, ed.2. 1948, p. 01).

Após analisarmos os 102 exemplares, constatamos a seguinte periodicidade: 25,5% (26 ed.) foram publicadas mensalmente; os outros 74,5% (76 ed.), foram publicações bimestrais. No início publicada bimestralmente, no período que compreende as 31 primeiras edições (1947 – 1952); passou a ser mensal de janeiro de 1953 a dezembro de 1954 (ed. 32 a 54) – totalizando dois anos de publicações contínuas. Em agosto de 1959, foi publicada uma edição especial (ed. 82), e a partir de agosto de 1960 as publicações passaram a ser bimestrais novamente.

Analisando a relação entre o orçamento destinado à Fôrça Pública e o percentual de inflação anual, entendemos que esses fatores foram determinantes para a existência dessas nuances. Segundo Battibugli (2006), de 1948 e 1951, o governo Adhemar de Barros adotou medidas que foram de favorecimento à corporação, mas o mesmo não aconteceu com o seu sucessor e herdeiro político, Lucas Nogueira Garcez (1952-1955). Na sequência, de 1956 a 1959, Jânio Quadros, opositor ao Adhemarismo, defendeu publicamente os parâmetros de uma polícia ostensiva de caráter civil (Guarda Civil), em detrimento da polícia militarizada. Importante observar que em meio a esse contexto de defesa de uma segurança pública não militarizada, foi criado o chamado “Corpo de Policiamento Feminino”, que era subjacente a Guarda Civil (MOREIRA, 2011)<sup>30</sup>. Notamos que em alguns governos a existência do periódico foi garantida por políticas orçamentárias que possibilitavam isso, todavia, nem tudo se resume a isso. Embora haja edições posteriores ao ano de 1964, a partir desse momento, com base no que foi analisado até o presente momento, observou-se que a revista estava entrando em declínio.

A saber, houve tentativas de manutenção do periódico frente ao seu enfraquecimento notado a partir da década de 1960. O editorial, intitulado “Fale de *Militia*”, se configura como um apelo, em tom de desespero e desabafo, que pede aos leitores que lhes digam o motivo do declínio da revista. Trata-se de uma clara tentativa de se manter em circulação, por meio do apoio e da ajuda de seu público para melhorar. Além disso, na página seguinte, há uma matéria que se refere a saída

---

30 MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias:** a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Subjetividades – Florianópolis, 2011.

do Cel. Efraim Braitschita Lastebasse do cargo de diretor do impresso, posto que ocupava desde 1961. Mesmo capitulando, na matéria é enaltecida a figura do coronel, que esteve à frente da revista durante a crise institucional de 1961<sup>31</sup> e que teria levado “[...] as informações esperadas pelo público” (*MILITIA*, ed.102, 1964, p. 4). Além disso, destacam um passado em que revista “periclitou por mais de uma vez”, mas que “continuou e continuará a ser editada”, pois, trata-se do “órgão representativo dos interesses dos policiais militares de todo o Brasil” (Idem). O terceiro caso foi outro pedido de socorro, na última edição (ed. 103/1964), na seção dos leitores, em que um leitor identificado como 1º Tenente “ref. 56”, o qual questionava o que estava acontecendo com a revista, cujo projeto era sair mensalmente, porém, havia passado a ser semestral. Ele diz: “O que falta? — Pessoal? — Dinheiro? — Fala comigo, primo... Sou 1.º ten. ref. 56.” (*MILITIA*, ed.103, 1964. p. 8), evidenciando, de um lado, o descontentamento do militar reformado, que assiste à situação de derrota; de outro, se colocando como disposto a investir na continuidade do periódico.

### **Equipe editorial**

Em relação a equipe responsável pela *Militia*, a partir de levantamento de dados, observamos que o periódico passava por mudança na direção a cada dois anos, e os cargos de direção de redação e de redator-chefe, eram ocupados, majoritariamente, por coronéis e majores. Como exceção a esse período de dois anos, foi a direção do Cel. José Anchieta Torres, que ficou nesse cargo por sete anos (1951/1958), sendo o diretor-geral que ficou mais tempo a frente do periódico. Outras exceções dizem respeito aqueles que ficaram menos de um ano na direção da revista. Alguns lançaram apenas um número do periódico, como foi o caso do Cel. Rubens Teixeira Branco, que publicou apenas a edição 88 (Set./1960).

Constatamos que a ocupação do cargo de diretor geral era majoritariamente de coronéis reformados, por isso inferimos que à medida que alguns oficiais iam se aposentando poderiam assumir a direção da revista. Contudo alguns oficiais da ativa

---

31 A crise institucional de 1961, refere-se a um conjunto de fatores que teve início em agosto daquele ano, quando Jânio Quadros renunciou o cargo. Segundo pesquisadores, sua intenção era ser recolocado no poder pelo povo, todavia, não foi o que ocorreu, gerando um cenário de instabilidade política após a posse de seu vice, João Goulart, recusado pelos militares e bases conservadoras, que temiam a implementação de um governo comunista. Ver: SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 432.

ocuparam essa função. Através do cruzamento de dados entre aos nomes dos presidentes do Clube de Oficiais, os comandantes da Fôrça Pública e os diretores gerais da revista, inferimos que este último não era, necessariamente, ocupado pelos demais. Porém, os nomes se relacionam a uma elite policial. Alguns (ex)comandantes da instituição assumiam como presidentes do Clube de Oficiais, enquanto outros eram responsáveis pela direção da revista. Em alguns casos poderiam ser responsáveis por ambos, em períodos diferentes, como é o caso do Cel. Rubens Teixeira Branco<sup>32</sup> que em 1952 esteve à frente do Clube de Oficiais, foi comandante da Fôrça Pública durante o ano de 1956, e em setembro de 1960 ocupou o cargo de diretor geral da revista. Tudo indica que os oficiais policiais dos altos extratos transitavam por essas funções.

O primeiro diretor da *Militia* foi o Cel. José Sandoval de Figueiredo, descrito como possuidor de conhecimentos táticos militares, professor, fluente em línguas estrangeiras que facilitariam a tradução de regulamentos militares (FERRAZ, 2012)<sup>33</sup>. Além disso, consta como incentivador da criação da “Academia de Letras Militares”, dentro da Fôrça Pública, o que em um primeiro momento, “germinou” na *Militia*, demonstrando o desejo, a idealização de um policial intelectual à frente da revista. Outro nome de destaque é o do Cel. Rubens Teixeira Branco, já mencionado. Como Presidente do Clube Militar, criou a Colônia de Férias da Polícia Militar de São Paulo, na cidade de Campos do Jordão – destinada para militares e civis –, isso antes de chegar à direção da *Militia*. Cabe mencionar ainda os nomes do Cel. Coriolano de Almeida Júnior e do Cel. José de Anchieta Torres, que embora a revista não apresente informações sobre eles, posteriormente foram homenageados com nomes de ruas na cidade de São Paulo<sup>34</sup>. Como já observado, os responsáveis pela direção da revista

---

32 GODOY, Oscar Ribeiro de. **Coronel Rubens Teixeira Branco**. Campos do Jordão *Cultura.com.br* Disponível em: [http://www.camposdojordaocultura.com.br/baudojo\\_rdao/faciculo23.asp](http://www.camposdojordaocultura.com.br/baudojo_rdao/faciculo23.asp). Acesso em: 1º dez. 2021.

33 Saudação escrita pelo Cel. Arrison de Figueiredo Ferraz, em 1958, sendo publicada na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. A saudação foi transcrita em 2012 pelo blog “Carinhonha”. Ver mais em: FERRAZ, Arrison de Figueiredo. **Saudação ao Cel. José Sandoval de Figueiredo**. In: Cel. José Sandoval de Figueiredo. *Carinhonha*, 2012. Disponível em: <http://carinhonha.blogspot.com/2012/01/cel-jose-sandoval-de-figueiredo.html> Acesso em: 1º dez. 2021.

34 Em São Paulo, rua Ministro Coriolano de Almeida Júnior – Vila Dom Pedro I, São Paulo – SP, 04275-030; R. Cel. José Anchieta Törres – Vila Paulistana, São Paulo – SP, 02319-170.

tinham a patente de coronel ou tenente-coronel; e na chefia da redação major, capitão ou 1º tenente<sup>35</sup>.

### **Temas e Seções da *Militia***

Os temas tratados na revista eram espinhosos, como destaca Rosemberg (2016). Principalmente as matérias que versavam sobre o espaço social ocupado pela Fôrça Pública – ou que deveria ocupar – e sua relação com outras instituições policiais, com o Exército e a sociedade civil. Trazia textos com reivindicações profissionais, além de ter servido de “palanque para posicionamentos políticos” (ROSEMBERG, 2016. p. 226), embasados pelos eventos ocorridos na Quarta República (1946-1967). Deixando claro, nessas passagens a função e o papel social dos agentes e das instituições policiais, abordando de forma eloquente os tópicos sobre a unificação das polícias, sob a égide da Fôrça Pública e a subordinação ao Exército.

Rosemberg (2016) aponta que, em suas 102 publicações, o debate sobre a reforma da Lei Base das Polícias era constante, pois tinha como foco a reorganização, pelos Estados e pela União, das Polícias Militares, consideradas reservas do Exército (Lei n. 192/1936.)<sup>36</sup>. Diante disso, as polícias militares e estaduais, não sendo, portanto, só os milicianos da Fôrça Pública, reivindicavam “a federalização, a unificação e a elaboração de uma lei regulatória que substituísse a norma vetusta” (ROSEMBERG, 2016. p. 230). Estas reivindicações estavam atreladas a outra luta dos policiais, que era a delimitação de uma identidade policial militar. O problema era que cada Instituição queria ter maiores poderes perante as demais, por exemplo, as policiais da Fôrça Pública, só aceitariam a unificação se a instituição militarizada de cada estado ficasse no comando das demais polícias. Para eles, só assim seria possível a criação de tal identidade, pois as instituições seriam completamente padronizadas em seus uniformes e na doutrina. Isso, porém, requeria a existência de uma lei para regulamentar e delimitar as funções dos policiais diante do novo cenário político. Essa luta se fez presente em muitas edições da revista.

---

35 A hierarquia militar da Fôrça pública obedecia à ordem ascendente em relação a praças: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente. Em relação aos oficiais: aspirante a oficial, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

36 BRASIL. **Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1936**. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. 1936.

Na primeira edição, por exemplo, encontramos a seguinte matéria: “O Problema do Petróleo no Brasil”, onde se declara que a diretoria do Clube Militar “tem em vista trazer a debate, para esclarecimento de nossos camaradas de farda e civis interessados, os problemas econômicos que dizem de perto com o progresso e a defesa de nossa Pátria.” (*MILITIA*. ed. 1. 1947, p. 25). O Clube Militar, por meio dessas matérias, vinha somar à campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou o Brasil em 1947. Campanha que tinha o intuito de impedir a aprovação do projeto, lançado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), de flexibilizar a comercialização do petróleo. Essa campanha uniu civis e militares nacionalistas, que acreditavam no potencial do país em explorar por si próprio o petróleo.

Observamos também matérias referentes a outros debates políticos, dentre eles a carestia de vida; eleições para o governo estadual; greves, tais como a greve dos policiais em janeiro de 1961. Sobre os assuntos voltados a carreira e ação policial, destacamos: mudanças na legislação, salários, aposentadoria e outras benesses e direitos. Ressaltamos ainda os temas voltados para a construção da memória institucional: a evocação de memórias e da História oficial e outras reminiscências, através de textos em homenagem aos heróis e feitos do passado. Os textos eram publicados em meio a notícias sobre promoções, falecimentos, cursos, comemorações, concursos e visitas de autoridades. Além de matérias sobre cinema, literatura, teatro, viagens, sociologia e psicologia, como são denominadas. O entretenimento ficava por conta da chamada página feminina, as pensatas e as charadas (ROSEMBERG, 2016). Trata-se, portanto, de um periódico com uma miríade de assuntos, visando se fazer interessante a diferentes públicos, sejam eles militares e civis, homens e mulheres.

A respeito da autoria dos textos, verificamos a assinatura de coronéis, capitães, tenentes, mas também eram publicados artigos de articuladores civis, tais como advogados(a), padres e professores, em sua maioria homens. Importante apontar que a revista publicou alguns textos de mulheres. A advogada e professora de Direito Esther de Figueiredo Ferraz<sup>37</sup>, por exemplo, escreveu alguns. Um deles se refere a idealização de participação de mulheres na Polícia: “Atribuições de uma polícia feminina” (*MILITIA*, ed.49, 1954, p. 32-36). Outra autora é Cleusa Veloso, descrita

---

37 Primeira mulher a ocupar o posto de ministra do estado (pasta da educação) durante o governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), entre 1982 e 1985.

como professora de Sociologia, que escreveu sobre a disciplina curricular de Sociologia (*MILITIA*, ed. 37, 1952, p. 16). Ou ainda um poema - "Velhinhos" - publicado na primeira edição da revista, e assinado por "doutora Estelita Ribas" (*MILITIA*, ed. 1, 1947, p. 24). De qualquer forma os temas e autores são, principalmente, sobre assuntos considerados masculinos e escritos por homens.

Como seção fixa, a revista tinha: a chamada "Página Feminina", no meio da revista; a seção humorística; e as "cruzadinhas", ambas nas últimas páginas. A seção humorística trazia charges, trocadilhos, piadas e charadas, todavia, com o passar do tempo acabou ficando apenas as palavras-cruzadas que faziam parte da "secção de recreação". As piadas e trocadilhos eram de temas amenos, mas aparecem alguns que com chacotas sobre traição e violência física, inferiorizavam as mulheres (por ex: ed. 01, 1947. p. 70).

A chamada "Página Feminina", assinada com nomes femininos, esteve presente na revista em dois momentos. Foi publicada a partir da 1ª edição (nov./dez./1947) até a quarta (maio/jun./ 1948) e era assinada por "Maria Lúcia", sobre quem não dispomos de informações. O segundo momento diz respeito a volta da circulação da seção que havia sido interrompida após a quarta edição, a partir de janeiro de 1953 até dezembro de 1956, renomeada de "Secção Feminina", e assinada por "Rita de Cássia". A única informação encontrada na revista dizia que Rita de Cássia, era "bacharelada da Escola de Jornalismo 'Casper Libero' na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo" (*MILITIA*, ed. 50, jun. 1954, p. 68). Os assuntos das seções eram sobre moda, beleza, cuidados com a casa, além de trazer receitas, dicas de produtos para limpeza da casa, e conselhos amorosos. Não havendo diferenças perceptíveis nas secções a partir da mudança das assinaturas.

A preocupação em ter uma "página feminina" em uma revista policial militar está posta na primeira publicação. Segundo a declarada Maria Lúcia:

Leitora amiga: Especialmente para você, minha querida, os dirigentes desta revista resolveram fazer esta página. Aqui trataremos de tudo, mui simplesmente, que possa interessar a uma boa dona de casa, laboriosa e elegante: Cozinha, conselhos sobre decorações de casa, como receber convidados, elegância feminina e beleza. Procuraremos, também, responder a todas as perguntas sobre o assunto. Estas poderão ser enviadas à redação desta revista.<sup>38</sup>

---

38 Maria Lúcia. *MILITIA*, ed.1, 1947, p. 38.

Direcionada a mulheres, fica evidente a concessão dada pelos dirigentes da revista à inclusão de assuntos ditos femininos para a “bôa dona de casa, laboriosa e elegante”. Dessa forma e somando às colunas humorísticas e lúdicas, tudo indica que nesse momento, o projeto editorial da revista tinha por foco a “família policial”. De acordo com Celso Castro (2018)<sup>39</sup>, “família militar” diz respeito a uma estrutura básica da identidade militar, embora seja semelhante à tradicional, ela possui algumas especificidades. Sobre tais especificidades apontamos, em acordo com as psicólogas Marília Gabriel e Marli Sattler, que “os papéis são mais rígidos e baseados na divisão por gênero, ou seja, o homem teria um lugar em que garante a ‘lei e a ordem’, sendo o provedor, e a mulher é a mãe que cuida dos filhos, do marido e da casa, garantindo a harmonia da família” (GABRIEL & SATTLER, 2019, p. 17)<sup>40</sup>.

Com base no exposto acima, entendemos que havia uma delimitação de atividades ditas masculinas – policiais – e outras orientadas para um pretensão público feminino, haja vista, ser uma revista policial, meio no qual a participação de mulheres era pouca e cheia de ressalvas, pois “historicamente, mulher e policial são categorias que foram construídas como excludentes entre si” (MOREIRA, 2009, p. 1)<sup>41</sup>. Sabendo que, para Joan Scott (1995) “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86), algumas relações de poder são decorrentes da qualificação baseada no sexo percebido. A percepção dessa dicotomia e da delimitação do (de um) feminino/masculino, simbolicamente, dentro dos parâmetros do privado/público, se encontra demarcada no interior do periódico.

### As capas da revista Militia

A capa de um periódico tem a função de prender a atenção do(a) leitor(a), chamando à leitura. É com a capa que as pessoas têm um primeiro contato com a revista, e ela será a responsável por instigar o(a) leitor(a) a querer ler o conteúdo do

39 CASTRO, Celso. **A família militar no Brasil: transformações e permanências**. FGV Editora. 2018.

40 GABRIEL, Marília Reginato; SATTLER, Marli Kath. **As especificidades do casal militar: uma contribuição à psicoterapia conjugal**. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 15-25, dez. 2019.

41 MOREIRA, Rosemeri. A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil [1940-1950] [em linha]. **I Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género**, 29 y 30 de Octubre de 2009, La Plata, Argentina. En Memoria Académica. 2009.

periódico. Diante disso, atentas a categoria Gênero, analisamos as capas da *Militia* observando o *layout*, as padronizações, as repetições de temas, a narrativa visual. Em um primeiro momento, alguns aspectos chamaram a atenção quanto a composição das capas, como o jogo de cores – duas ou três - que marcam parte das edições e que contrastam entre si; o título do periódico; além, das imagens que em alguns casos estão explícitas em seu simbolismo e em outras se revelaram verdadeiras incógnitas.

A partir da catalogação e análise das 102 capas da Revista *Militia* observamos que 84% são compostas por fotografias; 6% por alegorias<sup>42</sup>; 2% se referem a aquarelas<sup>43</sup>; 9% se referem a telas. Com relação ao *layout* das capas, observamos que as seis primeiras edições trazem capas em duas cores, contrastando com a imagem central, colocada em formato geométrico de um trapézio retângulo, com título da revista em branco e na diagonal (fig. 1), e com o brasão do Estado de São Paulo, em P&B, no canto superior esquerdo.

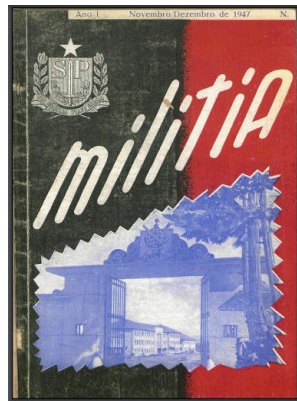


Fig. 1 – Revista *Militia*, ed.1/1947.

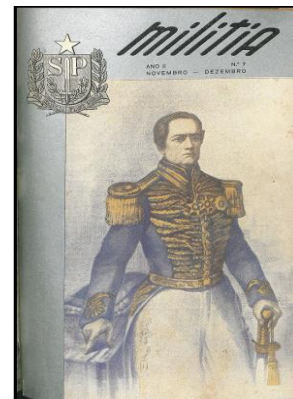


Fig. 2 – Revista *Militia*, ed.7/1948.

Após um ano de publicação, a revista adotou um *layout* mais profissional, contrastando com o amadorismo das primeiras capas. Em cores suaves, imagem, título e brasão estão integrados. Este último, agora cuidadosamente delineado (fig. 2). O brasão de São Paulo é composto por um escudo português e uma espada com o punho voltado para baixo, sobre o cruzamento de um ramo de louro e um de carvalho, à direita e esquerda, respectivamente. A lâmina da espada separa as letras "SP". O timbre é uma estrela de prata. O suporte que envolve o escudo são dois ramos de cafeeiro com frutos e hastes que se cruzam na parte de baixo. Por fim, o

42 Figuras de estilo utilizada nas artes visuais e na literatura para expressar sentimentos e ideias abstratas.

43 Um tipo de pintura feita com tintas diluídas em água.



lema se encontra gravado em uma faixa, logo abaixo da base do escudo, ele está em latim e traz os dizeres: *PRO BRASILIA FIANT EXIMIA* – “pelo Brasil façam-se grandes coisas”.<sup>44</sup> O brasão, no entanto, não é uma constante em todas as capas. Estando presente em 31 edições. Nas 27 primeiras edições: de nov./dez. de 1947 a mar./abr. de 1952, quando então desaparece. O brasão retorna nas edições: 50 (jul. 1954), 64 (jul./ago. 1956), 65 (set./out. 1956) e 67 (jan./fev. 1957). Em todas as ocorrências, o brasão está localizado na parte superior ou próximo a ele e, sempre, do lado esquerdo. As cores usadas não são as cores oficiais, pois é feito apenas o contorno do símbolo: ora ele é feito em preto, ora em branco, ora aparece vermelho, ou verde, ou ainda em azul. A maioria segue o padrão de repetir a cor com a qual o título “*Militia*” foi escrito.

A capa da primeira edição, traz um desenho, sombreado em azul, do pórtico da sede da corporação, situada no bairro Bom Retiro, como se fosse um convite ao leitor a adentrar na caserna. A revista se coloca como essa porta de entrada (fig. 1). As primeiras capas traziam: fotografia de alunos oficiais em marcha durante as festividades do aniversário de São Paulo (25 de janeiro, ed. 2/1948); desenho de milicianos a cavalo e sobre a Bandeira de São Paulo; ou prestando juramento, montados (ed. 4/1948); fotografia do Monumento da Independência, na edição de setembro e outubro daquele ano. Algumas capas trazem milicianos montados a cavalos, imagem símbolo do fazer da instituição (ed. 5/1948; ed. 32/1953; e ed. 59/1955). Nessas séries foi possível perceber a exaltação de valores militares tais como a força da instituição e de seus agentes, bem como ficam evidentes, noções associadas a masculinidade: coragem e bravura. Em nenhuma das 102 capas, existe menção ou destaque às mulheres que entraram para o Corpo de Policiamento Feminino, em 1955, na Guarda Civil, configurando a exaltação da Fôrça Pública e o consequente silenciamento das demais instituições de segurança.

Destacamos uma capa dedicada exclusivamente aos Inconfidentes Mineiros (ed. 3/1948), onde prevalece o uso das cores azul, vermelho e branco. Cores da bandeira idealizada pelos inconfidentes, além da fotografia de uma casa, localizada na cidade de Ouro Preto, local descrito como sendo utilizado para os encontros e deliberações das ideias de liberdade. De acordo com a própria revista, a “Casa dos

---

44 Descrição encontrada no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/documentacao/simbolos-do-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em 22 abr. 2022.

Inconfidentes”, trata-se de um “templo para o civismo nacional” devendo, portanto, ser preservada, além de marcar o memorialismo de Tiradentes, que é, também, considerado o patrono das Polícias Militares do Brasil, por sua dedicação e luta à causas consideradas “corretas”.

A ed. 7/1948 (fig. 2) além de inaugurar outro *layout*, se configura como a 1ª capa referente a memória dos heróis. Neste caso se trata de ilustração do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, considerado o fundador da Fôrça Pública<sup>45</sup>. Posto pela revista como um intelectual, político e militar que foi responsável pela criação da “Guarda Municipal Permanente”, e que passou a ser a Fôrça Pública, no ano de 1891. Além dessa edição, mais uma capa (ed. 66/1952) o homenageou novamente, e com a mesma ilustração. Ilustrado como um homem branco, com traços delicados e expressão austera, com o corpo em um ângulo de 45°, olhando para frente, fardado, o brigadeiro apoia a mão direita em um móvel (escrivaninha, mesa), enquanto a mão esquerda está apoiada no cabo da espada, como cabe a um espadachim. No editorial dessas edições o brigadeiro é evocado fazendo alusão ao aniversário da Fôrça Pública. A história da instituição aparece mesclada à história do fundador.

Ainda em relação a reminiscência e homenagem aos heróis, percebemos em demais capas desenhos, fotografias de monumentos, estátuas, bem como reprodução de retratos. Trata-se de vincular a Fôrça Pública ao protagonismo dado àqueles que lutaram pela Independência, como é o caso do mártir inconfidente Tiradentes, presente em duas edições (ed. 9/1949, e ed. 15/1950), e do general San Martín (ed.18/1950), que lutou pela independência da América Espanhola. Ainda os mitificados Bandeirantes, símbolos do estado de São Paulo (ed. 53/1954); e, por fim, os soldados constitucionalistas de 1932 (ed. 11/1949; ed. 23/1951; ed. 58/1955; ed. 64/1956; ed. 76/1958 e ed. 83/1959). A maioria das imagens são de fotografias de monumentos, mas algumas são ilustrações. Em todas essas capas é possível perceber um olhar altivo e sempre para um futuro adiante, por parte dos representados. Tiradentes, por exemplo (fig. 3 e 4), ilustrado em duas capas, é representado como se estivesse nos últimos momentos antes de ser enforcado, com a cabeça erguida

---

45 Também é considerado o patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), um grupo tático dentro da Polícia Militar paulistana, que foi criada em 1º de dezembro de 1970. Ver: POLÍCIA Militar do Estado de São Paulo. **Tobias de Aguiar**: o patrono e símbolo da Polícia Militar e da ROTA. São Paulo: 04 out. 2016. *Facebook*: PMESP (Organização Governamental); POLÍCIA Militar do Estado de São Paulo. **História da PM**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm> Acesso em 30, nov, 2021.

parece fazer uma prece. Representado como um Cristo, que entrega seu espírito, o que se confirma com a presença de um sacerdote no desenho (fig. 4).

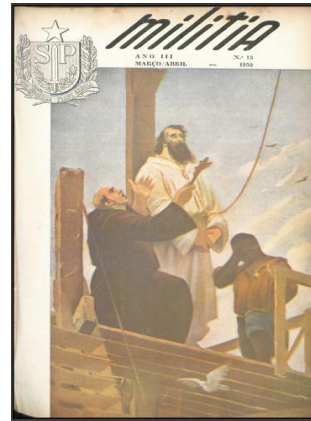
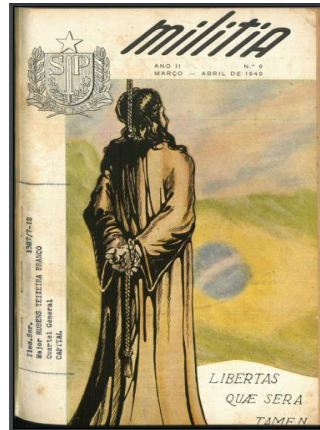


Fig. 3 – Revista *Militia*, ed. 9/1949. Fig. 4 – Revista *Militia*, ed. 15/1950.

Os monumentos que retratam os heróis são imponentes, conferindo um ar de magnitude tal qual a importância daqueles que são homenageados. Trata-se de uma homenagem dentro da homenagem, um reavivamento de valores e ideais defendidos por estes que tombaram, mas que deixaram um legado a ser enaltecido e preservado. Catorze capas estão compostas por monumentos: alguns que representam a fundação de São Paulo e outros que homenageiam os heróis do passado, tais como os milicianos constitucionalistas de 1932. Tudo indica que essas capas são pensadas para promover um reavivamento e/ou conservação da memória, bem como, para uma institucionalização das mesmas. As fotos em P&B, indicam um passado e transmitem ao leitor(a) a ideia de grandeza que subjaz ao monumento concreto. Como é o caso da capa da ed. 17/1950 (fig. 5), composta pela foto do minarete erigido no mausoléu dedicado aos heróis de 32, em que a presença de uma minúscula pessoa parece indicar a insignificância individual frente a instituição e a heroicidade de outrora. O fundo negro apaga o espaço ao redor. Outro exemplo é a capa da ed. 36/1953 (fig. 6), que traz o monumento erigido para homenagear João Ramalho, bandeirante, fundador da cidade de Santo André, importante polo industrial do Estado. Na inscrição do monumento algumas informações sobre Ramalho e o motivo de ser prestigiado com aquela honraria. A grandiosidade do monumento é indicada pelo contraste com o tamanho das pessoas: colossal, se configura na importância do retratado e da cidade que ele fundou.



Fig. 5 – Revista *Militia*, ed. 17/1950. Fig. 6 – Revista *Militia*, ed. 36/1953.

As capas referentes a ideário de heróis apontam ainda personagens contemporâneos: os próprios agentes da Fôrça Pública, com destaque para Dick, um cão pastor da Fôrça Pública, que, conforme a revista, ao morrer bravamente, recebeu honras de herói pelos serviços prestados (ed. 81/1959). Além disso, existem constantes flagrantes de milicianos em desfiles, patrulhamentos e à paisana. Postos como vigilantes, prontos a defender a população. Deixando claro sempre a postura do patriotismo, austeridade, imponência e honra, características associadas ao heroísmo e no masculino.

A partir da ed. 31/1951, novamente surge um novo *layout*, a partir de uma capa composta por uma imagem que passa a ocupar toda a extensão da página. Além disso, essa edição se trata da última capa montada a partir de aquarela (fig. 7). Os desenhos, sobretudo as aquarelas marcaram algumas das edições da revista, tal como as destacadas pelas fig. 7 e 8. A primeira se refere a paisagem da região de Campos do Jordão, local da Colônia de Férias do Clube Militar, batizada de “Fonte do Encantamento”. De forma específica, Campos do Jordão é mencionado três vezes (ed. 31/1952, 72/1957 e 103/1964<sup>46</sup>). A figura da edição 72/1957 trata-se da sede da Colônia de Férias (Campos do Jordão), onde observamos uma foto bucólica de uma casa rústica entre árvores. Ao que tudo indica, o “descansar” dos policiais – encontra um remanso e fuga na ruralidade, frente as agruras da labuta urbana. Pelo menos aos oficiais. A fig. 8, por sua vez, traz a aquarela da Igreja de São Francisco, em Ouro Preto. Não existe nenhuma menção ao tema da capa no corpo da revista, tal fenômeno é recorrente como o exemplo da fig. 11, e que o ponto turístico retratado

46 A edição 103 de 1964 é a última edição disponibilizada no site. Não será abordada a imagem dela, pois optamos por exemplificar outras capas.

não tem nenhuma ligação com a matéria principal da edição, nem consta como ilustrando alguma matéria de menor monta.

O recorrente uso de desenhos e aquarelas, estão relacionados, também, com uma característica marcante de algumas revistas do início do século XX, em que muitas não faziam associação de matérias com a capa. O uso de desenhos, telas e aquarelas também eram usados para compor capas de personalidades sobre as quais quem não havia registro fotográfico, e que transmitissem o sentimento buscado pelos idealizadores das capas.

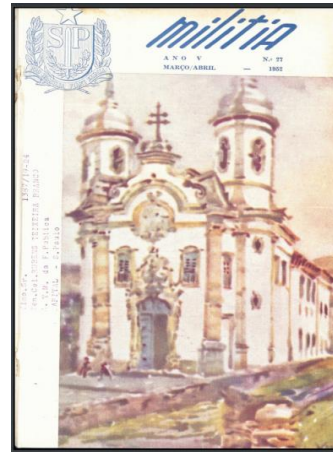
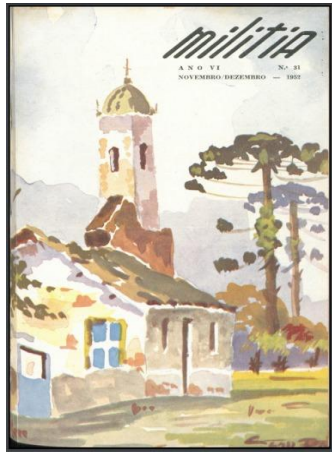


Fig. 7 – Revista *Militia*, ed. 31/1952. Fig. 8 – Revista *Militia*, ed. 27/1952.

Todavia, importante observar que a ed. 32 (fig. 9), marcou o início da predominância da fotografia na composição das capas. Como aponta Kossoy, as fotografias podem ser vistas como uma forma de preservar “a memória visual de inúmeros fragmentos do mundo, dos seus cenários e personagens, dos seus eventos contínuos, de suas transformações ininterruptas” (KOSSOY, 2001. p. 27). Isto é, à fotografia é creditada a possibilidade de interação entre o público e o acontecimento, pois “as imagens funcionam como ponte entre o acontecimento e o leitor, permitindo a esse imaginar o cenário e de alguma forma a ação que ali ocorre” (TAVARES & FERREIRA VAZ, 2005, p. 126)<sup>47</sup>. Esse devir fotográfico crescente na composição das capas pode estar relacionado a partir da necessidade de conferir legitimidade às coisas que são representadas, e que encontrou no uso da fotografia

47 TAVARES, Frederico de Mello Brandão; FERREIRA VAZ, Paulo Bernardo. **Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão.** *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. núm. 27, agosto, 2005, pp. 125-138.

a sua melhor forma de expressão. A fotografia foi considerada, desde sua invenção, até pelo menos os anos 1960, como “espelho do real, que provém do advento da objetividade e da automatização da imagem, que é assimilável a um verdadeiro ‘fenômeno natural’” (ROUILLÉ, 2009, p. 189). Vista dessa forma, como um instrumento de um regime de verdade, considerava-se a fotografia como um documento que reflete uma realidade em determinado tempo e contexto. Uma fotografia-documento, uma verdade.

Na capa da ed. 40/1953 (fig. 10), por exemplo, a imagem traz a uma nuvem de cogumelo, característico de uma explosão atômica. Não há matéria sobre o tema no interior do periódico. Porém, encontramos uma pequena nota, chamada “Nossa Capa” (que acompanha algumas edições) que nos fornece a seguinte descrição: “SÍMBOLO DE UMA ÉPOCA – A última explosão atômica no deserto de Nevada. (Foto liberada pelo governo americano)” (*MILITIA*, ed. 40, 1953, p. 90).

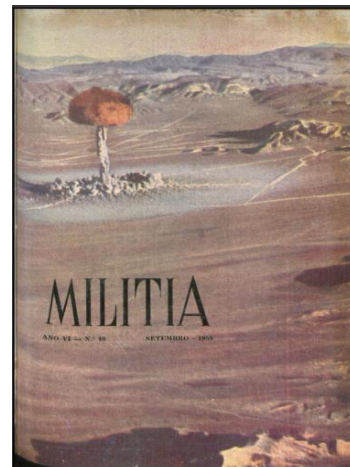
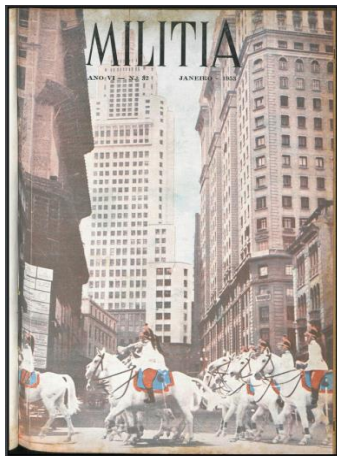


Fig. 9 – Revista *Militia*, ed. 32/1953. Fig. 10 – Revista *Militia*, ed. 40/1953.

Tema constante nas capas da *Militia* é o próprio Estado de São Paulo, com destaque para alguns pontos do estado. A moderna capital: representada no monumento comemorativo da fundação da cidade de São Paulo (ed. 14/1950); a vista parcial da Via Anchieta, que liga a grande São Paulo a Santos (ed. 39/1953); a vista parcial da Praça das Bandeiras (fig. 12), importante espaço público até 1960; a Avenida Anhangabaú (ed. 56/1955), centro da cidade de São Paulo e palco de importantes debates políticos; a vista parcial do Viaduto do Chá (ed. 57/1955), que foi o primeiro viaduto a ser construído em São Paulo; vista parcial da Praça Ramos de

Azevedo (ed. 60/1955), região famosa por abrigar o Theatro Municipal de São Paulo; uma aquarela que aborda o Parque Pedro II (ed. 47/1954), no bairro da Sé, fazendo divisa entre o Centro Histórico de São Paulo e o bairro do Brás; vista parcial do Jardim da Luz (ed. 69/1957), localizada na avenida Tiradentes, na cidade de São Paulo, trata-se de um espaço público, usado como jardim ou parque. Nessas capas, vemos a imponência da cidade de São Paulo, sua força e beleza, o urbanismo e a modernização. Em algumas capas referentes a pontos da cidade, estes estão associados a pelotões da Fôrça Pública e aos monumentos de fundação – que encarnam o Estado e o poder político –, como um orgulho para o Brasil. São capas significativas de uma promoção, um chamamento ao amor ao Estado paulista e a capital e uma declaração de liderança nacional (figs. 11 e 12).

Além da cidade, algumas capas se voltam ao interior do estado: cachoeira de Piracicaba (ed. 86, p. 196, fig. 11), localizada no município de Piracicaba, interior de São Paulo, retratando a beleza e calma das paisagens interioranas do estado. A fig. 11, referente a fotografia em P&B da cachoeira de Piracicaba, traz como manchete: “NESTA EDIÇÃO: Isolado no Hospital da Fôrça o vírus do câncer” (*MILITIA*, ed. 86/1960, capa). No interior da revista há uma matéria onde se debate sobre as pesquisas para a cura do câncer, enfatizando que um corpo de médicos pesquisadores, no Hospital da Fôrça Pública, poderia ter a resposta para a causa da “moléstia” e, conseqüentemente, sua cura. Todavia, a matéria é encerrada, dizendo que até o momento, se tratava de suposições e que tudo está nas mãos dos médicos do Hospital Militar da Fôrça Pública e de seus colegas civis. A fig. 12, em contraste, traz a grandiosidade da capital, a amplitude do movimento e o pulular da população, enfocando mais as pessoas do que os carros. Evoca ainda a importância da região do Anhangabaú para a capital, um dos marcos que separa a “velha São Paulo” da “moderna São Paulo”.

Estas duas capas (fig. 11 e 12) nos trazem um contraste entre a vida urbana e a calma e tranquilidade da natureza. Mesmo em contraste, estão associadas a um mesmo tema: a completude de um estado que, urbanizado, moderno, não deixa de ter paisagens de uma natureza privilegiada. Uma cidade – e estado – movimentada e moderna, contudo, sem deixar de mostrar as belezas naturais interioranas. É como se essas capas nos dissessem que o Estado de São Paulo é diversificado: além da

modernidade da cidade, da euforia do grande centro urbano, existe o remanso e serenidade do interior.

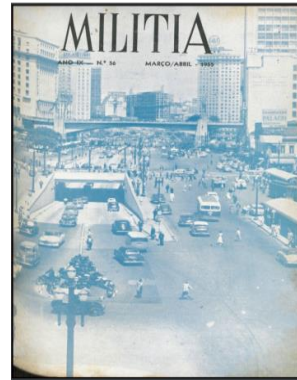
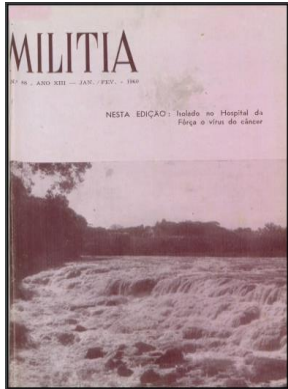


Fig. 11 – Revista *Militia*, ed.86/1960. Fig. 12 – Revista *Militia*, ed. 56/1955.

Desfiles e paradas também são significativos constituindo uma série importante de capas, em um total de sete. Nesses desfiles retratados, somente um não é referente aos milicianos da Fôrça Pública. Se tratava do desfile da Rainha do Café (ed. 98/1962). Os desfiles dos milicianos, retratados nas capas, ocorriam em três momentos: aniversário de São Paulo (25 de janeiro); 9 de julho (Revolução Constitucionalista de 1932); e em 7 de setembro (Proclamação da Independência). Os desfiles de 7 de setembro eram realizados em frente ao Palácio do Ipiranga, próximo ao Monumento à Independência destacam o poderio militar e o ordenamento estatal. Os desfiles referentes ao aniversário do Estado de São Paulo ocorriam, por sua vez, na praça do Pátio do Colégio, local demarcado como da fundação do Estado e da cidade.

Poucas capas trazem temáticas que não se referem a São Paulo. É o caso das edições 73 (1958) e 74 (1958), respectivamente, que contém a fotografia de uma fazenda localizada em Nova Friburgo e outra é uma queda d'água perto de Resende, ambas no estado do Rio de Janeiro. Há também uma capa (ed. 77, 1958), referente a cidade de Chicago (EUA), com uma fotografia tirada às margens do Rio Michigan (fig. 13) e, segundo a revista, enviada por oficiais da Fôrça Pública que estiveram naquele ano nos Estados Unidos. Neste caso, mostrar a cidade é mostrar os oficiais do Fôrça Pública como cosmopolitas e cidadãos do mundo. Além disso, na ed. 71/1951 (fig. 14), temos uma imagem sobre a qual há somente uma informação: a de que se trata de uma "paisagem italiana". Essas capas nos ajudam a compreender e dimensionar a



amplitude de assuntos que a revista alcançava, bem como destacava que oficiais viajavam para o exterior, sem indicar se era a passeio ou em assuntos oficiais.

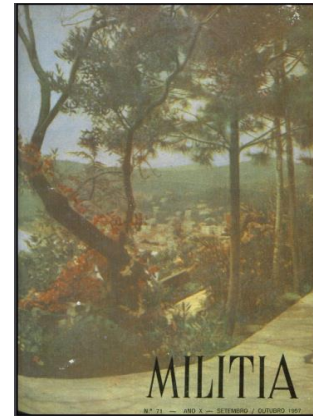
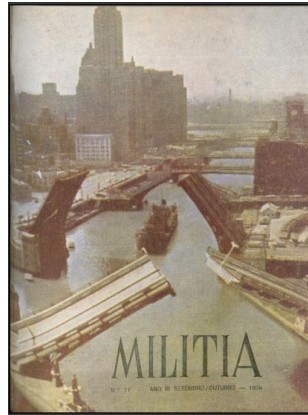
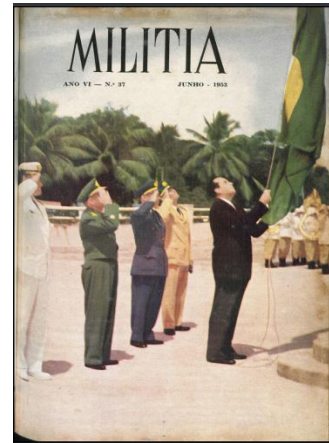


Fig. 13 -- Revista *Militia*, ed. 77/1958. Fig. 14 – Revista *Militia*, ed. 71/1951.

Algumas capas enfocavam autoridades políticas, de forma reconhecível, em duas capas. A ed. 33/1953, por exemplo, traz a foto colorida do governador Nogueira Garcez, participando da cerimônia de entrega de espadas aos novos aspirantes da Fôrça Pública (fig. 15). O governador e um aspirante, em primeiro plano e enquadrados na objetiva de cima pra baixo, parecem maiores que os demais presentes. A expressão de ambos é de solenidade, autoridade e mútuo respeito. Outra capa com autoridade política é a da ed. 37/1953, que traz o governador do Rio Grande do Norte, Sílvio Pedrosa, durante solenidade de inauguração do novo Quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (fig. 16). Embora aparente ser um desenho, trata-se de uma fotografia, na qual o governador potiguar está hasteando a bandeira nacional, diante de militares e civis. Com base nas cores das fardas, se trata de um representante da Marinha, um do Exército, um da Guarda Municipal e um da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, todos prestando continência à bandeira.

Fig. 15 – Revista *Militia*, ed. 33/1953.Fig. 16 – Revista *Militia*, ed. 37/1953.

Em um total de 102 capas analisadas, apenas cinco tem elementos femininos em sua composição, sendo que em uma delas não existe destaque a isso. A primeira capa que aborda a figura feminina (fig. 17), ed. 12/1949, é um desenho de uma jovem com vestes brancas, com mãos ao alto, mostrando as correntes arrebitadas, representando a liberdade conquistada com a Independência, tal qual uma Marianne, símbolo da Revolução Francesa (ISMÉRIO, 2016)<sup>48</sup>. Atrás dela, a bandeira nacional nas cores verde e amarelo. A jovem ocupa, no centro da capa, o lugar do lema positivista “ordem e progresso”, inscrito na bandeira original. A segunda capa com alegoria feminina (fig. 18) é referente a República. Também uma jovem em vestes brancas, desta vez segurando o pavilhão nacional, indicando movimento em meio ao ar livre: céu, planície e montanhas ao longe; bandeira esvoaçando. Em comum a essas capas é o olhar altivo como se estivessem olhando ao futuro, e associação ao nacionalismo e ideais positivistas, encarnados na figura feminina.

48 ISMÉRIO, Clarisse. Os símbolos e representações femininas da arte ceterial no período republicano do Rio Grande do Sul/ Brasil (1889-1930). **Revista Gráfia** Vol. 13 Nº 2 - julho-diciembre 2016 - pp. 48-65.

Fig. 17 – Revista *Militia*, ed. 12/1949.Fig. 18 – Revista *Militia*, ed. 19/1950.

A escolha dessas alegorias não se dá por acaso. Segundo Clarisse Ismério (2016), a utilização de figuras femininas em relação a República, tendem a ressaltar “[...] o seu papel de guardiã da nova ordem, detentora de uma moral elevada e de atributos que a dignificavam. Era um modelo exemplar que deveria ser imitado. [...] pois a República tornou-se a Grande Mãe e a Monarquia uma prostituta leviana. [...] signos resultantes de um discurso moralista e conservador” (ISMÉRIO, 2016, p. 53). Os próprios termos “independência/liberdade” e “república”, são femininos. Como Ismério observa, mulheres, no ideal positivista, são postas como responsáveis pela preservação da moral e da família. Devem ser belas, jovens e sensuais. Tanto a Independência quanto a República são jovens e belas e guardiãs da moral e dos bons costumes da família e do país, cuidadoras dos filhos(as) e do povo brasileiro.

Observamos ainda outra interessante imagem feminina nas capas da *Militia*. É a tela “Mãe Preta” (fig. 19), de Lucílio de Albuquerque (1912), que compõe a capa da ed. 16/1950. A capa se refere ao texto intitulado “Mãe Preta”, que trata da questão escravocrata, desde o “drama pungente da raça negra [...] filhos de Cam [...] sufocados em suas aspirações, oprimidos pelo tronco, lanhados pelo açoite [...]” (*MILITIA*, ed. 16, 1950. p. 7). A reportagem é sobre miscigenação e o alargamento das fronteiras econômicas devido a escravidão, enaltecendo a figura do(a) africano(a) e a sua resiliência em ajudar a erigir a nação. Todavia, o que nos chama a atenção foi o uso da pintura em tela de uma mulher negra, posta como escravizada, descrita como dócil e zelosa com os filhos dos brancos, aquela que criou e amamentou gerações, enquanto ao lado, abandonado, se encontra seu próprio filho. É notável no olhar da

escravizada, em direção ao chão, a dor e tristeza em ver seu filho sozinho no chão, enquanto ela tem em seus braços e peito o filho dos senhores. A capa e o texto são um esforço reflexivo sobre o 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), somado a uma espécie de homenagem ao dia das mães, comemorado no mesmo mês. Ademais, evoca mais uma vez o lado maternal das mulheres, ao se referir a ela como sendo “um tipo característico de outrora” (p. 07).

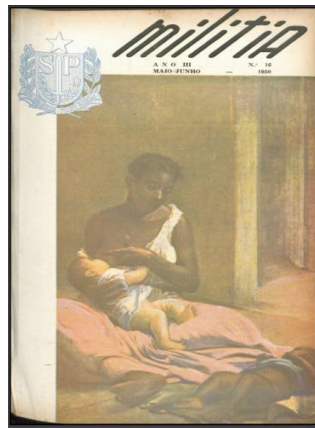


Fig. 19 – Revista *Militia*, ed. 16/1957.

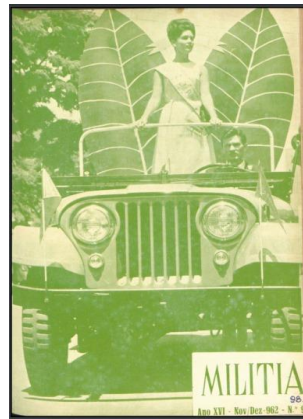


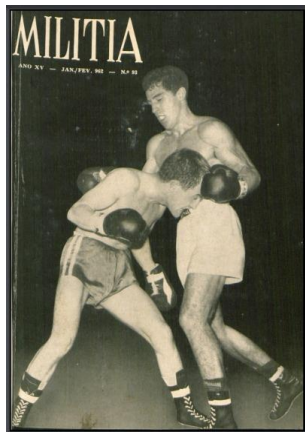
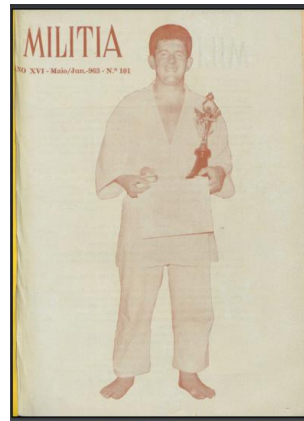
Fig. 20 – Revista *Militia*, ed. 98/1962.

A ed. 98/1962, tem como capa a fotografia da “Rainha do Café do Brasil”: a paranaense Andréa Vasconcelos de Oliveira, desfilando em um Jeep Willis (fig. 20). O destaque da foto, além da miss, é o automóvel fabricado no Brasil. Além disso, a moça e o automóvel estão adornados por gigantes folhas de café. Grandeza econômica do estado, a indústria nacional e a beleza das mulheres se entrelaçam ao patriotismo.

Outra capa com menção a ideia de um feminino é a capa da ed. 14/1952, que traz a imagem do monumento “Glória Imortal dos Fundadores de São Paulo”, criado por Amedeo Zani, e inaugurado em 1925. É um pedestal de cerca de 22 x 12 metros, com uma estátua de bronze em seu topo. Erigido para reforçar a simbologia do marco zero do estado. A pequena estátua no topo do monumento, que na capa pode passar despercebida, é uma figura feminina que carrega na mão direita uma tocha e na mão esquerda um ramo de louro. Tais elementos representam o amor eterno, a glória e o trabalho. O pedestal, em torno de suas quatro faces, contém

representações de eventos ocorridos durante o período colonial: a 1<sup>o</sup> missa que teria sido rezada pelo Pe. Manoel de Paiva em 1554, onde se tornaria o marco fundador do Estado; a catequese do Pe. Anchieta; e a atuação do cacique Tibiriça (líder do povo Guaianá), que se tornou amigo de João Ramalho (fundador de Santo André) e ajudou Pe. Manoel da Nóbrega e Pe. Anchieta na fundação de São Paulo. Ainda no pedestal, abaixo dessas imagens, encontram-se medalhões que estampam autoridades da época em perfil. A composição do monumento em sua totalidade, expressa a cidade de São Paulo que coroa seus fundadores. O uso dessa imagem na capa, enaltece São Paulo, tanto a cidade quanto o estado, e traz esse feminino do monumento, mais uma vez o lugar de uma guardiã inabalável e amável da glória política, e que legitima os atos de homens ao coroa-los e honrá-los por seus trabalhos.

Observamos que, majoritariamente, as capas enaltecem as masculinidades, seja através de autoridades políticas, heróis do passado e os milicianos do presente, ou ainda civis, como é o caso da capa ed. 94/1962. Essa capa (fig. 21) é sobre o boxeador brasileiro Eder Jofre (civil) nocauteando seu adversário, o irlandês John Caldwell. Ambos estão destacados por um fundo preto, sendo que o brasileiro está posto de forma clara como o vencedor, no exato momento em que o irlandês recebe o golpe na cabeça. A representação do orgulho de ser brasileiro através de conquistas esportivas, também está presente na fig. 22 (ed. 101/1963), que estampa um atleta de pesos pesados, cujo nome não aparece, mas que perdeu o título de campeão para um estadunidense. Deduzimos que o atleta, não nomeado, seja integrante da corporação policial, haja vista que, a descrição da capa, no interior da revista, afirma que o título é uma glória para a Corporação, que enriquece o *hall* de títulos, tanto nacionais quanto sul-americanos, conquistados por outros "companheiros" (*MILITIA*, 1950, p. 61). Novamente, as noções de força e, sobretudo, conquista e nacionalismo, do individual tomado de forma coletiva, através dos esportes e que enaltecem a virilidade, por meio de conquistas masculinas de civis.

Fig. 21 – Revista *Militia*, ed. 94/1962.Fig. 22 – Revista *Militia*, ed. 101/1963.

As masculinidades, associadas a ordem, patriotismo, tradição, proteção, conquistas, estão presentes nas capas que trazem os milicianos, os heróis do passado, os monumentos aos fundadores, e ainda atletas e autoridades políticas. Os homens, como provedores da segurança, construtores da cidade, agentes políticos, estão, naturalmente, postos como dominantes do espaço público, em especial aqueles que fazem parte da corporação.

Porém, as alegorias femininas contidas em algumas capas, tais como a Independência, A República, a “mãe preta”, ou mesmo a beleza de uma miss, salvaguardam um ideal de cuidado, beleza, moralidade e sacrifício. Masculino e feminino, se completam em um ideal social, político e estético.

## Conclusões

Tendo em vista os aspectos observados e os argumentos apresentados, consideramos o lugar de destaque do heroísmo dos constitucionalistas nas capas da *Militia*, as quais buscavam reforçar ou assegurar uma identidade comum aos milicianos e estabelecer uma relação de proximidade com a população civil. As capas foram construídas de forma a enaltecer, em primeiro lugar, o nome da revista, que sempre apresentou sua escrita em latim. Algumas capas estavam estruturadas e apresentadas promovendo visibilidade a um passado e um presente repleto de heróis e pautado pela grandiosidade e modernidade da cidade e do Estado. Os milicianos estão presentes em flagrantes de rondas, atendendo chamados ou participando de eventos oficiais, como desfiles. Algumas capas evocam momentos de lazer, com

referências à Colônia de Férias do Clube Militar e a Fonte do Encantamento, em Campos do Jordão (SP).

Além disso, um feminino foi usado de forma a enaltecer valores conservadores sobre o lugar das mulheres, associados aos ideais políticos da cuidadora, da mulher zelosa, do ícone da beleza, da mãe sacrificial. As masculinidades postas em âmbito público, enaltem o caráter de proteção, força, provisão e heroísmo, criando uma ideia de masculinidades hegemônicas, como apontou Connell (1995). Por fim, apontamos, na magnitude das fotografias sobre a cidade a força e imponência de São Paulo e de seus conterrâneos.

Ademais, evidenciamos uma percepção social arraigada em estereótipos relacionados ao gênero. Cenário não restrito ao segmento policial paulista, uma vez que, traduz o pensamento vigente do período analisado. Isso nos possibilita refletir sobre permanências de ideais sexistas que perpassam a identidade policial e a cultura política, em que um pensamento orientado pelo conservadorismo em relação ao gênero e as masculinidades, estava inserido no seio da Fôrça Pública e era refletido em seu principal periódico.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023

---

**ISSN 1982-4238**